



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia

**LUGAR E PERCEPÇÃO DOS RISCOS SOCIOAMBIENTAIS EM
OURO PRETO-MG**

Zaira Anislen Ferreira Moutinho
Dissertação de Mestrado

Brasília – DF Junho/2014



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia

LUGAR E PERCEPÇÃO DOS RISCOS SOCIOAMBIENTAIS EM OURO PRETO-MG

Zaira Anislen Ferreira Moutinho

Orientador: Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa

Dissertação de Mestrado

Brasília – DF Junho/2014



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia

LUGAR E PERCEPÇÃO DOS RISCOS SOCIOAMBIENTAIS EM OURO PRETO-MG

Zaira Anislen Ferreira Moutinho

Dissertação de Mestrado submetida ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Geografia, na área de Produção do Espaço e Território Nacional.

Aprovado por:

Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa (UnB)
(Orientador)

Prof. Dr. Júlio Cesar Suzuki (USP)
(Examinador externo)

Prof. Dra. Nelba Azevedo Penna (UnB)
(Examinador interno)

Brasília – DF Junho/2014

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília.

Moutinho, Zaira Anislen Ferreira

LUGAR E PERCEPÇÃO DOS RISCOS SOCIOAMBIENTAIS EM OURO PRETO-
MG

Orientação: Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa

I. II. Título.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

Zaira Anislen Ferreira Moutinho

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Everaldo Costa, por suas inúmeras contribuições em aula e durante as orientações, por ter apoiado intensamente a realização dos trabalhos de campo e por estar sempre acessível para discussão e avanço desse trabalho.

Aos membros da banca pelas contribuições ao trabalho e pela oportunidade de aprimorar o texto e as reflexões,

Especialmente, meus sinceros agradecimentos ao Prof. Dr. Júlio Cesar Suzuki pela leitura carinhosa e cuidadosa e por todas as correções no meu texto, gastando seu tempo com a correção de meus erros mais primários, o que facilitou profundamente meu trabalho e aprendizagem,

A todas(os) os moradores entrevistados(as) que dedicaram horas de seu tempo para contribuir com essa temática,

Aos técnicos da defesa civil de Ouro Preto, especialmente ao Charles, Leandro, Silvana e todas as outras pessoas que possibilitaram que eu pudesse acompanhar de perto o trabalho que realizam.

Aos funcionários da secretaria do patrimônio de Ouro Preto e da diretoria de Habitação, especialmente à Nadia.

À geógrafa Tatiane Araújo pelo diálogo e contribuições sobre a temática aqui tratada,

Aos amigos e colegas de curso, que sempre motivaram a realização dessa pesquisa, especialmente ao Eduardo, Raquel, Gilvan, Sávia, Hellen, Enver.

RESUMO

O objetivo dessa dissertação é discutir a relação entre a percepção dos riscos socioambientais e a própria constituição das áreas de risco. Para realização dessa pesquisa foi escolhida a cidade de Ouro Preto, que é reconhecida, mundialmente, por seu patrimônio histórico arquitetônico. A base metodológica da pesquisa é a pesquisa qualitativa, da qual foram selecionados dois instrumentos: entrevistas semiestruturadas e mapas mentais. Para a realização das entrevistas escolheram-se 6 bairros (Taquaral, São Francisco, Santa Cruz, Alto da Cruz, Alto das Dores e São Cristóvão) por estarem situados em áreas de risco 3 e pela própria indicação da defesa civil. O que se pode colocar como resultado geral dessa pesquisa é que a percepção e representação do risco, por parte daqueles que habitam as áreas urbanas de risco em Ouro Preto, é uma variável fundamental dentro do jogo de dominação. Nesse sentido, há uma confusão permanente na definição das “áreas de risco” e diferentes discursos sobre as mesmas áreas mesclados nas falas dos moradores. Impera a desinformação e a confusão, os atores com mais poder usufruem dessa confusão e operam sua lógica no território. As falas dos(as) moradores(as) refletem esse conflito entre os discursos sobre a área, ou seja daqueles que a gerem (poder público) ou estudam (academia) e aqueles que nela habitam.

Palavras-chave: Percepção riscos socioambientais- Constituição do Lugar – Dominação- Ouro Preto MG.

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to discuss the relationship between the perception of risks socioambientais and the constitution of risk areas. For this was chosen the city of Ouro Preto, which is recognized worldwide for its architectural heritage. The methodological basis of the research is qualitative research, of which two instruments were selected: semi-structured interviews and mental maps. For the interviews was chosen 5 neighborhoods (Taquaral, São Francisco, Santa Cruz, Alto da Cruz, São Cristóvão, Alto das Dores) because they are located in areas at risk 3 and own statement by civil defense. What can you put as a general result of this research is the perception and representation of risk by those who habit the urban areas of risk in Ouro Preto, is a key variable in the game of domination, which operates in the dimension of ideology. In this sense, there is an confusion in the definition of "risk areas" and different discourses on the same areas merged in the statements of residents. Misinformation and confusion reigning, actors with more power to enjoy this mess and operate their logic in the territory.

Keywords: Perception socioambientais risks - Place- Constitution Power play- Ouro Preto-MG.

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Escorregamento no Bairro São José - Ouro Preto em 1979.....	10
Foto 2: Bairro São José. Janeiro de 2013.	11
Foto 3: Bairro São Francisco São Francisco	13
Foto 4: Bairro São Francisco, a partir do ponto mais alto conhecido como Morro do Piolho.	14
Foto 5: Visita da defesa civil em área com ocorrência no Morro do Piolho.	15
Foto 6: Rua principal conhecida como “Volta do córrego” no bairro São Francisco.	16
Foto 7: Bairro Taquaral em destaque. Foto retirada do Alto da Cruz.	16
Foto 8: Padrão construções Bairro Taquaral	17
Foto 9: Padrão construções bairro Taquaral.	18
Foto 10: perfuração abandonada Taquaral.	19
Foto 11: escorregamento no Bairro Taquaral.	19
Foto 12: Bairro Santa Cruz.....	20
Foto 13: Deslizamento na rua Francisco Isacc em destaque, bairro Alto da Cruz.....	21
Foto 14: Padrão construtivo de algumas moradias Alto das Dores e declividade do terreno.	22
Foto 15: Paisagem bairro São Cristóvão.	23
Foto 16: Medidas adotadas para evitar deslizamento por parte dos moradores. Local: Morro do Piolho.....	45
Foto 17: Defesa civil fornecendo orientação para a população da área de risco.....	72

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Crescimento centrípeto de Ouro Preto	7
Figura 2: Crescimento centrífugo Ouro Preto final VXIII- Final Sec. XIX.....	8
Figura 3: Crescimento centrífugo Ouro Preto	9

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Síntese danos pessoais escorregamento.....	12
Quadro 2: Programas de habitação do município de Ouro Preto/MG.....	75
Quadro 3: Evolução da receita do município de Ouro Preto-MG	76

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Área residencial Ouro Preto/MG.....	24
---	----

LISTA DE MAPAS DE MORADORES

Mapa moradora M. S. 1: Ilustração de Ouro Preto realizada pela moradora do bairro São Francisco.....	56
Mapa morador G. A. 2: Ilustração feita por moradora bairro São Francisco	58
Mapa morador A. G. 3: Ilustração feita por morador do bairro Alto da Cruz.....	59
Mapa moradora S. M. 4: Ilustração realizada por moradora bairro Santa Cruz.....	61
Mapa morador V. B. 5: Mapa elaborado por morador do Bairro São Francisco	63
Mapa morador B. R. 6: ilustração feita pelo presidente da associação do bairro São Francisco	65
Mapa moradores L. G. 7: Ilustração feita por adolescente do bairro Santa Cruz.....	66
Mapa morador L. D. 8: Ilustração moradora Santa Cruz.	67
Mapa Moradora I. T 9: Ilustração feita por moradora bairro São Francisco.....	68

LISTA DE SIGLAS

AEIS - Área de Especial Interesse Social

APA - Área de Proteção Permanente

BNH - Banco Nacional de Habitação

COMDEC - Coordenadoria Municipal da Defesa Civil

DCOP - Defesa Civil de Ouro Preto

FAMOP - Federação das associações dos Moradores de Ouro Preto

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

PLHIS - Plano Local de Habitação de Interesse Social

UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1. OURO PRETO: URBANIZAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DAS ÁREAS DE RISCO	6
CAPÍTULO 2. A TEORIA SOCIOESPACIAL DOS RISCOS AMBIENTAIS: PERCEPÇÃO, REPRESENTAÇÃO E O LUGAR EM DESTAQUE	25
2.1 NOTAS SOBRE A TEORIA DOS RISCOS SOCIOAMBIENTAIS.....	25
2.2 PERCEPÇÃO, IMAGINÁRIO E REPRESENTAÇÕES SOBRE O RISCO.....	30
2.3 O CONCEITO DE LUGAR NA COMPREENSÃO DAS ÁREAS DE RISCO	34
CAPÍTULO 3. OS RISCOS DE ESCORREGAMENTO E O LUGAR DE MORADIA NA PERSPECTIVA DOS MORADORES	40
CAPÍTULO 4. O ESTADO E SEU PAPEL NA CRIAÇÃO E EXPANSÃO DAS ÁREAS DE RISCO	71
4.1 A DIMENSÃO DA ATUAÇÃO TÉCNICA E ADMINISTRATIVA EM RELAÇÃO ÀS ÁREAS DE RISCO	71
4.2 A DIMENSÃO POLÍTICA DO VOTO E A PRODUÇÃO DAS ÁREAS DE RISCO.....	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS	88
ANEXO	94

INTRODUÇÃO

A contribuição desta dissertação vem em diálogo com leituras já realizadas por diferentes autores a respeito da experiência daqueles que vivem em áreas de risco, com enfoque na cidade de Ouro Preto (MG). O pressuposto que nos estimula na abordagem é o de que a análise da relação dos moradores com a área onde habitam, através do entendimento de sua realidade objetiva, sua percepção e representação, é fator indispensável para compreender o fenômeno, suas escalas e a potencialidade ou a fragilidade das políticas de gestão do próprio risco no lugar.

A compreensão do fenômeno pode auxiliar na reflexão sobre estratégias de planejamento urbano e de gestão dos riscos na cidade de Ouro Preto, a qual tem, a cada ano, perdido vidas e bens materiais com escorregamentos de terra. Como pontua Veyret (2007), a percepção e a relação das populações com o lugar onde moram é o passo inicial para se pensar o risco, razão que nos estimula a enveredar pelo debate temático proposto.

Sem perder de vista o contexto da produção do risco, sua permanência e expansão “deve ficar claro que as denominadas áreas de risco estão inseridas em uma lógica maior, que produz lugares desiguais e diferentemente vulneráveis, graças ao protagonismo do Estado, aliado aos interesses privados de valorização de determinadas parcelas da terra urbana.” (COSTA; FERREIRA, 2010, p. 181).

A percepção e a representação do risco por parte dos moradores entrevistados dos bairros Santa Cruz, São Francisco, São Cristóvão, Alto das Dores, Taquaral e Alto da Cruz, junto ao debate sobre a produção e expansão dessas áreas, constitui a problemática desse trabalho. Essa articulação é necessária, pois se tratando das áreas de risco, pensar o lugar da moradia é elemento central para a gestão do risco, o que deveria acompanhar o próprio planejamento. Essa articulação fica cada vez mais urgente na medida em que a cidade cresce e ocupa, no caso de Ouro Preto, áreas cada vez mais suscetíveis a deslizamentos.

Para Costa (2011), na evolução urbana de Ouro Preto os melhores terrenos foram ocupados até o século XIX de forma a se tornarem intensamente valorizados, restando para a população de baixa renda as áreas vulneráveis para a moradia. Para este autor, o planejamento urbano é a ação do Estado sobre o território urbano, que deve ocorrer a partir de uma visão de conjunto.

Porém, no caso de Ouro Preto, Costa (2011) aponta que o que se vê é uma teorização sobre a necessidade de ordenamento territorial na cidade e estruturação da periferia, porém

não existe efetivação concreta dos planos. “A fala desses residentes também nos revela o quanto a história desses bairros está vinculada à ausência de políticas urbanas em prol de uma melhor qualidade de vida para a população residente fora do centro” (COSTA, 2011, p.355).

Nesse sentido, algumas questões foram tecidas diante dessa problemática: quais elementos uma abordagem sobre a relação com o lugar, área de risco, pode dar à questão da minimização do risco em Ouro Preto? De qual maneira a percepção do risco e a representação em torno dele se articulam à própria constituição do risco?

O objetivo dessa pesquisa é tentar descrever a percepção do risco que o morador dessas áreas possui sobre o ambiente que habita e analisar o conteúdo dessas percepções no que tange à produção das áreas de risco e suas relações com a totalidade da cidade.

Para realização dessa pesquisa foi escolhida a cidade de Ouro Preto, que é reconhecida, mundialmente, por seu patrimônio histórico arquitetônico. Entretanto, para além da forma urbana do século XVIII (e mesmo nela), a cidade se revela como qualquer outra cidade do Brasil, com suas contradições e conflitos. Os riscos de deslizamento são uma faceta dessa contemporaneidade da cidade de Ouro Preto que, impulsionada pela economia, cresceu em direção às áreas mais íngremes e perigosas.

Hoje, a cidade e seus planejadores estão de frente a um problema extremamente complexo. Por um lado, uma cidade com um patrimônio histórico que limita as intervenções urbanas; por outro, uma geomorfologia desfavorável à expansão urbana.

Somado a isso, emerge uma periferia urbana que leva uma população fragilizada economicamente e com uma concepção própria do risco a ocupar as encostas da cidade, como resultado de um sistema político econômico, que mescla uma forma de fazer política ainda assentada no clientelismo com uma economia global ligada ao turismo e à mineração. Questões que se agravam pela inexistência de uma gestão voltada à prevenção e à mitigação do risco por parte do poder público e pela permanência dos interesses classistas sobre o território a despeito do bem estar da população.

Apresentar o panorama das áreas de risco de Ouro Preto significa, antes de tudo, tentar captar a complexidade da dinâmica urbana dessa cidade histórica de Minas Gerais. Significa discutir o papel dos diferentes atores sociais na constituição do mais grave problema que a cidade enfrenta, e que vem à tona a cada período de chuvas.

Os aspectos econômicos e políticos que engendram o fenômeno do risco socioambiental nessas cidades históricas, especialmente em Ouro Preto, foram tratados por poucos geógrafos como os aqui referenciados, enquanto os condicionantes físicos têm sido

mais abordados pelos geólogos. Daí a tentativa de contribuir com esse debate, para além dos aspectos físicos dos terrenos, sobre os quais se assenta essa população fragilizada.

A base metodológica da pesquisa é a pesquisa qualitativa, da qual foram selecionados dois instrumentos: entrevistas semiestruturadas e mapas mentais. Para a realização das entrevistas escolheram-se 6 bairros (Taquaral, São Francisco, Santa Cruz, Alto da Cruz, Alto das Dores e São Cristóvão) por estarem situados em áreas precárias¹ e pela própria indicação da defesa civil, por se tratarem de situações que além de representar risco, eram áreas que estavam concentrando ocorrências de escorregamento em 2012.

Para a realização dessa pesquisa dois campos foram realizados: o primeiro no mês de janeiro de 2013, durante 15 dias, e o segundo no mês de agosto do mesmo ano, também de 15 dias.

Em janeiro foi possível acompanhar intensamente o trabalho em campo da defesa civil, realizar entrevistas com técnicos da defesa civil e com moradores das áreas de risco.

No segundo, foram realizadas outras entrevistas totalizando 45 entrevistas semiestruturadas. Além disso, optou-se por incrementar a metodologia de pesquisa com o uso dos mapas mentais, que foram elaborados pelos moradores. O procedimento para a elaboração do mapa foi a solicitação de que o morador desenhasse o mapa de Ouro Preto. O comando foi uniformizado para todos os moradores. Foi solicitado para os moradores que desenhassem a cidade de Ouro Preto. O objetivo fundamental era, a partir dessa questão, avaliar como seu lugar de moradia aparecia em uma escala da cidade e possibilitar essa análise da relação entre o morador da área de risco e a totalidade da cidade. Depois se iniciava um diálogo apoiado no desenho e no roteiro para a entrevista semiestruturada. Além disso, foi possível entrevistar funcionários da prefeitura ligados à Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania e na Secretaria de Patrimônio.

Em relação aos instrumentos utilizados pode-se dizer que a implementação dos mapas foi difícil, pois os moradores ficaram resistentes em representar seu lugar de vida ou a cidade por meio do desenho. Daí que o número de mapas foi pequeno, mas suficiente para somar elementos à análise, inclusive alcançando um grau de repetição. Em relação às entrevistas semiestruturadas, não houve dificuldades, exceto pelo uso do gravador, que alguns entrevistados solicitaram que a entrevista não fosse gravada. Dessa forma, o caderno de campo se constituiu como instrumento essencial para registro das entrevistas. Posteriormente

¹ Essa seleção dos bairros está baseada no mapa elaborado por Costa (2011), que se encontra no capítulo 1 dessa dissertação, e nas indicações da própria defesa civil da cidade de Ouro Preto.

as entrevistas foram transcritas ou relatadas (aquelas em que o registro foi feito apenas no caderno) e posterior análise.

Como justificativa para a realização desse trabalho pode-se afirmar que ela se sustenta na necessidade de aprofundar a compreensão da realidade dessas populações que vivem nessas áreas, para que a partir disso possam ser elaboradas estratégias de planejamento urbano que concretamente melhorem a qualidade de vida dessas populações.

As áreas de risco, sua constituição, a percepção, a representação em torno delas e a evolução no quadro urbano tornam-se objetos privilegiados da geografia, pois é no espaço que os diferentes vetores se articulam e, dialeticamente, são articulados por ele. De acordo com Milton Santos (1998), a geografia é uma ciência privilegiada, pois estuda os sistemas de objetos e ações de forma indissociada e o geógrafo tem o desafio de compreender os fenômenos em sua totalidade complexa.

Para Costa (2011), a geografia urbana e as análises voltadas à ocupação de áreas de risco nas cidades têm mostrado que a falta de alternativas habitacionais, que rebate diretamente sobre os incluídos precariamente e sobre a preservação do ambiente, representa um dos principais vetores da produção do próprio risco. Dessa maneira, a geografia tem realizado o trabalho de evidenciar a lógica que produz as áreas de risco e o papel que os instrumentos de planejamento possuem no reforço dessa lógica, positiva ou negativamente, a depender da ideologia que o prescreve.

Nas palavras de Ferreira e Penna (2005): “Como já disse o geógrafo francês Yves Lacoste, o espaço não é neutro nem inocente. Não é neutro porque interfere no processo social e não é inocente por ser estratégico. Assim, a persistir a mesma lógica dos processos sociais atuais, existiria sempre a possibilidade dessa territorialização na formação do espaço urbano propiciando a manutenção da violência.” (FERREIRA; PENNA, 2010, p.159).

Somado a isso, de acordo com Vargas (2006), ocupações ilegais têm, na tolerância do Estado, não uma postura de respeito à população carente de moradia, como poderiam argumentar alguns, mas a afirmação de uma postura de omissão, negligência e discriminação, que sustenta uma inesgotável fonte para o clientelismo político.

A interpretação da percepção e da relação dos moradores de áreas de risco pode significar um passo no sentido da compreensão da totalidade desse fenômeno que a cada ano leva tantas vidas. Uma análise da relação dos moradores com o lugar e a percepção do mesmo pode dar pistas sobre os mecanismos sociopolíticos e culturais que configuram essa percepção e que sustentam essa lógica.

Esse trabalho está organizado em 4 capítulos e uma conclusão. O primeiro deles apresenta a cidade de Ouro Preto e seu processo de urbanização, assim como ilustra os bairros onde se realizou o trabalho de campo. O segundo faz uma breve discussão sobre as bases teóricas que fundamentam a presente análise com conceitos como riscos socioambientais, lugar, percepção e representação. O terceiro capítulo traz as falas dos moradores das áreas de risco, mostrando a perspectiva do morador (moradora) sobre o risco, a forma como o risco foi sendo constituído no discurso dos habitantes dessas áreas, analisa as resistências e as fantasias presentes nas percepções dos moradores (as) dessas localidades e discute a relação dessas percepções e representações com a totalidade da cidade.

O quarto capítulo é central para as considerações finais. A partir das falas, percepções e representações dos moradores(as) é apresentada uma análise sobre o papel do Estado na formação das áreas de risco na escala da gestão e da política formal.

As considerações finais apontam para a complexidade que existe em torno da percepção dos moradores(as) das áreas de risco. O primeiro ponto é de que existem diferentes percepções sobre o risco e que essas diferenças são resultado da relação direta com o próprio risco e com os discursos sobre o risco ao longo da história de ocupação dessas áreas e da própria cidade. Além disso, a percepção dos moradores(as) é elemento central para compreender a dinâmica do poder que se estabelece na disputa para definir o sentido do Lugar.

CAPÍTULO 1. OURO PRETO: URBANIZAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DAS ÁREAS DE RISCO

O objetivo desse capítulo é descrever o processo de urbanização e sua relação com a expansão das áreas de risco na cidade. Não se deseja dar a ideia de que a área de risco nasce do simples crescimento da cidade, por isso, a análise se aprofunda nos próximos capítulos. Porém, esse capítulo procura apresentar o processo de formação da cidade e os principais vetores que atuaram nesse território para impulsionar seu crescimento.

Além disso, esse capítulo traz os primeiros resultados do trabalho de campo, já que ele descreve os bairros onde se realizou a pesquisa, a história de surgimento dos bairros, a partir dos relatos dos moradores, ilustra os tipos de construção e o terreno, possibilitando ao leitor uma primeira aproximação com o objeto desse estudo. Assim, temos inicialmente essa paisagem da cidade, para o leitor, que vai se transformando, até a paisagem do risco. Nos capítulos seguintes a paisagem se torna lugar, na medida em que os relatos dos moradores começam a dar sentido e significado para o espaço que habitam e a dinâmica de poder vai se revelando.

O final desse capítulo convida o leitor a conhecer esses bairros, junto com o pesquisador curioso, que chega na cidade e inicialmente tem o que seus olhos alcançam, os relatos de moradores e alguns estudos e documentos históricos para suprir seus questionamentos.

Em relação ao uso do território, Costa (2011), ao analisar o processo de urbanização da cidade de Ouro Preto, relata que, até o século XVIII, a constituição da cidade estava relacionada à dinâmica da mineração de ouro na região. Conforme o autor, mesmo com o declínio do ouro, a cidade se mantém economicamente, pois no século XIX assume a função de capital administrativa do Estado de Minas Gerais.

Com a transferência da sede administrativa para a cidade de Belo Horizonte, em 1897, Ouro Preto vive um segundo declínio e assume uma nova função: firma-se como o principal centro educacional do Estado (COSTA, 2011). A figura a seguir ilustra o processo de crescimento centrípeto de Ouro Preto, no contexto do século XVIII. Na afigura “a” é possível identificar pequenos núcleos crescendo e se fundindo em direção ao centro. As melhores áreas são ocupadas e os bairros mais antigos constituídos como podem ser vistos em “b”, onde se pode localizar os bairros do Rosário, Pilar, Sta. Efigênia, dentre outros. Atualmente esses bairros são as principais referências do centro histórico da cidade. A seguir a ilustração:

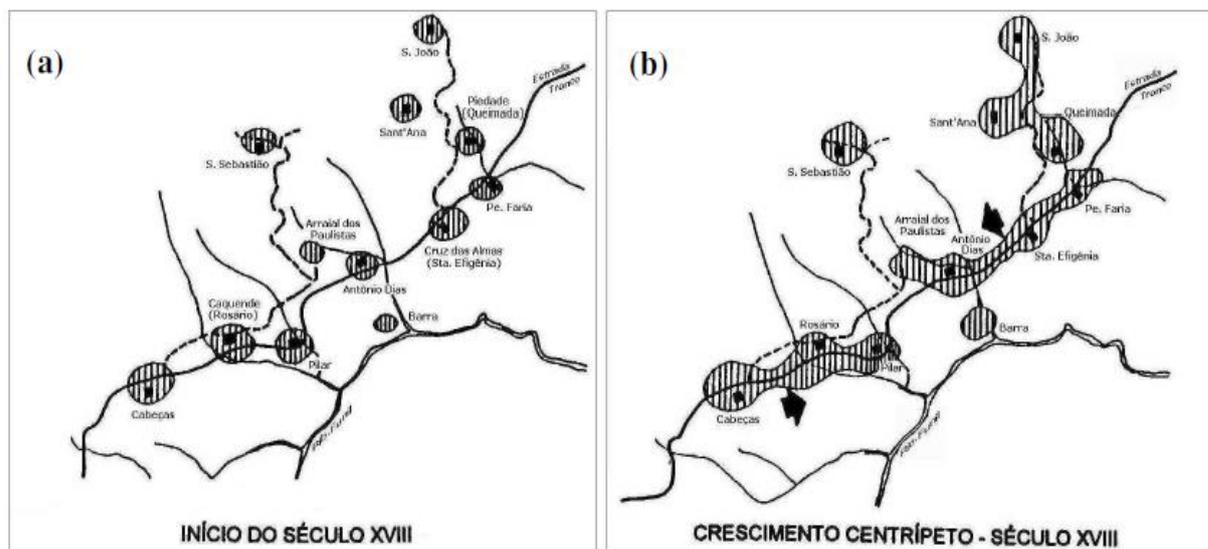


Figura 1: Crescimento centrípeto de Ouro Preto
 Fonte: (CASTRO, 2006)

Outro importante evento que caracteriza a constituição da cidade é a instalação da fábrica de alumínio pelo grupo canadense *Aluminium Limited*, que favorece uma dinâmica econômica diferenciada para a cidade. Esse acontecimento, diz Costa (2011), promoveu o aumento populacional através do favorecimento de um fluxo migratório constante até a década de 1980, que impactou diretamente no processo de ordenamento do território urbano e, consequentemente, contribuiu para a ocupação das áreas vulneráveis a deslizamento (COSTA, 2011). Segundo o autor, as primeiras áreas de adensamento foram no Saramenha, no Morro do Cruzeiro, no Núcleo Histórico, Morro São Cristovam, Morro da Queimada, Morro Santana e no Morro São João.

Após a década de 1950, três elementos chaves passam a definir o ordenamento do território: a economia em torno da mineração do alumínio, a dinâmica associada ao turismo e a expansão da Universidade Federal de Ouro Preto (COSTA, 2011). Essa dinâmica, de acordo com Costa (2011), fez com que, primeiramente, os núcleos urbanos originais expandissem em direção à Praça Tiradentes (divisor de águas natural); em seguida, pressionados pelo incremento no valor da terra na área tombada pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), as áreas mais precárias.

Essa ocupação foi realizada, segundo o autor supramencionado, por uma população empobrecida que não conseguiu atrair investimentos (ou equipamentos urbanos) para os bairros. As imagens a seguir, ilustram o processo de ocupação de algumas áreas de risco em torno do centro histórico em Ouro Preto. Com a construção da rodovia MG 56 o processo de

adensamento se intensificou ao sul da cidade consolidando as áreas dos bairros Novo Horizonte e Nossa Senhora do Carmo. A figura, sub dividida em “c”, “d” e “e” ilustra o processo de adensamento de Ouro Preto, a partir do crescimento centrífugo (centro- periferia), a partir do final do século XVIII até final do século XX. Em “c” é possível identificar que ao final do séc. XVIII toda a áreas central encontrava-se intensamente ocupada. Depois, em “d” é possível identificar o adensamento nas proximidades do rio Funil, onde se localiza um dos bairros em que se realizou a pesquisa (Bairro Taquaral). Como visto anteriormente essas alterações estão relacionadas especialmente com à mineração e processamento da Bauxita. Por fim, em “d” é possível notar o adensamento do Bairro Saramenha e do Taquaral.

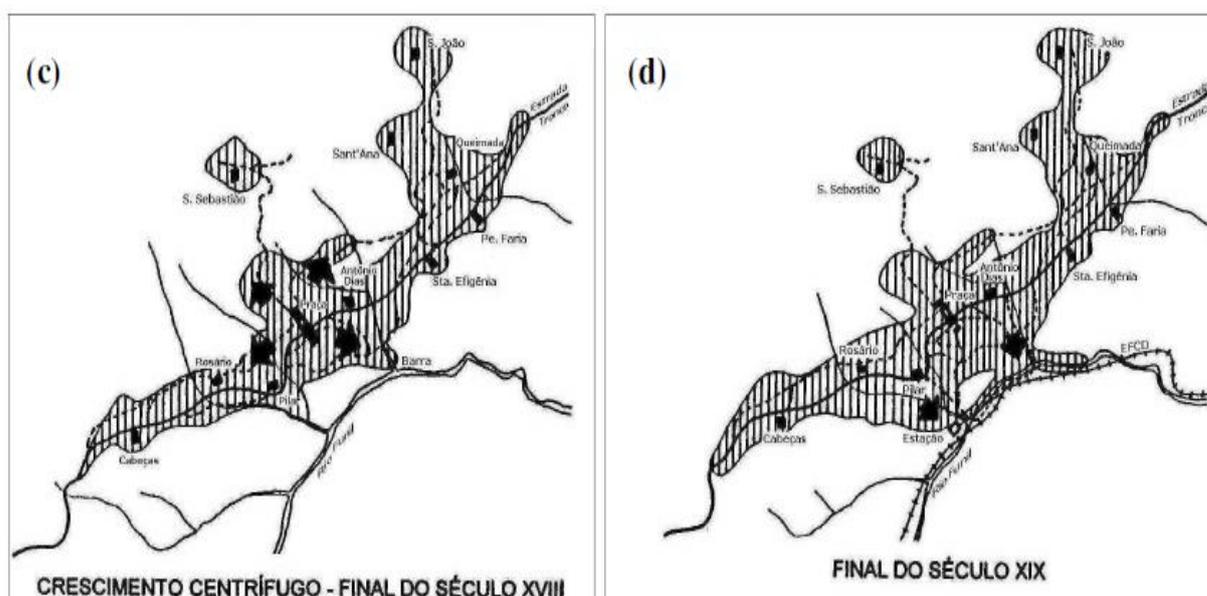


Figura 2: Crescimento centrífugo Ouro Preto final VXIII- Final Sec. XIX
 Fonte: (CASTRO, 2006)

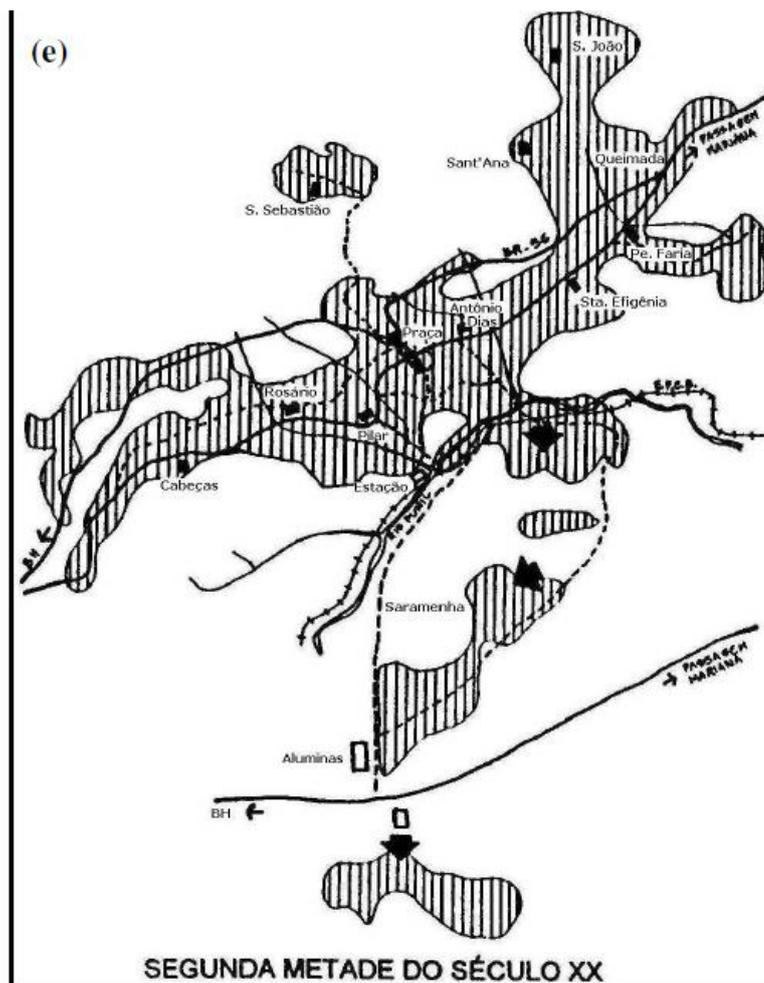


Figura 3: Crescimento centrífugo Ouro Preto
 Fonte: (CASTRO, 2006)

Atualmente, o município de Ouro Preto possui uma população estimada de 73.349 habitantes de acordo com IBGE, e é constituído por 13 distritos: Ouro Preto, Amarantina, Antônio Pereira, Cachoeira do Campo, Engenheiro Correia, Glaura, Lavras, Lavras Novas, Miguel Burnier, Rodrigo Silva, Santa Rita de Ouro Preto, Santo Antônio do Leite, Santo Antônio do Santo e Bartolomeu. O Índice de Desenvolvimento do Município saiu de 0,491, em 1991, para 0,741, em 2010. O índice Gini é de 0,45, porém, a pobreza ainda atinge 28,54% da população do município (IBGE, 2010).

Há também importantes indústrias metalúrgicas e de mineração no município, tais como a Alcan - Alumínio do Brasil (a mais importante fábrica de alumínio do país) e a Empresa Vale, sendo que os minerais de importância são o ouro, bauxita, hematita, dolomita, turmalina, pirita, muscovita, topázio.

Em relação à expansão das áreas de risco, Ferreira (2011), afirma que foi a partir dos anos 1960, quando se intensificou o aumento populacional e a expansão urbana em direção às

periferias, que começaram a ser registradas ocorrências de acidentes relacionados a movimentos de massa, principalmente escorregamentos, nos períodos chuvosos. Ferreira (2011) adverte que isso não significa a ausência de eventos em momentos anteriores, mas apenas o não registro dos mesmos, que se justificam por uma ocupação menos latente, levando-se em consideração que as áreas só são consideradas de risco quando ocorre a presença humana. A foto 1 ilustra o escorregamento de grandes proporções ocorrido no Bairro São José em 1979. Várias residências foram afetadas.



Foto 1: Escorregamento no Bairro São José - Ouro Preto em 1979.
Fonte: Relatório tecnosolo/Arquivos IPHAN Ouro Preto

De acordo com relatório da tecnosolo, empresa responsável pelas obras de terraplanagem da área afetada, mais de 600.000m³ de material foram retirados da área e depositado no antigo “Lago de Lama”, onde Alcan Brasil depositava seus efluentes com alto teor de soda. De acordo com relatório essa foi a alternativa encontrada para evitar o percurso longo de transporte de terra sem atravessar a área urbana. A foto 2 mostra a mesma área do bairro São José, agora estabilizada.



Foto 2: Bairro São José. Janeiro de 2013.
Fonte: foto da autora. Jan/2013

Pinnheiro *et al.* (2003) faz uma observação interessante, ao comparar os estragos registrados em duas datas diferentes, em 1979 e 1989. Mesmo o volume de chuvas sendo menor em 1989, 10 anos de ocupação desordenada do território gerou um número maior de ocorrências e registrou em 1989, 5 mortes na cidade.

Pinheiro et al. (2003), revendo os trabalhos de Sobreira e Fonseca (2001), afirma que a necessidade de criação de novas áreas urbanas em função do crescimento da população, a partir dos anos sessenta, não foi acompanhada por planejamento prévio adequado, levando à ocupação de áreas onde se desenvolveram atividades de mineração no passado. De acordo com os autores, as áreas ocupadas na maioria das vezes apresentam características geomorfológicas desfavoráveis, gerando, assim, um quadro problemático no que se refere à segurança da população. Dessa maneira os problemas de escorregamento tendem a se repetir. Por exemplo, a principal via de acesso à cidade de Ouro Preto, a Avenida Padre Rolim, tem o acesso interrompido a cada ano. O quadro abaixo sintetiza os principais registros com danos pessoais ocorridos ao longo das últimas décadas em Ouro Preto:

Quadro 1: Síntese danos pessoais escorregamento

Data	Danos pessoais	Tipo de processo	Área atingida(m ²)	Local
14/12/1989	3 mortes e 2 feridos	Escorregamento Translacional	457	Centro
23/01/1992	2 mortos	Escorregamento e corrida	305	Volta do Córrego
14/12/1995	3 mortes e 1 ferido	Escorregamento translacional e corrida	472	São Cristóvão
02/01/1997	1 morte	Escorregamento	219	Taquaral
04/01/1997	12 mortes e 1 ferido	Escorregamento e corrida	3869	Piedade
02/04/1998	1 ferido	Queda e rolamento	277	Taquaral
12/01/2012	2 mortos	Escorregamento	314	Centro

Fonte: Adaptado pela autora de Pinheiro Et al (2003)

Sobreira e Fonseca (2001) descrevem quatro tipos de problemas que favorecem o aparecimento das áreas de risco. O primeiro tipo está relacionado à ocupação de antigos terrenos de lavra de ouro, o uso de terrenos com forte declividade, zonas de passagens de águas pluviais e locais de estabilidade duvidosa. O segundo tipo de problema está relacionado ao uso predatório do terreno, com cortes de taludes ousados, despejo de material, remoção da vegetação e interrupção de linhas de drenagem. O terceiro tipo de problema está ligado aos processos da geodinâmica superficial, com processos erosivos acelerados e um quarto problema tipo refere-se ao péssimo padrão construtivo derivado da economia com materiais ou da falta de informação (SOBREIRA; FONSECA,2001).

Especificamente em relação às áreas de risco escolhidas para entrevista, um olhar mais atento sobre a origem dessas áreas e suas características é necessário. Um dos bairros mais complicados para se viver é o bairro São Francisco, o qual fica encravado em uma área bastante íngreme, com presença de diversas nascentes que formam um córrego chamado pelos moradores de “volta do córrego”.

De acordo com o entrevistado J. L., o primeiro morador da área chamava-se Fausto Vernek, porém outra moradora informou que a ocupação se intensificou a partir da abertura de uma estrada por um morador conhecido como “Ze de Duca”. A foto 3, abaixo, ilustra a parte conhecida como “Volta do Córrego” e mais acima “Morro do Piolho”, ambas áreas situadas no Bairro São Francisco. A foto 3 ilustra a paisagem da área para que se possa notar a

configuração do relevo e a posição das casas, as quais se encontram na margem do córrego e subindo a encosta íngreme.



Foto 3: Bairro São Francisco São Francisco
Fonte: foto da autora. Jan/2013

De acordo com a entrevistada A. F., inicialmente a área foi ocupada a partir da abertura de uma estrada realizada pelo dono de um sítio situado na base do morro, que queria abrir caminho para o lote que havia desmembrado para os filhos. Relata a moradora:

“Foi o Zé de Duca que abriu essa estrada até aqui em cima(...) ele queria abrir caminho para todos os lotes dos filhos, aí quem tava de aluguel ou não tinha onde morar, veio aqui e marcou um pedaço. Eu vim com meu irmão, eu morava no piedade de aluguel, mas num aguentava mais (...)”

O bairro fica localizado em uma área central, cerca de 1Km da rodoviária da cidade, e da principal avenida que dá acesso ao centro histórico: a avenida Padre Rolim. A foto 4, a seguir, complementa a anterior, tirada do ponto mais baixo, e ilustra o bairro visto a partir do ponto mais alto, o “Morro do Piolho”. É possível observar a conformação da microbacia e recentes movimentações no relevo. A ocupação no Bairro tem se intensificado devido a sua proximidade do centro.



Foto 4: Bairro São Francisco, a partir do ponto mais alto conhecido como Morro do Piolho.
Fonte: foto da autora. Jan/2013

Essa importância da proximidade do centro é reforçada por diferentes fatores. O primeiro deles a própria precariedade do transporte urbano, que foi possível constatar em campo, já que toda acesso às áreas foi feito usando o transporte público, que em janeiro de 2013 custava 2 reais, não oferecia um sistema de integração e dava acesso apenas às vias principais. Todo o caminho restante, da via principal até as moradias, é realizado a pé, pelos moradores. Muitos moradores afirmam que escolhem o bairro porque é “Bem perto do centro”. E dessa forma não “precisam gastar com transporte”. Os moradores(as) entrevistados, que habitam esse bairro, estão empregados exercem atividades nas cozinhas das pousadas, em lojas no centro, na prefeitura como agentes de saúde, aposentadas(os), postos de gasolina, ou exercem o trabalho doméstico, como donas de casa, ou ainda trabalhos informais como lavagem de roupa para famílias e estudantes.

Na parte conhecida como “Volta do Córrego” as casas possuem uma estrutura física de maior resistência, sendo que muitas já possuem muro de arrimo. Na parte mais alta do bairro conhecida como “Morro do Piolho” as casas possuem um padrão construtivo mais frágil.

As fotos a seguir ilustram algumas dessas construções. Na foto 5 é possível observar as construções com tijolos de blocos, a ausência de muro de arrimo, as estruturas de telhado com amianto. Além disso, a presença de árvores que favorecem a infiltração de água no solo como bananeiras, tornando o sistema mais vulnerável a deslizamentos:



Foto 5: Visita da defesa civil em área com ocorrência no Morro do Piolho.
Fonte: foto da autora. Jan/2013

Na foto 6, que mostra outro ponto do bairro conhecido como “Volta do Córrego” identifica-se a presença de construções maiores, a existência da rua pavimentada com blocos, porém se pode perceber que não há recuo das construções em relação ao barranco o que aumenta a suscetibilidade das construções em caso de deslizamento. Também não há muros de arrimo ou outra estrutura de contenção. Nota-se a tentativa dos moradores para impedir a infiltração da água usando lonas no corte do barranco. A área é considerada como imprópria para moradia. No entanto, o que se nota é o aumento das construções existentes, com a construção de andares superiores e a fixação de novas moradias em localidades mais sujeitas a deslizamentos como relatado anteriormente na parte superior do bairro conhecida como morro do piolho.



Foto 6: Rua principal conhecida como “Volta do córrego” no bairro São Francisco.
Fonte: foto da autora. Jan/2013

O bairro Taquaral, de acordo com a defesa civil, possui grandes problemas relacionados à drenagem urbana. Em campo, foi possível perceber que o bairro se constituiu praticamente em cima de uma área rica em nascentes e córregos. A foto 7, a seguir, ilustra a localização do Bairro, situado bem próximo à borda da encosta de um vale formado pelo Ribeirão Funil, que junto com córrego do Tripuí formam o Rio Do Carmo, que compõem a bacia do Rio Doce.



Foto 7: Bairro Taquaral em destaque. Foto retirada do Alto da Cruz.
Fonte: foto da autora. Ago /2013

A moradora H. C., pertencente à associação de bairro, relata que o pai ganhou o lote na década de 1970, quando a família foi para Ouro Preto procurar trabalho na Alcan, assim como muitos outros parentes. Relata que o bairro foi uma ocupação de uma propriedade de Chico Avelino, onde havia uma fábrica de tintas.

Disse a moradora, sobre a constituição do bairro que “As pessoas foram chegando, fazendo barraquinhos e pediram para o prefeito colocar água e luz e o prefeito fez”. As casas que ficam em cima dos córregos canalizados são as mais perigosas, pois “estão jogando lixo e entopem os bueiros”. No Taquaral, vivem cerca de 200 famílias, de acordo com dados da defesa civil, sendo que toda a área está “condenada”. Não há drenagem pluvial nem esgotamento sanitário. Durante trabalho de campo no bairro no mês de janeiro foi possível observar a alta velocidade do escoamento superficial das águas da chuva que atingia algumas casas, inclusive dos moradores da associação.

As fotos a seguir ilustram alguns pontos do bairro. É possível identificar a ausência de pavimentação e iluminação pública nos pontos mais altos do bairro, que recebe novas residências. A foto 8 ainda permite ter uma dimensão da relação da presença das casas na borda da encosta do vale.



Foto 8: Padrão construções Bairro Taquaral
Fonte: foto da autora. Jan/2013

Na foto 9, a seguir, na parte mais baixa do bairro, se vê que as casas são praticamente construídas com restos de antigas construções e há presença de entulhos nas proximidades das casas. Pode se ver a iluminação pública nas vias e o tipo de calçamento com blocos.



Foto 9: Padrão construções bairro Taquaral.
Fonte: foto da autora. Jan/2013

Outro problema associado é a existência de antigas minas de ouro no bairro, que somado à declividade, à condição das moradias precárias e ausência de estrutura urbana transformam o bairro em um dos locais mais prováveis de ocorrência de deslizamento de Ouro Preto. Os técnicos da defesa civil argumentam que a cidade se assenta sobre um “queijo suíço”, onde os caminhos subterrâneos são desconhecidos. A foto 10 ilustra a presença de uma dessas minas:



Foto 10: perfuração abandonada Taquaral.
Fonte: fotos da autora. Jan/2013

A foto 11 ilustra um escorregamento ocorrido no bairro em janeiro de 2012. Nota-se a declividade do terreno e as casas vulneráveis em torno do escorregamento. A direita do escorregamento uma construção afetada pelo deslizamento, com inclinação de toda a construção. Outras inúmeras casas, ainda habitadas, estão situadas em torno da área afetada:



Foto 11: escorregamento no Bairro Taquaral.
Fonte: foto da autora. Jan/2013

O terceiro bairro do trabalho de campo é o Bairro Santa Cruz, que sofre com os deslizamentos especialmente em função da declividade do terreno. O bairro conta com uma relativa infra estrutura, como asfalto, iluminação pública e drenagem urbana, o que o difere das áreas do Taquaral e São Francisco (Volta do Córrego e Morro do Piolho). A área do bairro é uma das mais antigas ocupações periféricas ao centro histórico. A foto 12 ilustra a paisagem do bairro.



Foto 12: Bairro Santa Cruz.
Fonte: foto da autora. Ago /2013

Bairro Alto da Cruz

Nesse bairro uma das principais localidades de ocorrência tem sido a rua Francisco Isacc, ao longo dos últimos anos. Apenas no ano de 2012 foram registradas cerca de 8

ocorrências pela defesa civil², sendo que duas casas chegaram a desabar. A foto 13 ilustra um escorregamento ocorrido na rua principal do bairro em janeiro de 2013:



Foto 13: Deslizamento na rua Francisco Isacc em destaque, bairro Alto da Cruz.

Fonte: foto da autora. Ago /2013

O bairro Alto da Cruz começou a ser ocupado a partir da década de 50. De acordo com morador da área o bairro foi ocupado “*pelo pessoal que veio trabalhar na Samarco e na Prefeitura*”. Os moradores dizem que o bairro é bom, porque é perto de tudo e tem ônibus para o centro toda hora. Além disso, o bairro tem uma rede de comércio com padaria, supermercado, farmácia que atende aos moradores locais.

Bairro Alto das Dores

O bairro Alto das Dores é uma ocupação recente. As famílias mais antigas estão nessa área há 25 anos. Muitas das quais fazem parte do programa de aluguel social da prefeitura. A foto 14 ilustra o padrão construtivo presente no bairro Alto das Dores. É possível perceber

² Fonte: Arquivos defesa civil

que apesar das casas serem de alvenaria, muitas são construídas sem uma preparação adequada do terreno. Também é possível identificar a declividade do terreno onde se situam algumas moradias:



Foto 14: Padrão construtivo de algumas moradias Alto das Dores e declividade do terreno.
Fonte: foto da autora. Ago /2013

Bairro São Cristóvão

O bairro São Cristóvão é um bairro antigo de Ouro Preto e sua constituição está associada às ocupações realizadas na década de 50 (COSTA, 2011). No entanto, as áreas mais altas continuam a ser ocupadas produzindo um aumento das ocorrências relativas a deslizamento no bairro.

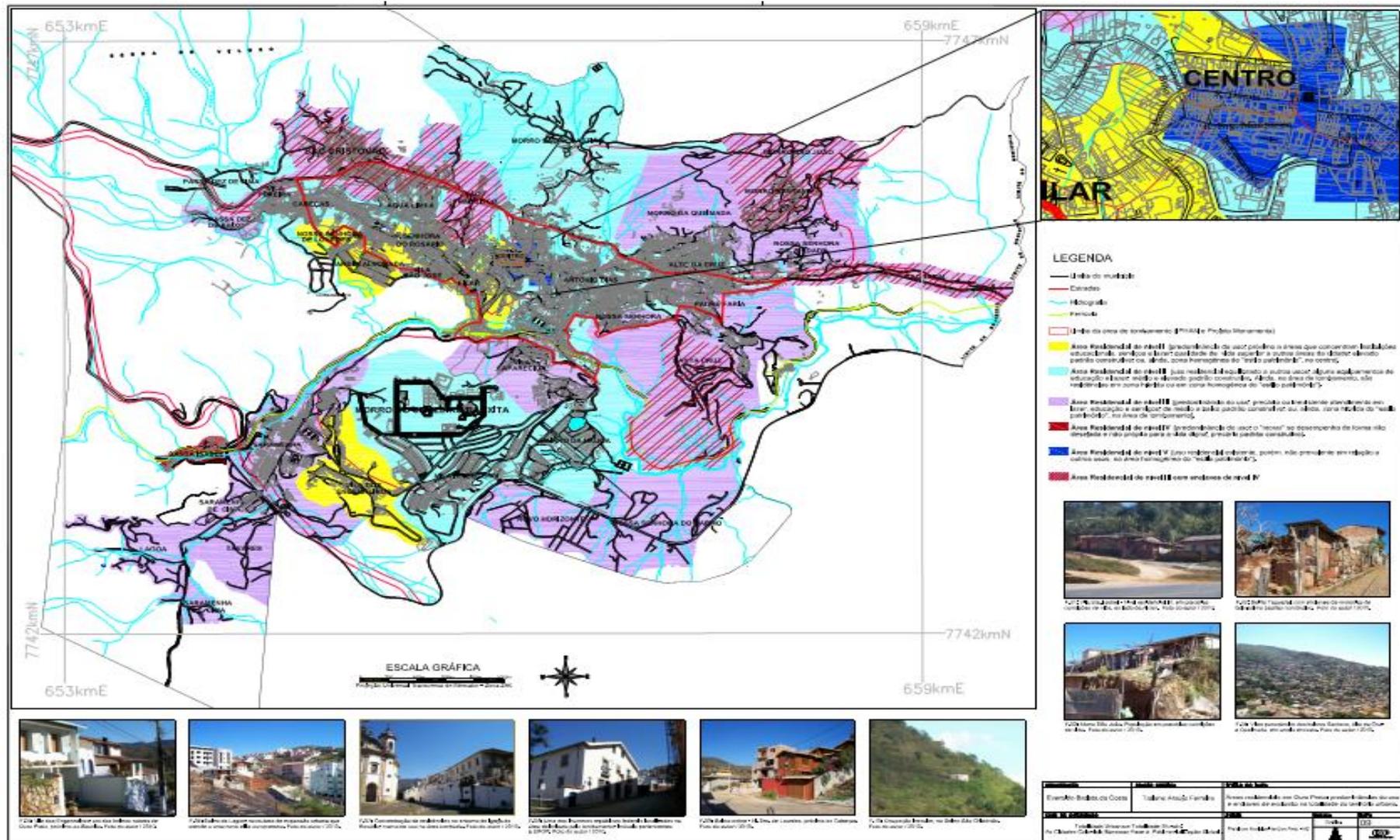
De acordo com Costa (2011), no bairro São Cristóvão, assim como nos anteriores, predominou o loteamento irregular e o baixo padrão construtivo. “O tecido urbano nos bairros mais carentes, não se estabelece nem em ruas retilíneas, muito menos quarteirões, de forma que as construções fazem frente para rampas, escadarias ou estão em lotes encravados (...)” (COSTA, 2011, p.343). Além disso, a ocupação dos lotes é multifamiliar. No caso do bairro São Cristóvão as construções são geralmente de dois andares e abrigam mais de uma família.



Foto 15: Paisagem bairro São Cristóvão.
Fonte: foto da autora. Ago /2013

O mapa de tipologias de áreas residenciais em cidades históricas elaborado por Costa (2011), traz diferentes classificações dessas áreas elaborado por Costa, observa-se VI diferentes de classificação das áreas. Na cor amarela se identifica os bairros de alto padrão construtivo, próximo ao setor de serviços e ao centro histórico. A cor verde destaca os bairros nível II, uma área híbrida, com residências de padrão construtivo variado. Na cor lilás são as áreas de nível III, onde os equipamentos urbanos de saúde e educação são precários e com padrão construtivo médio e baixo. No nível IV, são os bairros precários, onde os serviços são inexistentes ou quase inexistentes e as moradias têm um baixo padrão construtivo. No nível V, não existem moradias e no nível VI há uma mescla do nível III com o IV.

Os bairros onde se realizou o campo (São Cristóvão, São Francisco, Taquaral, Alto da Cruz, Santa Cruz e Alto das Dores) são, na classificação de Costa (2011), respectivamente nível VI, VI, VI, II, VI e III. Apesar da classificação de Costa inserir os bairros Alto da Cruz e Alto das Dores como respectivamente no nível II e III, existem nesses bairros inúmeras ocorrências de escorregamento, que levou a defesa civil a indicar essas localidades como objeto da presente pesquisa.



Mapa 1: Área residencial Ouro Preto/MG

CAPÍTULO 2. A TEORIA SOCIOESPACIAL DOS RISCOS AMBIENTAIS, A PERCEPÇÃO E O LUGAR.

O objetivo desse capítulo é apresentar alguns conceitos trabalhados na análise. Assim, ao final desse capítulo o leitor poderá compreender o sentido com que os conceitos de percepção, lugar e risco socioambiental estão sendo trabalhados. Também poderá compreender algumas opções que foram feitas, por exemplo, o uso do termo risco socioambiental, ao invés de risco ambiental; o uso do conceito de percepção associado ao de representação social, ao invés da percepção enquanto elemento individual e subjetivo; o conceito de lugar, enquanto resulta da atuação de diferentes atores sociais. Para isso inicialmente há uma discussão sobre a teoria dos riscos socioambientais, em sequência uma breve delimitação do conceito de percepção aqui adotado e do conceito de lugar.

2.1 NOTAS SOBRE A TEORIA DOS RISCOS SOCIOAMBIENTAIS

A teoria sobre os riscos socioambientais comporta um conjunto de importantes reflexões que nascem na década de 60 e 70 e tem uma forte expansão a partir da década de 80, após o acidente nuclear de Chernobyl, em 1986. Um marco para o debate sobre riscos socioambientais é a publicação do livro de Ulrich Beck intitulado Sociedade de Risco, rumo à outra modernidade, cuja publicação se deu em 1986, na Alemanha. Além de Beck, inúmeras são as contribuições, entre elas as de Yvette Veyret, na França.

As discussões sobre riscos socioambientais auxiliam no debate sobre planejamento urbano, uma vez que a cidade os comporta com maior intensidade e, ao mesmo tempo, os produz através da política. Logo, discutir planejamento urbano requer o debate da existência, da produção dos riscos socioambientais e sua gestão; daí a urgência em reforçar essa discussão no contexto brasileiro, em especial sobre as cidades brasileiras.

Ulrich Beck (2010), ao discutir a sociedade moderna, afirma que o fato transformador na modernidade tardia é que a lógica para se compreender a sociedade não é apenas a de distribuição da riqueza, mas fundamentalmente a de distribuição dos riscos. Diz Beck:

Riscos, assim como riquezas, são objeto de distribuição, constituindo igualmente posições - posições de *ameaça* ou posições de *classe*. Trata-se, entretanto, tanto num como noutro caso, de um bem completamente distinto e de uma outra controvérsia em torno de sua distribuição. No caso das riquezas sociais, trata-se de bens de consumo, renda, oportunidades educacionais, propriedade etc., como bens cobiçados. Em contraste, as ameaças são um *subproduto* modernizacional de uma

abundância a ser evitada.(...) A lógica positiva da apropriação é confrontada por uma lógica negativa do afastamento pela distribuição, rejeição, negação e reinterpretação. (BECK, 2010, p.32).

Além disso, diz o autor que, apesar dos padrões e meios de distribuição dos riscos se diferenciarem dos padrões de distribuição da riqueza, isso não anula o fato de que muitos riscos sejam distribuídos de acordo com a classe social dos indivíduos, o que nos exige entendê-lo na perspectiva da economia política.

A respeito da evolução desse debate, Marandola e Hogan (2005) afirmam que, de tema marginal, ele é deslocado para o centro da teoria social, tomando dimensões de um paradigma. “O que começou com a evocação do papel crucial da cultura na formulação e aceitação dos riscos produzidos pela sociedade moderna, passou, através de teóricos como Ulrich Beck e Anthony Giddens, por uma ampliação que colocou o risco no próprio mecanismo de reprodução social da sociedade contemporânea” (MARANDOLA; HOGAN, 2005, p. 102). O risco passou a ser entendido dentro desse paradigma como o “espírito de nossa era”.

Para Veyret (2007, p. 65), “risco é conceito central da sociedade e um dos seus principais componentes de estruturação”. Esses riscos podem ser engendrados a partir da combinação de fatores naturais, científicos, técnicos e humanos.

A autora, citada anteriormente, apresenta uma tipologia dos riscos subdividindo-os em: riscos econômicos e políticos (fome em massa, guerras, desemprego etc.); Riscos sociais (violência, insegurança, preconceito etc.); e Riscos ambientais (erosão, desertificação, deslizamentos, inundações Etc.). Esses últimos “resultam da associação entre riscos naturais agravados pela atividade humana e pela ocupação do território” (VEYRET, 2007, p.64). Os “riscos naturais” são aqueles que possuem causas físicas que escapam largamente à intervenção humana.

Nesse trabalho a grafia do termo riscos socioambientais será usada com o mesmo sentido do termo riscos ambientais da tipologia de Veyret (2007). Optou-se pelo termo socioambiental por se considerar que no debate sobre esses riscos, no Brasil, é preciso dar ênfase a dimensão social que constitui os fenômenos.

A vulnerabilidade, diz Veyret (2007), revela a fragilidade de um sistema em seu conjunto e sua capacidade de superar uma determinada crise. Desse modo, a vulnerabilidade está relacionada ao grau de exposição a uma determinada condicionante, à fragilidade diante da exposição (falta de informação, por exemplo) e meios para enfrentar a crise.

Não existe risco zero, diz Veyret (2007), por isso, é preciso sempre gerenciar os riscos e esse gerenciamento envolve escolhas políticas e decisões em relação ao ordenamento do território. Para Veyret (2007), um instrumento fundamental para prevenção e gestão dos riscos está exatamente relacionado com o ordenamento do território, ou seja, os instrumentos de planejamento territoriais.

Área de risco, do ponto de vista desse trabalho, é entendida como aquela que apresenta algum nível de perigo para o bem estar e sobrevivência humana. É necessário frisar que, apesar do conceito de “área de risco” ter um viés naturalista, ele sempre apresenta uma dimensão fundamental de base social e política em sua constituição.

Veyret (2007) chega a afirmar que o risco é sempre uma construção social, ou seja, apesar de alguns tipos de risco ter a força da natureza atuando de forma independente (como os movimentos de placas que produzem vulcões e terremotos), o risco só aparece com a percepção humana, com a exposição aos fenômenos que causam danos, com a vulnerabilidade social a esses fenômenos e com a má gestão do risco, o que justifica esta dissertação.

É preciso reconhecer que a produção das áreas de risco está associada ao processo de periferação e precarização presente nos espaços urbanos. Ferreira e Penna (2000), se apoiando em Waiselfisz, afirmam que a própria exclusão na sociedade, e pode-se dizer o processo de periferação, é uma forma de violência contemporânea que compõem as cidades. Dizem elas sobre o processo de diferenciação dos territórios nos espaços urbanos:

As cidades, transformadas em objetos de consumo, agregam conteúdos sociais às formas construídas que se articulam fortemente para criar territórios urbanos. Assim, os espaços passam a ser diferenciados por suas “formas-conteúdos”, e não apenas por condições variáveis da natureza e da sociedade. As sociedades ao produzirem seu espaço valorizam ou desvalorizam certas porções do território que são apropriadas por diferentes atores sociais.(...) Assim, nas cidades definidas como o lugar essencial da pobreza, das desigualdades sociais crônicas e da anomia, a violência é um dos seus aspectos mais visíveis.(FERREIRA; PENNA, 2010, p. 157).

Atualmente, o Brasil comporta distintos tipos de áreas de risco: áreas de risco ligadas ao alto grau de violência; áreas com risco de contaminação por produtos químicos (em especial pelo uso de agrotóxicos); áreas de risco relacionadas as limitações ao acesso à água (como nas regiões do semi-árido); áreas de risco nuclear (ex: casos de contaminação por Urânio na cidade de Caetité-Ba); riscos ligados ao emprego de novas tecnologia (ex: a proliferação da agricultura com tecnologia transgênica); riscos associados aos movimentos de massa (como escorregamentos principalmente na região Sudeste); riscos produzidos pelas inundações entre outros.

Esses riscos na área urbana são intensificados no processo de urbanização. Costa (2011) chama atenção para o contexto peculiar brasileiro que combinou acelerado processo de urbanização do país com expropriação da terra no campo, o que resultou em ocupação de áreas, que já carregavam um vetor natural de risco, urbanas por parte da população empobrecida expulsa do campo. Sobre isso diz Costa e Ferreira (2010):

Nesse movimento histórico de produção do urbano no Brasil – calcada na forte migração campo-cidade e na expansão das periferias sobre terras impróprias para moradia –, emerge o risco, aqui tratado como uma construção sociopolítica, quando prevalece, negligentemente, a *naturalização* dos eventos trágicos que redundam na perda de milhares de vidas em nossas cidades. (COSTA; FERREIRA, 2010, p.171)

A produção das áreas de risco associa-se à própria reprodução do sistema capitalista e seu consequente uso do território urbano, que o dinamiza e é dinamizado por ele. Na constituição dessas áreas, dimensões políticas, ideológicas econômicas, culturais e espaciais constituem o fenômeno de forma inseparável.

A gestão dos riscos na sociedade não está apartada do que Beck (2010) chama de lógica da distribuição do risco. Reafirmando que essa distribuição está associada à própria distribuição das riquezas (BECK, 2010). Por isso, os instrumentos de planejamentos e gestão são em geral não efetivados; essa é uma face perversa da produção do risco relacionada aos instrumentos de planejamento (COSTA; FERREIRA, 2011).

Para Costa e Ferreira (2011), a gestão ambiental e o planejamento representam a administração de determinadas situações dentro de uma dada conjuntura da relação sociedade x natureza. O planejamento seria o passo necessariamente anterior à catástrofe relacionado a atividades de prevenção e ordenamento do território (VEYRET, 2001). Por isso, o planejamento deve, urgentemente, incorporar a questão das áreas de risco e vulnerabilidade urbana, ao invés de continuar como uma atividade intelectual de criar planos, encerrando-se em si mesma (COSTA; FERREIRA, 2011) e pode-se somar dizendo que trata-se de uma atividade voltada a dar base ao desenvolvimento econômico.

Costa e Ferreira (2010) afirmam que a conformação do território urbano é resultado da ideologia do Estado e do controle das classes dominantes – fazendo com que a renda da terra e a especulação imobiliária sejam mais importantes em relação à mitigação dos riscos ou da vulnerabilidade urbana. Dizem eles:

Com Chauí (1987) podemos dizer que o conceito gramsciano de *hegemonia* inclui o de cultura como processo social global que constitui a ‘visão de mundo’ de uma sociedade e de uma época, onde temos que a hegemonia de agentes urbanos

representa uma cultura que se quer e necessita ser universal para se impor perante as classes, nas cidades. Além disso, o conceito de *ideologia*, enquanto sistema de representações materiais-simbólicas, normas e valores da classe hegemônica que ocultam sua particularidade numa universalidade abstrata, está na base de tal dominação e, por assim dizer, está embutido no planejamento das cidades e na gestão ambiental dos riscos. Nessa perspectiva de hegemonia e ideologia, que produzem as cidades e os riscos, vislumbramos todos os anos, na mídia, a naturalização das tragédias. (COSTA & FERREIRA, 2011, p.177).

Essa citação nos remete à complexidade dos instrumentos de planejamento, os quais estão comprometidos ideologicamente com o fortalecimento da hegemonia do capital. Nesse jogo, Costa e Ferreira (2011) observaram que a classe dominante não tem propostas para mitigar as questões que agravam ou produzem o risco, pois essa classe visa aos investimentos em territórios privilegiados, como o centro ou as novas zonas valorizadas de expansão urbana.

Costa e Ferreira (2011) sintetizam o funcionamento dos instrumentos de planejamento: “Como diz Villaça (2002), os dilemas e os interesses a serem ocultados pelos novos planos estão claros, não há como anunciar obras de interesse popular, pois estas não serão feitas, e não há como anunciar as obras que serão feitas, pois estas não são de interesse popular.” (COSTA; FERREIRA, 2011, p.180).

Por fim, os autores Costa e Ferreira concluem que o caminho só pode ser o da prática de planejamento urbano para além dos limites impostos pelo capital referente ao território urbano ou à seleção dos setores de cidades a serem valorizados.

Mas essa prática é possível dentro de um sistema capitalista que se impõe produzindo desigualdades socio-espaciais tão gritantes na sociedade? Efetivamente sabe-se que o planejamento é um instrumento que está submetido aos interesses políticos/econômicos. Mesmo com a tentativa jurídica de elevar os instrumentos de planejamento acima dos interesses políticos e econômicos dos atores hegemônicos, como no caso dos planos diretores e dos planos de uso e ocupação do solo, que são instrumentos legais de planejamento, a base material da sociedade acaba definindo os aspectos da sua superestrutura. Por exemplo, no caso dos planos diretores, a participação da população marginalizada ou precarizada em sua condição de vida é carregada de desafios.

Em uma sociedade que funciona produzindo desigualdades, os planejadores vão conseguir implementar mais facilmente aquelas medidas que favoreçam o sistema, ou seja, um determinado bairro irá ser beneficiado por uma melhoria urbana, caso já existam interesses especulativos para a área, isso não significa que muitos moradores não possam se beneficiar. Mas no sistema não há nada de graça, nesse sistema todas as peças tem uma função na manutenção da estrutura socioeconômica e no seu aprimoramento. Significa que as

estratégias dos planejadores que buscam garantir uma estrutura urbana adequada a todos, ou seja, com previsões audaciosas como de reforma urbana habitacional, que permita acesso à habitação, irá sofrer resistência daqueles que se enriquecem através da especulação imobiliária.

Na sociedade capitalista as possibilidades dos planejadores que se baseiam em outros fundamentos ideológicos são extremamente contingenciadas. Então, alguns perguntariam por que o geógrafo, ciente dessas limitações, busca debater e exercer o planejamento urbano? Exatamente porque o geógrafo está ciente das limitações e pode através desse debate buscar superar essas limitações, em prol de uma cidade menos desigual. E ciente disso pode atuar corrigindo discriminações espaciais, consciente de que seu trabalho será sempre de resistência, até que o sistema possa ser transformado. Nessa linha, a compreensão sobre a condição de vida e as representações dos moradores das áreas, que são objeto de intervenções urbanas, passa a ser central. Afinal, é apenas a partir do entendimento das prioridades dos grupos que vivem nesses lugares, principalmente em áreas de risco é que se pode dar o primeiro passo no sentido de minimizar as discriminações espaciais e democratizar as decisões sobre o uso e ocupação do espaço urbano.

2.2 PERCEPÇÃO E REPRESENTAÇÕES SOBRE O RISCO

A percepção ambiental está estritamente associada ao próprio conceito de representação que uma determinada comunidade tem sobre o meio em que vive. Para Oliveira (2002) a percepção ambiental é o processo de atribuir um significado ao espaço. As representações sociais possuem raízes históricas no conceito “representações coletivas” de E. Durkheim. As representações possuem um caráter ativo, de “produção de comportamentos e de relações com o meio ambiente” (Moscovici, 1978, p. 50) modificando-o, e não apenas reproduzindo. Serbena (2003) afirma que a representação social:

[...] ocupa a função de orientar e dar sentido aos sujeitos na sua vida cotidiana, situando-se entre o mundo dos conceitos técnicos e científicos que dão sentido ao mundo tornando-o inteligível e às percepções realizadas que procuram refletir este mundo. Estas representações tornam-se cada vez mais presentes e atuantes quanto menos existirem teorias ou sistemas simbólicos que ofereçam uma explicação unificada da realidade ou na medida em que temos vários conhecimentos concorrendo entre si na sociedade. (SERBENA, 2003, p. 35).

Essa interpretação, contudo, sofreu algumas críticas dentro das ciências humanas, já que esses conceitos foram formulados dentro do arcabouço comportamentalista, que ligava representação diretamente à ação. Herzlich (1991) analisando os avanços do conceito afirma

que desse viés determinista, que ligava representação à ação de maneira linear, emerge a crítica que transforma o conceito, ampliando suas possibilidades, na medida em que reconhecia suas limitações. A partir desse reconhecimento, o conceito ganha um potencial explicativo e não ilusório. Herzlich (1991) chama a atenção para o fato de que atualmente já se fala em “polifasia cognitiva”, que demonstra a complexidade em torno das representações desencadeadas por discursos diversos, de origem múltipla, com funcionamento diverso. Nas palavras do autor supracitado:

De fato, para Moscovici o estudo de uma representação social situava-se no campo de uma psicologia social, dominada então pela tradição behaviorista: a de uma ligação direta entre estímulos e resposta comportamental (...) Encontramos aí talvez o problema mais comum - mas também dos mais difíceis - das Ciências Sociais: o da influência recíproca da estrutura social e do autor. A noção de representação social, tal como Moscovici procurou elaborar, substituiu uma tentativa de articulá-los; mas sem dúvida a ênfase era colocada sobretudo em um lado (...). O ponto importante [que deve ser considerado nos estudos atuais] é a "polifasia cognitiva" – refere-se à coexistência complexa, numa sociedade como a nossa, de discursos de origens múltiplas e funcionamentos diversos, fundindo-se, diferenciando-se ou excluindo-se, segundo as circunstâncias. (HERZLICH, 1991, p. 24).

Tratando-se do espaço geográfico, essa relação entre ação e representação não é menos complexa. Para Peluso (2003), o próprio par dialético tecnoesfera e psicoesfera, delimitados por Milton Santos como dimensões essenciais para analisar o lugar, mostra a complexidade dessa relação e permite que a geografia trate das representações sociais, as quais iriam constituir a dimensão da psicoesfera sempre de uma maneira dialética e não determinista como se dava no nascimento do conceito de representação. Diz ela: “têm-se aqui, a ideia de pares dialéticos: a tecnoesfera produz os insumos materiais para que a psicoesfera os transforme em conteúdos da mente e a sustente” (PELUSO, 2003, p. 323). Temos assim, uma complexidade instaurada para a geografia, já que para além da problemática sujeito/sociedade e a conduta desses indivíduos ou grupo social, instaura-se a complexidade sujeito/sociedade/espço. Ainda a respeito dessa questão da ação ou conduta dos indivíduos e a relação com a representação ou percepção ambiental, diz Herzlich:

Uma representação social, para mim, permite em princípio compreender por que alguns problemas sobressaem numa sociedade e esclarecer alguns aspectos de sua apropriação pela sociedade, como os debates e os conflitos que se desenrolam entre diferentes grupos de atores. Compreendemos de que forma chegam e constituem o foco de condutas múltiplas e complexas - tal o papel de orientação das representações; mas a explicação das condutas, propriamente ditas, deve incluir outras variáveis, e não apenas as representações. (HERZLICH, 1991, p. 28).

A tentativa de apreender essas representações e percepções do espaço é uma maneira de buscar compreender um aspecto da realidade desses grupos sociais. De acordo com Barbosa (2009), a representação não é equivalente ao objeto externo, assim como não é produto imediato da memória ou da experiência. A representação possui um caráter construtivo e autônomo que comporta a percepção/interpretação/reconstrução do objeto e a expressão do sujeito. A representação é uma criação plena de historicidade no seu movimento de enunciar ou revelar pelo discurso e pela imagem o movimento do mundo.

Portanto, a questão da percepção e da representação “é uma via de acesso privilegiado ao conjunto de suas concepções, de seus valores e de suas relações de sentido. (...), e que a representação não é apenas esforço de formulação mais ou menos coerente de um saber, mas também interpretação e questão de sentido.” (HERZLICH, 1991, p. 25).

Para Jodelet “a observação das representações sociais é, de fato, facilitada em muitas ocasiões. Elas circulam nos discursos, são carregadas pelas palavras, veiculadas nas mensagens e imagens midiáticas, cristalizadas nas condutas e agenciamentos (...)” (JODELET, 1993, p.23).

O imaginário é definido por Barbosa (2009) como o universo de representações criadas pelos sujeitos sociais nas relações que constituem com as imagens elaboradas pela sociedade. O imaginário, para o autor anteriormente citado, designa a relação da consciência (reflexiva, subjetiva) com outro lugar, com o ausente, com o inexplicável. No qual o possível, o virtual, o futuro não são representados senão através do imaginário. Trabalhadas e elaboradas as imagens se tornam potências da experiência social, conferindo ao imaginário um papel igual ou superior ao do saber que se refere ao real.

Analisando o papel do imaginário na sociedade moderna, Barbosa (2009) discute sobre dois autores, que possuem leitura diferenciadas: Baudillard (1981) e Jameson (1984). Para o primeiro vivemos numa época de “ficção material da imagem”, em que não há mais distância entre o real e o imaginário. O real e o imaginário se misturam e passa a ser difícil diferenciar uma coisa da outra, como se tudo fosse simulado, inventado, criado, imaginado. Isso só é possível, porque impera a apreensão do mundo através de narrativas e não dá experiência direta, ou seja, são representações de representações. Nessa perspectiva, segundo Barbosa (2009) o “universo simulacional” age, como um solvente da história para exercer seu poder disciplinar sobre a nossa subjetividade e, esgotando, na própria imagem, as possibilidades de apropriação do mundo, contribuindo para a progressiva substituição da experiência pelas representações de representações. F. Jameson, de acordo com Barbosa

(2009), mesmo reconhecendo a profusão simulacional das representações como uma perda de referenciais, afirma que há a possibilidade do aceno débil da realidade no horizonte da imagem. Voltando a Jodelet e sua definição de representação social, em que:

[...] as representações sociais são fenômenos complexos sempre ativos e agindo na vida social. Em sua riqueza fenomênica assinalam-se elementos diversos, os quais são às vezes estudados de maneira isolada: elementos informativos, cognitivos, ideológicos, normativos, crenças, valores, atitudes, opiniões, imagens etc...Mas esses elementos estão sempre organizados como uma espécie de saber que diz alguma coisa sobre o estado da realidade.(JODELET, 1993, p. 3).

Ainda é preciso estabelecer que o conceito de percepção está intimamente relacionado às representações sociais. Como já foi pontuado, alguns autores tomam o conceito de percepção como uma representação na escala do indivíduo.

Porém, considerando os indivíduos dentro de um sistema de poder é possível afirmar que a percepção, o imaginário e as representações são um processo também político. Sabe-se que das representações derivam, mesmo que de forma não determinante, um conjunto de ações ou, ao menos justificativas para determinadas ações. Paul Ricoeur ao analisar as narrativas, que derivam de determinadas representações de mundo diz que:

[...] é no nível em que a ideologia opera como discurso justificador do poder, da dominação, que se vêem mobilizados os recursos de manipulação que a narrativa oferece. A dominação, como vimos, não se limita à coerção física. Até o tirano precisa de um retórico, de um sofista, para transformar em discurso sua empreitada de sedução e intimidação. Assim, a narrativa imposta se torna o instrumento privilegiado dessa dupla operação (RICOEUR, 2008, p.98).

Para Lima³ (2006) comunicação e política sempre estiveram conectadas, pois a comunicação vincula discursos e signos carregados de representações. A percepção dos indivíduos, o imaginário, as representações que são comunicadas, através das narrativas individuais/coletivas, são campos de grande riqueza para compreender o universo dos sujeitos. Essas percepções e representações são mobilizadas e engendradas pelas próprias contradições sociais e respondem a elas nem sempre de uma maneira direta, lógica e simples.

Nessa perspectiva, a comunicação dessas representações, através da narrativa é "um processo simbólico pelo qual a realidade é produzida, mantida, reparada e transformada" (Carey, 1988; p. 23. APUD LIMA, 2006, p.54). Dessa maneira, entende-se que as percepções

³ Interessa notar que em Lima o conceito de imaginário comporta o de representações coletivas, ou seja, aquelas representações que são gerais, e compartilhadas por um número grande de indivíduos.

e representações possuem a habilidade de ser, ao mesmo tempo, representações "da" e "para" a realidade (LIMA, 2006). Baczko (1985 apud LIMA, 2006, p.2) afirma que:

O imaginário social é uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida coletiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder. Ao mesmo tempo, ele torna-se o lugar e o objeto dos conflitos sociais (...) A influência dos imaginários sociais sobre as mentalidades depende em larga medida da difusão destes e, por conseguinte, dos meios que asseguram tal difusão. Para garantir a dominação simbólica, é de importância capital o controle destes meios, que correspondem a outros tantos instrumentos de persuasão, pressão e inculcação de valores e crenças.(...) os *mass media* fabricam e emitem, para além das informações centradas na atualidade, (...) os imaginários sociais: as representações globais da vida social, dos seus agentes, instâncias e autoridades (...). (BACZKO, 1985; 299-314. apud LIMA, 1996, p. 2).

Essa produção midiática do risco, que Costa e Ferreira (2011) já denunciaram é também elemento que tangencia a própria percepção e representação sobre o risco.

Em se tratando do espaço urbano, afirma Moscovici (1978) “O espaço urbano considerado a matéria bruta do cotidiano é basicamente percebido e determinado pelas representações mentais e de maneira alguma é tão organizado e determinado como costumamos pensar” (MOSCOVICI, 1978, p.78). Como afirma Martins (1998) é reconhecido que o homem comum, inserido no cotidiano, é portador da possibilidade de mudança, pois é através dele e de sua vontade que nasce a força da sociedade civil e dos movimentos sociais.

É através dos moradores que a possibilidade de mudança pode ser articulada. A organização dessas vontades individuais em torno de uma representação comum, que se transforma em objetivo coletivo. Por isso, a relevância dessa dupla de conceitos percepção e representação, as quais dinamicamente alimentam e são alimentadas pelas transformações no lugar. A escala do cotidiano, do senso comum, da representação que o morador da área de risco possui sobre seu bairro e sua cidade ganha uma centralidade, na medida em que é parte fundamental no jogo de interesses sobre o lugar. Nesse sentido, o conceito de Lugar e suas novas abordagens fornecem elementos teóricos que auxiliam a análise da relação entre a percepção dos moradores e a própria constituição da área de risco. Já que o conceito, dinamicamente, incorpora a dimensão da percepção associada ao cotidiano e a dimensão macroeconômica nas novas abordagens.

2.3 O CONCEITO DE LUGAR NA COMPREENSÃO DAS ÁREAS DE RISCO

Afirma Martins (2011), o espaço passa a ser entendido como algo que emerge da construção social, e não dado a priori. Emerge como construção cultural, uma forma de ver e compreender o mundo. Daí a condição ontológica do espaço, pois sendo condição de existência faz parte do próprio ser. Assim afirma Martins (2011):

Apresentada a Geografia como categoria da existência, podemos, agora, conferir-lhe a condição de fundamento ontológico, uma vez que a existência tem relação com a definição do ser. A partir disso, a ciência geográfica observa e analisa um fundamento do Existir do ente, fundamento este responsável pela qualidade da essência desse ente, ou seja, a definição do seu ser. (MARTINS, 2011, p. 34).

No coletivo, os homens interagem, através da comunicação, do espaço, do trabalho e de todas as dimensões do existir. Nessa interação, uma consciência do espaço, que pertence ao homem, interage sobre outra e sobre o próprio espaço, transformando a própria categoria em algo dinâmico:

Na medida em que o homem nomeia o diferente, o que está fora dele, ele imediatamente se autoneia. Tem-se assim um processo de codeterminação. Por isso, o espaço nominado cria o homem, que o nomeia. A geografia é exatamente essa ciência que busca esse adjetivo usado em relação ao objeto espacial. Existe então uma “Expressão subjetiva da matéria”, que a geografia, enquanto ciência, busca cartografar (MARTINS, 2011, p. 53).

O espaço geográfico, o entendimento de suas mudanças, de sua produção, de seu significado, fronteiras e de seu valor material e afetivo, estão associados às transformações e interpretações sociais (SANTOS, 2001). Nesse sentido, não é possível compreender a sociedade sem ler o espaço que ela produz e que imediatamente a influencia. A geografia em conjunto com outras ciências tenta evidenciar a importância dessa noção de espaço, focando suas análises na dinâmica espacial que cada grupo, cultura e sociedade produzem. Para Santos (1998) o lugar é um subespaço carregado de especificidades e em constante interação com o seu exterior.

As ações que ocorrem sobre as áreas de risco, estão associadas a determinados sentidos que os sujeitos e grupos projetam sobre esses lugares. Assim, o próprio sentido que um lugar possui para um determinado grupo se enquadra dentro de um sistema de poder que possibilita ou não que o sentido do lugar seja conservado ou transformado. Ou seja, não há percepção isolada da totalidade da cidade, toda representação de um Lugar se insere dentro de um jogo de poder, fundado na experiência que o(s) homem(ns) tem com seu ambiente e entre si. Isso constitui a base para a construção da consciência dos indivíduos. Nesse sentido, a

consciência é o resultado da interpretação pessoal de cada um mediada pela vivência em sociedade. Essa interpretação reflete na sociedade e é reflexo da sociedade em um movimento dialético de difícil apreensão.

Como pontuou Herzlich(1991) trata-se mais de uma “polifasia cognitiva” em movimento constante. Valores, atitudes, pensamentos e os significados dos fenômenos são extremamente dinâmicos. Pode-se dizer que pensar o lugar e especificamente a percepção do morador sobre o lugar que vive é ir além da relação afetiva que se estabelece, para avaliar a relação entre a percepção e a realidade social que lhe é pano de fundo. Já que, apesar dessa relação de identidade com o lugar não ter desaparecido, ela se situa dentro de uma dinâmica mais ampla, onde o lugar não adquire sentido apenas para aqueles que tem experiência direta com ele, como os habitantes das áreas de risco, mas também para aqueles que o definem enquanto um projeto futuro para uso e ocupação ou que se utilizam de determinadas características do lugar para sustentarem um determinado poder.

Pensar as áreas de risco não é possível apenas através de uma abordagem que valoriza a especificidade, já que o contexto das cidades contemporâneas e da produção dessas áreas é extremamente complexo e apesar de haver uma determinação material, há variáveis fundamentais que atuam na manutenção e expansão dos acontecimentos e que ressoam na percepção dos moradores.

Para Moreira (2009a) no pensamento de Tuan o espaço é um produto de nossa relação de corpo com o entorno. Transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. O espaço passa a ter uma definição e um significado. Desse modo, compreender o lugar dos sujeitos passa por entender o significado adquirido na relação com esse espaço. De acordo com Moreira (2009^a), o espaço e lugar para Tuan podem “[...] ser entendidos como uma relação de subjetividade em cujo centro está a significação” (MOREIRA, 2009a, p65).

Assim, se diferenciam espaço e lugar: espaço é o mais amplo e impreciso. Lugar é o espaço do vivido de forma imediata, ao qual atribuímos valor. Para Yi-fu Tuan (1982) a tarefa é descobrir como cada espaço se torna lugar, partindo do questionamento sobre a natureza da experiência, a qualidade da ligação emocional com os objetos físicos e a função dos conceitos e símbolos na geração da identidade do lugar. Ele mesmo parte das seguintes perguntas: 1) “Qual é o papel da emoção e do pensamento na ligação ao lugar? 2) Como o conhecimento, ou a informação, (reais ou ilusórios) afetam o comportamento?” (TUAN,1982, p. 149).

Com outra ênfase, Santos (1999) observa que a ação do modo de produção sobre os diversos lugares passa pela mediação das formações sociais constituídas e é essa mediação que produz a diferença nos locais. Significa que a comunicação no local, ou o tecido social é fundamental para compreender o processo. Santos (1999) pontua a existência de diferentes vetores com velocidades distintas atuando nos lugares assim alguns novos vetores têm uma difusão mais rápida e extensa (é o caso atual da informação), enquanto outros se espalham mais lentamente e mais seletivamente (é o caso da moral) (SANTOS, 1999, p.8).

Nesse sentido, pode-se dizer que nas áreas de risco as dimensões materiais e simbólicas são completamente entrelaçadas e interagem de formas complexas e muitas vezes antagônicas. A compreensão da percepção e representação do morador em relação ao lugar é uma variável importante para dimensionar tanto o impacto sobre as identidades com o lugar, quanto para avaliar o desenvolvimento das contradições que se colocam em relação a permanência nessas áreas ou a remoção dos moradores, execução de obras e uma série de outras medidas.

Pensando nos moradores das áreas de risco, quais escolhas dentro da sociedade contemporânea lhes foram permitidas? Diante da máquina de transformação que é própria do capitalismo em seu movimento incessante de destruição e construção, que se dá tanto materialmente quanto ideologicamente, quais são as opções para os marginalizados já no berço? Certamente existem opções, escolhas são feitas, afinal escolha é um processo humano, porém qual escolha existe diante da fome, da falta de um teto? O morador da área de risco escolhe a resistência, o conformismo, a moradia precária, a troca do voto. Nesse sentido, o sentimento de pertencimento, não pode ser entendido como algo isolado do movimento do mundo, mas como resultado desse movimento.

Sobre as áreas de risco, o interesse não pode se restringir unicamente à vivência particular de uma determinada pessoa em um certo ambiente. Não se está à procura apenas da subjetividade. O interesse é saber como diferentes pessoas experienciam uma certa condição que é comum a elas. Nessa linha observa Ferreira (2000):

A busca da compreensão de conceitos como globalização, singularidade, identidade, internalidade, externalidade, simbolismo, progresso, perda, subjetividade, interconectividade apresenta-se paralela àquela em direção à compreensão do lugar. Compreender o lugar é, deste modo, compreender uma relação possível entre questões políticas e econômicas e teias de significações e vivências expressas localmente sem perder-se de vista suas relações estruturais globais ou as novas relações espaciais determinadas por um mundo em constante mutação. É exatamente esta essência constantemente em movimento, esta capacidade de responder aos estímulos internos e externos com diferentes velocidades, esta qualidade da

permanência (material, afetiva e simbólica) associada a permeabilidade, a processos internos e externos influenciadores de sua modificação (material, afetiva e simbólica) que faz com que o lugar seja um permanente desafio a sua compreensão e a compreensão do mundo. (FERREIRA,2000,p.81).

Na verdade a característica de corresponder à dimensão do vivido e do cotidiano, não se perde. Ele é experienciado por uma população local de forma complexa, pois está envolto por uma trama, progressivamente, regional, internacional, global, que tende a modificá-lo constantemente e a despeito dos desejos de quem tem a experiência direta com ele.

Oakes em um artigo publicado em (1997) nos anais da sociedade americana de geografia coloca que o ponto para compreender o lugar é “capturar na política cultural do lugar um senso de ambivalência, contradição e paradoxo com as quais essas pessoas continuam a captura as mudanças turbulentas em torno deles”⁴ (OAKES, 1997, 510-tradução nossa). Para o autor é necessário se mover para além da concepção de que identidade do lugar e modernidade são realidades incompatíveis ou constituem oposições. O lugar deve ser entendido como a expressão geográfica do paradoxo da modernidade que é a tensão entre o progresso e a perda (OAKES, 1997). Um espaço ambivalente onde convive o eterno e mutável ou nas palavras de Oakes “a opressão da nova ordem e a prisão da tradição” (OAKES, 1997, p. 511- tradução nossa).

A percepção do risco e a relação com a área de risco do ponto de vista dessa análise, está inserida em um contexto mais amplo, ou seja, a percepção está conectada e se retroalimenta da própria experiência na cidade. A constituição dos riscos apresenta variáveis que vão além do próprio risco, corresponde ao planejamento e à dimensão político-econômica que recorta a lógica da periferação nas cidades.

Dessa maneira, partimos do entendimento de que a percepção não resulta da vivência em um ponto inerte do espaço, mas é o resultado das relações estabelecidas no espaço e em mutação, ao entendermos a própria cidade enquanto espaço vivido e de vivências múltiplas. De acordo com Milton Santos “hoje certamente mais importante que a consciência do lugar é a consciência do mundo, obtida através do lugar.” (SANTOS, 1998, p. 38). Pode-se somar à citação anterior a consciência do lugar obtida através do mundo.

A partir de Veyret (2001), é possível afirmar que a relação das populações com a área de risco é o ponto inicial para se gerir o próprio risco. Por isso, “um grande número de métodos de prevenção validados na Europa e exportados não apresentam resultados

⁴ “My point is to capture in the cultural politics of place a sense of the ambivalence, contradiction, and paradox with which people continue to engage the changes swirling around them”

esperados, pois foram projetados em torno de evidências de risco científico, técnicos e dirigente” (VEYRET, 2001, p.48).

Ou seja, a relação local da população com a área parece ser pouco considerada, a própria percepção do risco da população é negligenciada. O estudo da percepção do risco de populações que vivem em áreas vulneráveis é necessário para se ordenar o território respeitando o direito à localização dos mais pobres nas cidades.

A mesma Veyret (2001) afirma que nas sociedades onde trabalhou, “(...) em que o perigo é considerado uma fatalidade ou punição divina, as populações permanecem passíveis.” (VEYRET, 2001, p.48). Dessa forma, um planejamento apoiado tão somente em aspectos técnicos ou no espaço em uma perspectiva geométrica pode não dar conta da complexidade que leva à “produção” dos riscos; faz-se necessária uma análise sobre os aspectos sociais e subjetivos da “construção social do risco”.

No quadro complexo das múltiplas combinações de variáveis que engendram uma área de risco, a relação com o lugar e a percepção do risco são fatores de importância, tanto para a própria constituição do risco, quanto para sua gestão e principalmente para determinar o grau de vulnerabilidade de um grupo. A vulnerabilidade é, de acordo com Ribeiro (2010), a capacidade de um grupo ou de um indivíduo prever e preparar-se para um desastre. Dessa maneira, a percepção é elemento chave de determinação da vulnerabilidade de um grupo.

Veyret (2007) analisando os riscos, em Quito no Equador, observou que a construção simbólica em torno dos vulcões marcava toda a dinâmica de ocupação da área e ainda influenciava a gestão dos riscos. Considerando a importância dessa dimensão da percepção para a constituição da área de risco, para o entendimento da relação dos moradores com essa área e para a magnitude do dano, sua compreensão e análise parece fundamental.

CAPÍTULO 3. OS RISCOS DE ESCORREGAMENTO E O LUGAR DE MORADIA NA PERSPECTIVA DOS MORADORES

O objetivo desse capítulo é aproximar o leitor do morador da área de risco e daqueles que tratam rotineiramente com o problema na cidade. Ao final desse capítulo espera-se que o leitor tenha conseguido escutar o morador e compreender seu cotidiano, o significado de seu lugar de moradia e sua relação com a cidade. A partir dos conceitos do capítulo 1 e 2 já é possível identificar nas falas, relatos e mapas dos moradores as implicações que a percepção e representação do lugar carregam e sua própria dinâmica.

Prevalece no senso comum e no discurso do poder público a ideia de que o morador da área de risco conhece exatamente o risco de viver no lugar onde habita. E que o morador se mantém onde está por “não ter para onde ir” ou por “teimosia”. A fala a seguir de S. A., técnica da defesa civil de Ouro Preto ilustra bem esse entendimento:

“Ele sabe que ele tá em risco, porque ele liga pra cá e fala: eu tô em área de risco, tô na rua tal, minha casa tá em risco...Ele já fala com a gente qual a rua que ele tá morando..., Entendeu? Ele sabe que aquela área dele ali, onde ele tá locado, pode cair. Ai ele liga pedindo socorro... Por que ele liga pedindo socorro? Por que ele sabe que a gente vai fazer alguma coisa, pra gente ajudar ele... Pra tirar ele de onde ele tá... Só que tem um problema: a gente tira hoje, daqui a dois meses, cê volta lá, se ele não tiver voltado pra lá, tem outra família no mesmo lugar...Nos já tiramos famílias da mesma casa, no mesmo local, três vezes, e três famílias diferentes...O que deveria ser feito: a gente fazer a remoção, e imediatamente a prefeitura mandar demolir...”

Devemos nos deter inicialmente sobre essas noções, já que elas são a resposta, diríamos, mais imediata, para o seguinte problema: qual a percepção do morador sobre a área de risco?

Essa noção, primeira, no entanto, não reflete exatamente a real percepção do morador da área de risco, mas exemplifica uma discriminação. A técnica da defesa civil acredita que o morador percebe completamente o risco. A percepção do risco a partir do morador, é extremamente complexa. Afinal, trata-se de indivíduos e grupos que vivem precariamente na cidade, essa precariedade não é apenas relativa à moradia. Raffestin (1993) afirma que a discriminação espacial é apenas uma das formas de discriminação.

Veyret (2007) afirma que os riscos relacionados aos movimentos de massas na América Latina (sobretudo, no Brasil), foram agravados pelo processo de urbanização acelerada e pela fragilidade da resposta do poder público e da sociedade diante desses

eventos. Isso porque, de acordo com Veyret (2007), alguns países gerenciam apenas a crise e nunca o risco, para a autora os alvos relacionados a urbanização obedecem a um jogo complexo de poder que usa o risco para se situar e para se definir (VEYRET, 2007). Completa a autora dizendo que na política é preciso conciliar gestão do risco com a vontade de permanecer no ramo da política. Esse aspecto ilustra a proximidade da política com a geração das áreas de risco.

Nesse contexto, os instrumentos de planejamento estão submetidos ao jogo de poder dos atores sociais e geralmente servem aos interesses das classes dominantes no contexto das cidades. Isso mostra que a discussão do risco vai além dos aspectos naturais e de previsão do risco, antes, perpassa a lógica de produção do espaço urbano no contexto do capitalismo e da política calcada pelo clientelismo e troca de favores.

A própria fala da técnica da defesa civil, anteriormente transcrita, revela um posicionamento em relação ao morador: “*ele sabe que está em risco*”, ou seja, o morador tem plena consciência do risco que corre. E indica uma solução para o problema “*a gente fazer a remoção, e imediatamente a prefeitura mandar demolir*”. Não há nenhum questionamento sobre a causa do problema, e a solução se aproxima das de caráter exclusivamente restritiva e sem questionar as perdas materiais e afetivas para os moradores. Esse olhar do técnico sobre a questão se distancia da perspectiva do morador, como será possível perceber mais a frente.

No entanto, é preciso já ponderar que a percepção do risco é extremamente variável entre os(as) próprios(as) moradores(rãs) de uma área de risco e a própria constituição de uma percepção do risco acontece como produto de um quadro imbricado de eventos, discursos, socialização de narrativas sobre os fatos e jogos de poder. As próximas páginas servirão para elucidar esse problema ao leitor e evidenciar a complexidade existente em torno da construção da percepção do risco entre os moradores das áreas de risco da cidade de Ouro Preto-MG.

O primeiro elemento que interessa demonstrar aqui é o caráter histórico da percepção do risco. O risco é construído no imaginário a partir dos eventos e das narrativas e discursos em torno dos eventos. Desse modo, quando escutamos uma moradora⁵ que vive no bairro há mais de 30 anos, dizer: “*não deixam mais construir, pois agora dizem que a área é de risco (...) tem uns oito anos que falam que é área de risco*”, pode-se observar que a ideia de que a área é de risco está sendo, com resistências, incorporada na percepção da moradora sobre o lugar onde vive, a partir da consideração do discurso externo. A própria moradora parece não estar totalmente convencida sobre o risco, tanto que afirma: “*moro aqui e na minha casa não*

⁵ Sra. Z. C., moradora do bairro São Francisco_ Morro do Piolho, cozinheira, aposentada após sofrer um derrame. Jan de 2012.

existe risco nenhum.” Além disso, é possível perceber que a ideia do risco está marcada temporalmente com a expressão “*agora dizem que é área de risco*”.

Essa rotulação da área como de risco, enquanto um discurso que chega a partir da universidade, da prefeitura e da televisão podem ser analisadas a partir da noção dos vetores verticais (SANTOS, 1998, 1999, 2000,2001) atuando no lugar. Os vetores verticais são as ações produzidas fora do lugar, mas direcionadas a ele. Enquanto os vetores verticais são aqueles produzidos no lugar, com base nos interesses locais. Esses dois vetores atuam mutuamente na produção do lugar, por isso, os lugares para Santos (1998, 1999) são instáveis e mudam com grande velocidade diante dos eventos que recaem sobre eles como flechas (SANTOS, 1998).

Há uma dúvida por parte da moradora em aceitar a ideia, relativamente nova, de que a área em que habita há mais de 30 anos é de risco. Pode-se identificar aí o que Santos (1998) chamou de fenômeno que acontece no lugar, que é a própria resistência ou discursos de resistência.

Esse caso joga luz sobre a temática, pois coloca a questão do risco em outro patamar. Vejam que essa mesma moradora relatou outros acontecimentos de escorregamento no bairro:

“Ali, (ela apontou uma curva na estrada distante e abaixo de onde estávamos) há uns 20 anos, morreu uma menina com filho debaixo da terra (...) ela tinha ganhado ele há pouco e tava de resguardo em casa, quando o morro desceu (...). Ela chamava Luciana”.

Esses acontecimentos, eram interpretados como acidentais e não evoluíram no sentido de construir uma ideia de “área de risco”, mas associado a um discurso externo de “*agora*”, a moradora começa a elaborar a noção de que mora em uma área de risco. Ao relatar como iniciou a ocupação da área, a moradora fornece mais elementos que comprovam a historicidade da noção de “área de risco” e a maneira como essa noção alcança o morador da área.

A fala de outro morador do mesmo bairro, ilustra essa convivência com a área: Sr. J. L., morador de 79 anos, é atualmente um dos moradores mais antigos da área “Volta do Córrego”. Ele relatou que o terreno foi comprado, pelo pai, de um amigo da família em 1955. Disse que os pais trabalhavam na mineradora “*Bico de Pedra*” em Marina. Com a falência da mineradora a família conseguiu se fixar nesse terreno que comprado por um preço “*que podiam*” do amigo. Relatou que sempre conviveram com os deslizamentos e que foram

fazendo os muros para impedir que a “terra descesse”. Na perspectiva desse morador, os escorregamentos sempre aconteceram e são controlados.

Na época de ocupação da Volta do Córrego, no bairro São Francisco, é anterior às ocorrências dos escorregamentos de 1979, que afetaram principalmente o bairro São José, quando se iniciou o levantamento geológico e a discussão do risco de escorregamento em Ouro Preto. Porém, esse debate era muito restrito e distante da população. Portanto, apesar da ocupação do Bairro São Francisco ter sido iniciada aproximadamente no final da década de 50 e intensificada em 1970, não havia nenhuma informação sobre risco de escorregamento.

Nos últimos anos com o aprofundamento dos trabalhos científicos sobre o tema, com a criação e aumento do número de técnicos da defesa civil e da criação do aluguel social, a cobertura da mídia sobre o tema e com ocorrências em outras localidades como no Estado do Rio de Janeiro em 2008, a incorporação da noção “área de risco” vai se expandido em Ouro Preto.

A noção “área de risco” se difere totalmente no aspecto avaliativo do morador. O termo área, em “área de risco”, remete a uma continuidade homogênea passível de ser delimitada, nesse caso o bairro São Francisco. Área guarda um sentido de grandeza e homogeneidade. Para o morador do Bairro São Francisco, sua percepção poderia ser traduzida como pontos de risco. Dessa maneira, o vizinho, distante 2 metros é situado, pelo morador, em um “*ali tem risco*”, enquanto sua casa não.

Essa representação está ligada à experiência cotidiana com o lugar, no que tange a sua horizontalidade (SANTOS,1998), ou seja, daquelas ações e representações produzidas apenas no lugar. Nasce do próprio processo de abstração do morador diante dos eventos que presencia ou presenciou.

Os relatos dos moradores demonstram esse olhar diferenciado sobre o risco. “*Acho que corro o risco de ficar sem a rua*”, relata L., moradora do bairro Taquaral, quando questionada se sabe se a área é de risco. É importante lembrar que o bairro Taquaral está situado em área de risco 3, ou seja, tecnicamente não é uma área para moradia. A representação não é homogênea, mas sim permeada pela experiência cotidiana do morador, o que inclui as ocorrências de escorregamentos e o tipo de explicação para os escorregamentos, por exemplo.

Os relatos comprovam que esse discurso sobre o lugar, enquanto um lugar de risco, que configura um vetor vertical, não recai sobre o lugar de maneira determinante. Recorrendo ao filósofo Paul Ricoeur, Santos (1998) destaca a dimensão da autonomia dos lugares, por

isso as consequências dos eventos são imprevisíveis. Há sempre a possibilidade de no lugar se construir um projeto diferente daquele que é imposto pelo projeto dos atores hegemônico. Nas palavras de Santos (1998):

É como se a flecha do tempo se entortasse no contato com o lugar. O evento é, ao mesmo tempo, deformante e deformado. Por isso, fala-se na imprevisibilidade do evento, a que Ricoeur (1986) chama de **autonomia**, a possibilidade, no lugar, de construir uma história das ações que seja diferente do projeto dos atores hegemônicos. É esse o grande papel do lugar na produção da história, e apontá-lo é a grande tarefa dos estudiosos do espaço neste fim de século. (SANTOS, 1998, p. 39-grifo nosso).

Significa que a percepção fundada ao longo do período inicial de ocupação das áreas resiste à ideia de que “*agora dizem que é área de risco*”. Interessante notar que quando questionada de uma segunda maneira L., moradora do bairro Taquaral, (“-E na época da chuva, como fica o bairro?”), a resposta se diferencia: a questão do risco por deslizamento aflora abruptamente. O trecho a seguir é muito ilustrativo: “*A hora da chuva, ai ai ai, não gosto nem de pensar...Quando chega a chuva aqui, aí começa esse negócio: área de risco. A gente fica, Nossa! Numa situação complicada. Quando não tá chovendo tá ótimo né!!! (L. Moradora do Taquaral)*”

O lugar de moradia passa a ser o lugar de risco apenas durante as chuvas. Outras falas como “*o problema aqui é durante as chuvas*”, “*O bairro é muito bom, mas quando chove a gente tem que sair*” são exemplos que a experiência do risco de deslizamento remetida ao período das chuvas, sendo que fora desse período do ano, as áreas se tornam perfeitamente habitáveis na percepção dos moradores.

Os resultados do campo apontam para um enfraquecimento dessa noção de risco produzida pelos moradores, e da autonomia para produzir significado sobre o lugar com base nos interesses dessas populações devido a fragilidade, atual, das associações que se constituíram nesses bairros e que atualmente estão esfaceladas, tanto pela cooptação, com a eleição das lideranças, como no caso do bairro Alto da Cruz, para ocuparem quadros no legislativo; quanto pela mudança estratégica de algumas organizações como no caso do Taquaral.

Em 2005, apogeu do movimento pela habitação social no município, desencadeou a fundação da Associação Pela Habitação de Ouro Preto, essa associação, que já realizou importantes mobilizações, atualmente nem sequer se reúne. Sem a organização dos moradores os vetores horizontais dificilmente podem se configurar enquanto resistência no lugar. A Sra. G., moradora do Morro do Piolho - Bairro São Francisco-, atualmente desempregada, era

anteriormente funcionária em um restaurante. O marido é pedreiro fichado na Procalex. O casal tem dois filhos: um com 6 anos e outro com 12 anos. Em janeiro de 2012, a parte dos fundos de sua casa, onde se localizava a cozinha, foi destruída por um pequeno escorregamento. A foto 16 ilustra o escorregamento ocorrido na residência e as tentativas de contenção efetuadas pela família. É possível identificar na foto o uso de pneus velhos para contenção e de lona para evitar a infiltração. Na própria foto observa-se a precariedade da medida, pois toda a parte superior do morro e as laterais continuam desprotegidas. A casa, como está na foto 16, fica colada no barranco, sem recuo e vulnerável.



Foto 16: Medidas adotadas para evitar deslizamento por parte dos moradores. Local: Morro do Piolho.
Fonte: foto da autora. Jan/2013

A casa, de G. (foto 16 acima) foi interditada pela defesa civil e a família ficou 15 dias fora, na casa dos pais de G. A moradora relatou que em meio a chuva saíram da casa, os vizinhos ajudando a carregar o fogão, a geladeira, a televisão, algumas roupas.

“Tivemos que pagar um carro pra buscar nossas coisas lá em baixo, porque aqui em cima não subia nada, essa rua parecia um rio de lama, foi um desespero [a moradora começa a chorar...]. Eu não sabia o que fazer, tirei meus meninos daqui e depois fui pegando as coisas aos poucos”.

G. não tinha dúvida ao afirmar que a área era de risco e que a casa estava em risco. Porém, G. retornou para sua casa com sua família, levantou novamente a cozinha e vive com os filhos. *“Mas na época da chuva, assim, quando começa a chover muito, a gente sai da casa e quando para de chover a gente volta”.*

Para essa moradora o risco está concentrado durante as chuvas, sendo que o lugar reserva a representação de lar seguro em todo o restante do ano, quando as chuvas não são tão intensas. Além disso, a localização perto do centro é um ponto de intensa valorização para a moradora. Ela afirma que o bairro é muito bom, pois está localizado perto do centro. A casa é o único bem da família, onde investiram grandes recursos. Para G. não há alternativas possíveis. A moradora acredita que a solução apresentada pelos técnicos da prefeitura, que é a construção do muro de arrimo seja suficiente, mas não tem recurso para esse investimento. A moradora solicitou à prefeitura a construção do muro, mas disseram que não podem realizar benfeitorias em terrenos particulares.

Outra fala, da moradora M. do Morro do Piolho, ilustra essa representação de que o risco só se configura durante o período das chuvas e que fora isso é possível habitar a área. A moradora que teve sua casa afetada em 2012, quando parte da parede da área de serviço cedeu:

“É uma área de risco...na época que houve o desabamento(2012) a gente teve acesso aos geólogos, às vistas monitoradas, à assistente social e tudo... E foi indicado pra gente que não há risco eminente visível aonde eu moro, porque a gente fez muro de arrimo e tudo. Mas, cinco dias de chuva, são suficientes pra gente se retirar da casa. É o que nos foi passado.”

Outro testemunho importante é o de V. moradora do bairro há apenas 2 meses. Antes V. vivia no Bairro Piedade, mas resolveu mudar, pois o lugar era muito *“perigoso por causa das drogas”*. Além disso, *“(...) quando a gente vai arrumar emprego o patrão pergunta se vai*

precisar de vale-transporte e quando a gente fala que não eles dão preferência pra gente(...) *E aqui nesse bairro [Morro do Piolho] eu não preciso de vale, porque tá pertinho do centro, vou de pé.”* A moradora V. alugou uma casa, no ponto mais alto do bairro e quando questionada sobre o risco, responde: *“tenho medo só quando começar a chuva, né? Eles falam que aqui é de risco.* A fala revela outro significado para o lugar: a importância da proximidade do centro para essas famílias, que atinge diretamente a possibilidade ou não de conseguir um emprego.

Na casa de V., identifica-se que uma parede foi recentemente reconstruída. Essa parede, dos quartos do fundo, está distante aproximadamente 20 centímetros do corte feito na encosta, e possivelmente foi derrubada por um pequeno deslizamento anterior. Várias rachaduras estão espalhadas pelas paredes da casa, cobertas por uma fina camada de massa, que nem chegou a ser pintada.

O dono da casa, que V. alugou, foi removido para o aluguel social, de acordo com os técnicos da defesa civil, mas como a casa continua de pé o dono resolveu locar. V. no intuito de escapar de um risco (o da violência), acabou se assentando sobre outro (escorregamento).

A percepção do risco por parte do morador está sedimentada na experiência cotidiana de quem vive no lugar, ou seja, distanciada das abstrações científicas e técnicas, que permitem avaliar os lugares e classificá-los como seguros ou inseguros.

Do ponto de vista do morador, uma área onde nunca ocorreu um escorregamento é uma área segura, pois seu conhecimento sobre a realidade do lugar está assentado sobre eventos. O morador, além de não possuir o conhecimento científico que fundamenta a definição de seu lugar como área de risco, desconfia desse conhecimento. No olhar do morador o discurso “área de risco” ameaça sua moradia. O risco existe na representação do morador de uma maneira amena.

Para Ferreira (2002) a identidade com o lugar desaparece quando as mudanças das condições ambientais modificam inteiramente as relações sociais ou quando as mudanças de atitudes como modismos ou sistema de crenças conseguem transformar inteiramente as relações sociais (FERREIRA, 2002). No caso das áreas de risco em Ouro Preto, é possível afirmar que a identidade com o lugar, fundada no reconhecimento do lugar enquanto possibilidade de ter a casa própria, ou de ficar mais próximo ao trabalho está se alterando a partir da chegada desse novo simbolismo “área de risco”. Porém essa modificação não se dá ainda por inteiro e de forma linear. Muitos moradores dizem que vão ficar no bairro e esperam que o poder público construa “muros de arrimo”, faça asfalto, canalize o esgoto, medidas que

para os moradores tornaria a área segura. Porém o encontro com os técnicos da defesa civil e com estudantes que visitam a área, assim como o acesso às reportagens impactam nessa percepção e a alteram constantemente.

Para o morador, em geral, não só a escala de intensidade do risco é menor, como o escorregamento pode ser controlado e previsto. Relata o morador do bairro Alto da Cruz:

“[...] o pessoal da defesa civil teve aqui e avisou para evitar plantar bananeira, jogar entulho, e observar alguma rachadura no terreno. Aí quando começa a chover eu fico olhando para ver se aparece alguma coisa no quintal. A noite eu não durmo e fico andando no quintal para ver se aparece alguma coisa. Mas de dia a gente fica mais tranquilo, o problema é a noite”.

O encontro do morador com técnicos da defesa civil gera uma aprendizagem, uma alteração na percepção sobre a área. Na perspectiva do morador ele pode ficar na casa desde que as rachaduras não apareçam no terreno ou na casa e ele irá conseguir identificar essas rachaduras, assim como o risco será maior no período noturno.

Essa noção da previsão do risco, efetivamente contribui de maneira negativa. Para Veyret (2007), essa confusão em torno do risco aumenta a vulnerabilidade dos moradores. Esse quadro de diferença de percepção sobre a área de risco resulta, em partes, da falta de informação ou da informação precária transmitida ao morador. Relata a moradora L. do Taquaral: *“nunca recebi informação, eles vem aqui na época da chuva, falam que a gente tem que sair, senão vai cair tudo, mas não fazem nada e somem depois”.*

Pode-se destacar que outro elemento constitutivo da percepção do risco é o próprio trabalho realizado pela defesa civil nas áreas, já que é a partir desse trabalho que muitas informações são disseminadas. Dessa disseminação, somada a outros elementos de informação, surge na representação mesclada de elementos desconexos e sem base concreta como o relato do morador que acredita ser possível prever o momento exato do desabamento. Identifica-se então o fenômeno da “polifasia cognitiva” (HERZLICH, 1991). Essa polifasia, permite que o morador se adapte às diferentes situações, quando mais precárias (época das chuvas) e mais amenas (fora da chuva). A entrevistada moradora do bairro Alto da Cruz Sra. M.E., quando questionada sobre o risco, afirma: *“Eu tenho medo aqui quando chove, fico com medo do barranco. É muito perigoso, mas apenas em tempo de chuva. Aqui em cima já caiu umas duas casas. Um vizinho voltou e construiu novamente.”*

A entrevistada conta que foi removida do morro do Calvário, no bairro Santa Cruz, no ano de 2007, por ser área de risco e atualmente área de proteção ambiental. Com essa remoção a entrevistada passou a ser beneficiária da política do aluguel social, cujo valor é de

300 reais por mês. Com esse valor, no entanto, a moradora só conseguiu encontrar casa em outra área considerada de “risco” no Alto da Cruz.

Esse caso evidencia a ineficiência da política de aluguel social em Ouro Preto, já que é possível remover o morador de uma área, mas não retirá-lo de áreas de risco. Essa própria desvalorização/valorização das áreas em Ouro Preto, em função do risco que apresentam já foi bem discutido em Costa (2011). As contribuições trazidas por esse autor indicam que o próprio processo de nomeação de determinadas áreas como sendo de risco e a produção do risco gera uma conseqüente valorização das outras áreas.

Outro morador a, L. N. morador do bairro Alto das Dores, afirma diante do questionamento da técnica da defesa civil do motivo de ainda estar na casa interditada: *“Andei Ouro Preto inteira e não achei um outro lugar pra morar pelo preço que a assistência dá”*. Mesmo estando em um lugar nas chuvas que considera “muito perigoso”, o morador afirma sobre seu bairro *“gosto de morar aqui, porque não tenho nenhuma dificuldade. Tem ônibus na porta, tem serviços, fica perto de tudo que preciso...”*.

O primeiro aspecto relevante dessas falas está relacionado à valorização das áreas a partir do menor grau de risco. Beck (2010) aponta que os Riscos, assim como riquezas, são objeto de distribuição, essa distribuição, em geral, está associada a divisão de classes na sociedade e conseqüentemente o domínio sobre o território. A manifestação desse fenômeno na escala da cidade leva a população marginalizada a ocupar as piores áreas, já que os terrenos se tornam cada vez mais inacessíveis em função do preço que possuem. Dessa maneira, a população da área de risco, que mesmo beneficiada pelo aluguel social, não alcança a possibilidade de viver em uma entendida como área segura.

O segundo aspecto está relacionado à relevância do centro da cidade, que corresponde ao centro histórico, para os moradores. Tanto do ponto de vista do emprego, mobilidade, quanto do acesso aos recursos (hospital, escolas, serviços em geral) a proximidade em relação ao centro garante uma facilidade para os moradores da cidade.

Quando questionados sobre a origem do risco os moradores associam o risco ao crescimento urbano como mostra o fragmento a seguir:

“Lembro que cheguei aqui e só tinha mais aquela casa ali dibaixo, depois o povo foi chegando e marcando também(...)Foi crescendo entendeu? Antes era tranquilo, mas agora... O povo vai chegando e marcando o seu lote, tem gente que chegou aqui e comprou, mas a maioria chega e marca um lote. O resultado está aí, quando a chuva chega todo mundo sai correndo” (J. A. morador Morro do Piolho)

O morador ainda disse que percebe que o risco tem aumentado por causa da ocupação e que a cada ano observa que a água que desce do alto do morro com mais lama. Do ponto de vista desse morador o poder público só “olha para o centro” e deixa “o povo fazer residência em cima do córrego”. Disse que o poder público só cuida do centro e “o cantão que se dane, cada um que se vire”. Em relação à cidade a opinião do entrevistado é de que a cidade é razoável. Disse ele:

“[...] a cidade não é lugar ruim para morar: a saúde é razoável, transporte é razoável, comércio é caro (...) E a Universidade faz muito pouco pela população. E a indústria também não faz nada pelo povo(...) Enquanto o turista chega suja a cidade e depois vai almoçar em Belo Horizonte.” (J. A. morador Morro do Piolho)

O discurso do morador demonstra um posicionamento crítico sobre a relação do poder público com a periferia e o centro. Além disso, é possível perceber que o risco é tratado como algo pertencente ao cotidiano e como algo que se pode controlar.

Isso evidencia uma lógica de reforço em que o centro histórico recebe mais recursos do poder público, e, por isso, ganha mais relevância no contexto de reprodução social dos indivíduos, que se mantém na área para acessar os serviços disponíveis no centro.

A moradora Dona C., desempregada há 5 meses, trabalhou como agente de saúde durante 10 anos na cidade e por isso conhece a realidade de muitas famílias que vivem nas áreas de risco. No concurso realizado pela prefeitura, C. não conseguiu uma vaga e acabou sendo dispensada. Relatou que na área havia algumas chácaras que foram sendo parceladas pelos próprios proprietários e revendidas.

Depois de muitos anos a prefeitura regularizou a área, instalou luz e água para a população. Disse que uma das grandes vantagens de viver onde mora é estar perto do centro da cidade. E que uma das dificuldades é durante as chuvas, pois tem medo dos deslizamentos e de inundações. Nesse período não dorme à noite. A moradora relatou que em 1998 a represa ficou entupida por falta de manutenção e estourou, levando a óbito mais de 3 famílias, que viviam abaixo da Padre Rolim. Relatou que a única informação que os moradores recebem da prefeitura é durante a chuva, quando a defesa civil chega e solicita aos moradores que se retirem da área. Falou que “*para dizer a verdade o poder público não faz nada*”. Reclamou do preço dos produtos, que para ela são muito caros em Ouro Preto. Relatou que mensalmente parte da população se reúne e freta um caminhão para fazer compras em Belo Horizonte. A moradora relata que gosta muito de onde mora e dos vizinhos. Frisou a ausência do poder público quando falou que “fazem nada” e associa a ineficiência da administração com as

mortes que aconteceram em 1998. Continua ela *“A cidade é para o turista, isso não muda, isso não se discute!”*.

Esses relatos evidenciam outra significação importante que o lugar assume: a de lugar abandonado. Se no início da ocupação as áreas eram vistas como aquelas possíveis de serem integradas à cidade, ao longo do tempo essa representação do morador vai se alterando e o lugar passa a simbolizar a parte esquecida da cidade e “largada” como as referências dos moradores e moradoras ilustram. Uma alteração de significado muito importante para os habitantes da área.

As moradoras G(nora) e Ge (mãe). Moram na mesma casa com mais 3 pessoas, sendo duas crianças. As duas mulheres encontram-se desempregadas e trabalhavam como faxineiras no bairro dos Engenheiros. No lote em que moram existem outras 4 casas com 4 famílias. Falaram que no bairro a prefeitura “não faz nada” e que precisam de estrutura como canalização do esgoto. Relata que em 1997, ficaram 5 meses fora de casa, pois a defesa civil havia interditado a casa. Relatou que durante esse período a família teve que pagar aluguel, pois não conseguiram o aluguel social pela prefeitura. Por isso, resolveram voltar para a casa novamente, apesar do risco. As moradoras relatam que outros bairros possuem o mesmo problema e que *“na época das chuvas virá uma bagunça (...) a cidade só investe no turista e no turismo (...) o turismo traz problemas pois os preços são inflacionados(...) turismo dá retorno para a prefeitura e não para a cidade(...) A prefeitura ganha dinheiro mas ninguém sabe onde vai parar”*.

A moradora L. possui 34 anos e é funcionária dos correios de Ouro Branco. Possui o 2º grau completo e mora no bairro Taquaral com o marido e três filhos. Morava no bairro São Cristovam de aluguel, quando ganhou um pedaço do terreno do pai para construir. A família era de São Paulo e veio para Ouro Preto a procura de melhores condições. Gosta muito do bairro, *“mas é esquecido, não é a primeira vez que a rua cai...”*. A moradora se referia ao deslizamento que havia levado parte da rua na noite anterior. Relatou que alguns moradores se organizaram para consertar a rua sozinhos, pois a “prefeitura não faz nada”.

Em relação ao risco a moradora acredita que o maior risco é ficar sem a rua, mas que a casa não será afetada, o que demonstra uma relativa falta de informação, pois toda a área estava sendo interditada pela defesa civil. Mostra ainda que a moradora tem uma percepção do risco menos alarmante do que a dos técnicos da defesa civil.

Disse que gosta da cidade, mas a prefeitura precisa fazer algo para a periferia. *“Eles se preocupam mais com os turistas e com o patrimônio e não fazem nada pelo Bairro”*. Além

disso, a moradora lembrou da iniciativa da prefeitura em 2001 e 2002 de construção de casas populares. Disse que frequentou várias reuniões, mas não tiveram resultado nenhum e nem sabe se foram construídas casas realmente.

M.R. é outra moradora do bairro Taquaral, com 54 anos de idade. É doméstica e trabalha de faxineira na Vila dos Engenheiros. Mora com o marido e uma filha de 20 anos. A família possui renda média de um salário. Mora desde 1995 no bairro Taquaral. Morava em Ipatinga-MG anteriormente, mas nasceu em Mariana e resolveu retornar. Sobre o bairro disse: *“gosto do bairro, mas agora resolveu desmoronar(...) agora está pior, pois mesmo com muro desceu tudo na casa da minha irmã”*. A moradora se lembrava apenas de um escorregamento ocorrido há 25 anos atrás. A moradora acha que o problema está relacionado ao lixo que os outros moradores despejam nos córregos. Relatou que a área onde mora é irregular e os únicos comprovantes que possuem são as contas de água e luz.

O.F.A. tem idade de 49 anos e é aposentada. Vive com mais 7 dependentes na casa, com renda média de 1 salário mínimo. A moradora relatou que mora no bairro Taquaral desde que nasceu e que gosta de morar no bairro porque é perto do centro e facilmente consegue se locomover. A moradora acha que está ficando muito perigoso, pois a casa apresenta rachaduras por toda parte. Relatou que o dinheiro para a realização das obras no bairro já saiu, *“mas sumiu”*.

Todos esses relatos dos moradores demonstram um sentimento de revolta em relação ao poder público e ao *“descaso com a periferia”*. As falas revelam o distanciamento do poder público em relação aos moradores e indicam, do ponto de vista dos moradores da periferia, que o poder público trabalha para o patrimônio e para o turismo, os quais geram dinheiro para a prefeitura. Dinheiro que os moradores não percebem sendo reinvestido na cidade.

As falas também apontam que as relações de vizinhança não são determinantes para a permanência dos moradores nas áreas, mas a localização em relação ao centro é a variável importante para permanência no lugar. Estar perto do centro, no caso de Ouro Preto, significa acessar com maior facilidade o mercado de trabalho, os serviços públicos e o comércio em geral, sem depender do sistema de transporte, que é precário na cidade.

As relações entre os indivíduos na comunidade são descritas com as seguintes expressões: *“era muito bom, mas agora é cada um por si”/ “Antes o bairro era bom, mas agora é perigoso”/ “o bairro está perigoso e não dá para ficar na rua”/ “Antes, quando a associação funcionava era muito bom.”*

Alguns moradores relataram que essa falta de união é reflexo da presença do uso e tráfico de drogas. O fragmento a seguir ilustra essa questão:

“(...) Assim, é, já teve até pior, sabe? Deles cismarem que certa casa tava fazendo denúncia e apedrejar a casa, quebrar a janela, já teve isso aqui. Por isso que eu falo que a comunidade é mais caseira ela não quer saber do que tem da porta pra fora, ela só quer saber do que tem da porta pra dentro. Por isso fica assim... Uma comunidade olhando pro seu próprio umbigo”

No morro do Piolho a situação é nitidamente tensa. São vários os relatos de roubo, de ameaças, e desrespeito “*as vezes não tem nem como sair de casa*”. “*Aqueles meninos quebraram e roubaram cestas sei lá! E eles moram aqui*”. “*Aqui era muito bom, mas está ficando complicado. Esse negócio das drogas. Os vizinhos já não deixam os filhos brincarem na rua*”. Não é apenas o risco de deslizamento que cresce, mas fundamentalmente a violência no bairro. E os riscos relacionados a viver em uma área com crescimento da violência em torno do uso e tráfico de drogas é efetivamente uma questão mais amedrontadora para os moradores. Essa violência “*está deixando difícil morar no bairro*”.

Porém outros moradores, ex-integrantes da Associação Pela Habitação relatam que a desunião surge do próprio enfraquecimento da associação:

“No dia que o povo resolveu ocupar a câmara, achei que algo iria ser feito, mas aí veio o C. (antiga liderança da associação dos moradores do Alto da Cruz e atual vereador) e ele é um traidor, por causa dele muitos desistiram... Ele veio e falou que a gente podia voltar pra casa, porque tinha um projeto já pra ser votado para resolver a questão da habitação pra quem tá na área de risco. Ele enganou quem tava lá, iludiu quem tava lá deixando de ir trabalhar... O projeto nunca saiu, pelo que eu sei, e agora ninguém acredita na associação e só falam do PROMOVA (Programa de asfaltamento na cidade)”

Do ponto de vista do morador outros temores se somam à questão do risco de escorregamento “*O principal temor meu é o custo de vida...Os governos olham muito o turismo e esquecem a população ...Priorizam o centro histórico e a periferia fica isolada*”.

Em relação àqueles que estão no aluguel social, as falas demonstram que os moradores beneficiários dessa política se sentem inseguros e “*penso em voltar para a antiga casa, pois o aluguel (social) é instável. E lá (antiga casa interditada pela defesa civil) é área de risco? É, mas é nosso, não tem que pensar em pagar aluguel.*”

Para somar a análise que se deseja fazer aqui os resultados presentes nos mapas elaborados por alguns(mas) entrevistados(as) fornecem alguns outros elementos importantes. A ilustração 1, na próxima página, foi elaborado por uma moradora do “Volta do Córrego”,

que vive no bairro há mais de 25 anos. Observando o desenho da moradora é possível identificar as Igrejas, a UFOP e o posto de informação turística. No centro do desenho, a praça Tiradentes com as principais referências: a estátua de Tiradentes, o museu dos inconfidentes.

Apesar de ter optado pela representação do centro da cidade, a ilustração não indica que a moradora tenha um domínio sobre a localização dos objetos espaciais. Por exemplo, a localização da rodoviária, na realidade, é na direção frontal em relação ao museu dos inconfidentes e não atrás do museu como indica a ilustração. A partir da fala e da ilustração é possível afirmar que apesar do centro histórico ter uma significação importante para a moradora, ela não está íntima com esse espaço. Outro elemento interessante é que no momento da inclusão de seu bairro no mapa, que se deu apenas com a intervenção da pesquisadora, a moradora apenas o insere, sem articular sua localização exata, mas o insere próximo ao centro. Mais uma vez a proximidade do lugar de morada com o centro é ressaltada.

Os diálogos ocorridos durante a produção dos mapas revelam elementos importantes. Quando questionada sobre o que havia ilustrado (a ilustração inicialmente tinha apenas o centro histórico) a moradora respondeu: *“Acho que é o mais importante aqui. É o patrimônio né?! A história...”*. O diálogo que se seguiu aponta algumas questões relevantes:

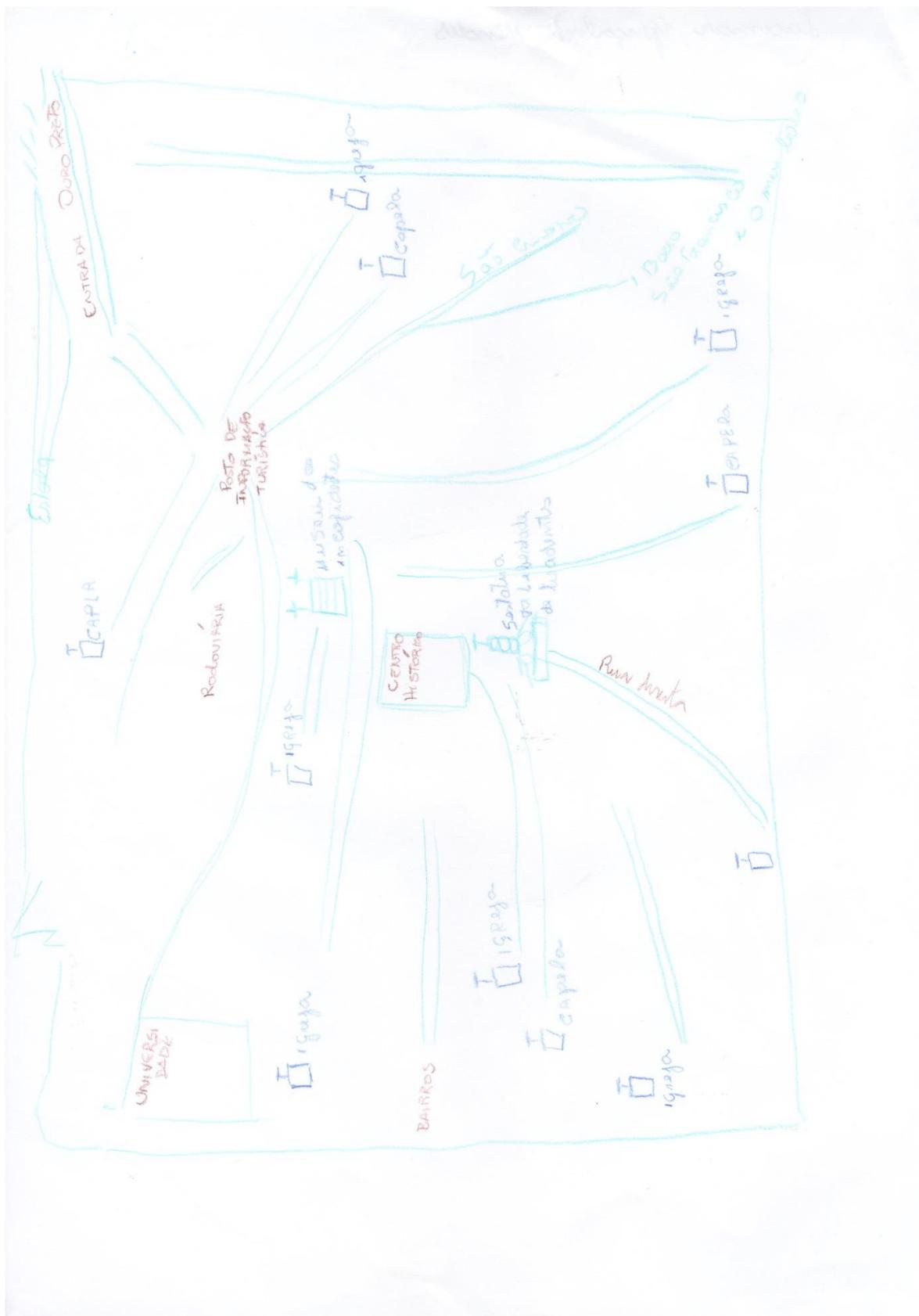
*“- Eu não conheço bem aqui, então a senhora pode me mostrar onde está o seu bairro aqui no seu desenho?
- Ah..., o meu bairro? Ah, fica mais aqui em cima dessa Igreja, mas não desenhei não.
-Por que a senhora não desenhou?
-Eu desenhei o mais importante né! As igrejas, a Universidade, o posto de informação para os turista, onde meu marido trabalha. Esse bairro aqui nem existe não!”*

É impossível transcrever aqui a amargura, misturada com revolta, presente nas últimas palavras dessa moradora!

*“-Mas é o lugar onde a Senhora vive com seus filhos, é muito importante. Não?
-É, pensando assim, é mesmo! (Falou com certa dúvida) Mas esse lugar tá acabado... Ninguém enxerga a gente aqui não.
-Então vamos desenhar seu bairro aqui, pra que a gente veja ele?
-É posso desenhar, aqui...”*

Depois de desenhar a moradora sorria, mais animada, parecendo transgredir uma bobagem, ao inserir seu bairro no mapa. Mas virou a prancha tantas vezes sobre seu colo,

levando alguns minutos em silêncio, até encontrar um canto no papel para fazer o desenho do seu bairro, que revelou a dificuldade de colocar seu bairro ao lado dos símbolos do que ela considerava representantes da história do lugar.



Mapa moradora M. S. 1: Ilustração de Ouro Preto realizada pela moradora do bairro São Francisco
 Fonte: Arquivo de pesquisa da autora, 2013

Costa e Suzuki (2012) afirmam que:

“[...] os objetos estéticos da colonização portuguesa na América (materializados nas cidades coloniais), desde sua apresentação, são cultuados sem a carga de dominação que carregaram desde a sua gestação. O julgo colonial ali permanece, na matéria e na dinâmica das cidades e da arte, para ser decifrado em nome das minorias étnicas negligenciadas. (...) A produção de uma identidade nacional baseada no resgate do passado caricaturizado possibilita apagar memórias contraditórias e ocultar a concretude da expansão ultramarina.” (COSTA; SUZUKI, 2012, p. 41).

Partindo das considerações de Costa e Suzuki (2012), pode-se afirmar que a caricaturização do passado, no caso em análise, pode ser identificada na própria reprodução da cidade enquanto mapa turístico. Porque, efetivamente, esse turismo esconde toda a contradição ainda presente na cidade.

No mapa anterior nota-se a que as igrejas e ruas que ligam essas igrejas, símbolo maior do turismo em Ouro Preto, ganha ênfase em todo o mapa mental. A predominância desse símbolo e a dificuldade que a autora do mapa apresentou em destacar o seu próprio bairro é um elemento que indica a dominação simbólica nessa representação.

Quando isso é encontrado em representação da cidade realizada por uma moradora, que vive em uma área de risco - que do ponto de vista dessa análise, é produto dessas contradições - pode-se falar que “ideologia espacial” tem efeitos devastadores sobre esses indivíduos, a ponto de os impedirem de reconhecer o seu lugar de morada como um símbolo significativo, como um lugar importante e digno de atenção.

A segunda ilustração da cidade, realizada por outra entrevistada mostra elementos, que ela considera importante na cidade. É possível identificar alguns elementos como Hospital, posto de saúde e área de lazer, aparecendo como referências importantes no espaço. Necessário destacar que nenhum desses equipamentos se localiza no bairro da moradora. Nenhum objeto de seu bairro foi destacado no mapa desenhado. Nessa figura, a seguir, a moradora identifica estruturas importantes para o seu cotidiano, e ressalta a relevância dos equipamentos urbanos. Sabe-se que esses equipamentos estão, no caso de Ouro Preto, concentrado no centro histórico e bairros de nível 1 (de acordo com a classificação de Costa (2011)). Nesse sentido, o mapa é quase uma justificativa de localização, pois se os elementos importantes para esses moradores, estão concentrados no centro, a posição deles em relação a esses elementos tende a ser nas áreas próximas.



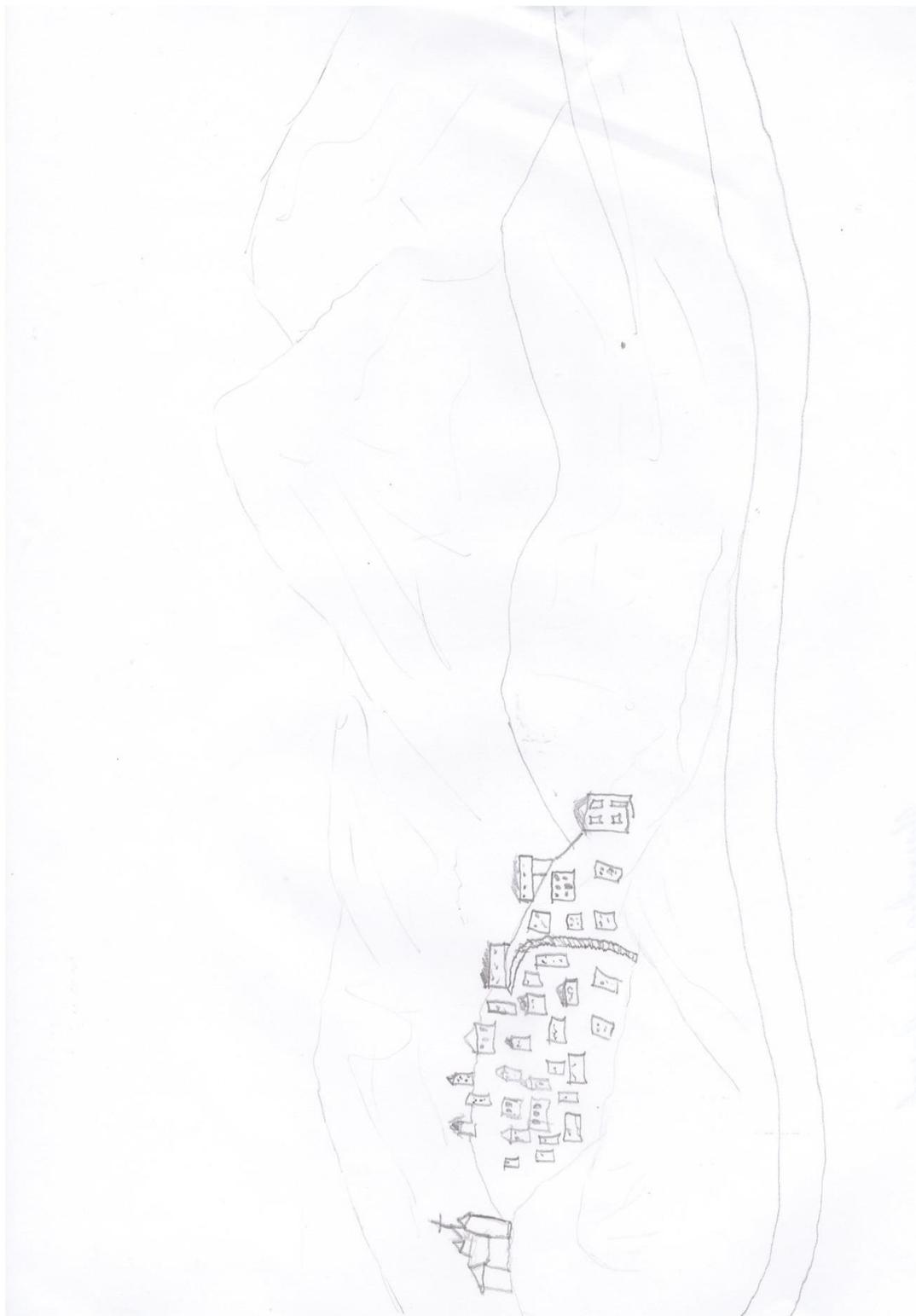
Mapa morador G. A. 2: Ilustração feita por moradora bairro São Francisco
Fonte: arquivos da pesquisa, 2013.

Outra ilustração interessante é a de um morador do bairro Alto da Cruz, nessa imagem é possível identificar, ao lado da Igreja, o morro em que vive esse morador. Esses dois elementos da paisagem aparecem na mesma linha de altura no desenho, ilustrando uma relação de equidade e de proximidade na representação do morador. Há uma complementaridade nessa relação entre a igreja e o lugar de moradia do morador na representação.

De fato, durante a entrevista, foi possível perceber que para o morador há uma relação de complementariedade, porque em suas falas, há um grande reconhecimento do valor do patrimônio histórico da cidade. E a relativa precarização das áreas mais associada ao “abandono” por parte do poder público.

A relação entre o domínio espacial e ideológico das igrejas não é tido como relevante para o morador. Para Archela (2004) o mapa mental mostra como o lugar é compreendido e

vivido pelo morador. Ou seja, no cotidiano sua relação está assentada sobre seu bairro e sua relação com a igreja de seu bairro. A ilustração é reproduzida a seguir:

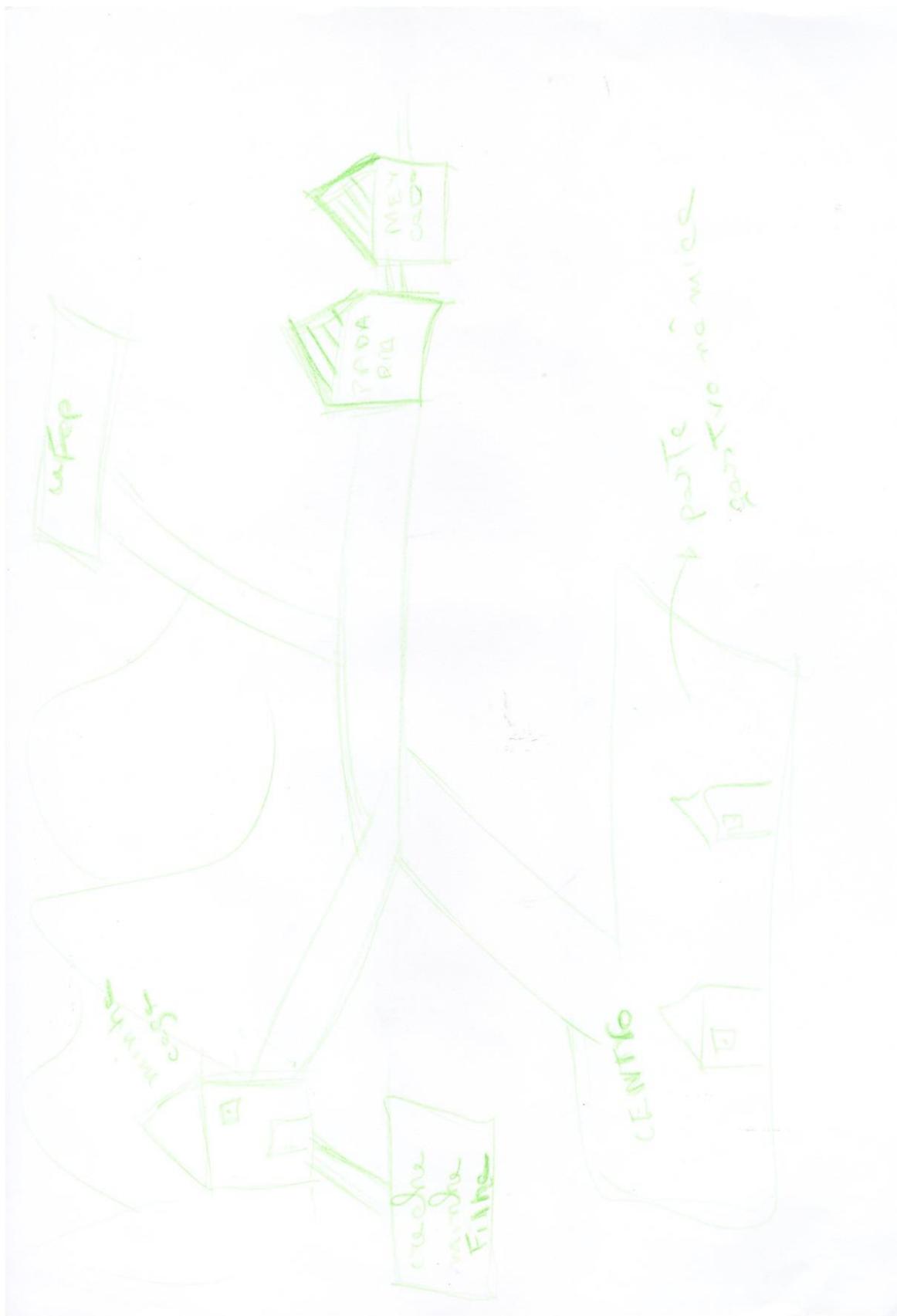


Mapa morador A. G. 3: Ilustração feita por morador do bairro Alto da Cruz.
Fonte: Arquivo de pesquisa da autora, 2013

No próximo mapa, pode ser observada a casa, a creche onde a filha estuda, a padaria, o mercado, o local de trabalho (UFOP- como auxiliar de limpeza), o centro gastronômico (no qual trabalhou por um tempo). O dia-a-dia da moradora e os locais que frequenta, tanto para garantir o estudo da filha como o próprio sustento são os elementos centrais da representação.

Considerando os principais símbolos da cidade, o único que se revela na imagem é a Universidade Federal de Ouro Preto. No entanto, apesar da imagem revelar o símbolo a fala da moradora mostra a real percepção da moradora sobre a universidade. Para ela, auxiliar de limpeza, dificilmente a filha irá estudar na UFOP. Trata-se, então da própria percepção da segregação sócio espacial.

Porém, o desenho revela uma ausência: nenhuma igreja foi ilustrada no mapa. Cruz e Arruda (2008) analisando alguns mapas mentais feitos sobre o Brasil, por universitários do Rio de Janeiro, concluiu que a ausência de determinados elementos está associado a falta de identificação com o objeto ou como resultado de uma negação do objeto. A partir do diálogo com a moradora a ausência significa uma falta de identidade, de relação e importância para a rotina da moradora das Igrejas.



Mapa moradora S. M. 4: Ilustração realizada por moradora bairro Santa Cruz
Fonte: Arquivo de pesquisa da autora, 2013

A próxima ilustração reforça a importância dos elementos simbólicos presentes no centro da cidade. No topo da folha se encontra o museu dos inconfidentes, a câmara municipal, escola de minas e a feira de pedra sabão, que acontece no centro da cidade e é um elemento turístico importante.

Além dos símbolos turísticos da cidade, o morador desenha o bairro em que mora na parte baixa da folha junto da rodoviária. Seemann (2012) analisando as representações cartográficas nos mapas mentais, também reconhece que a ocorrência repetitiva de determinado símbolo é indicação de dominação simbólica espacial.

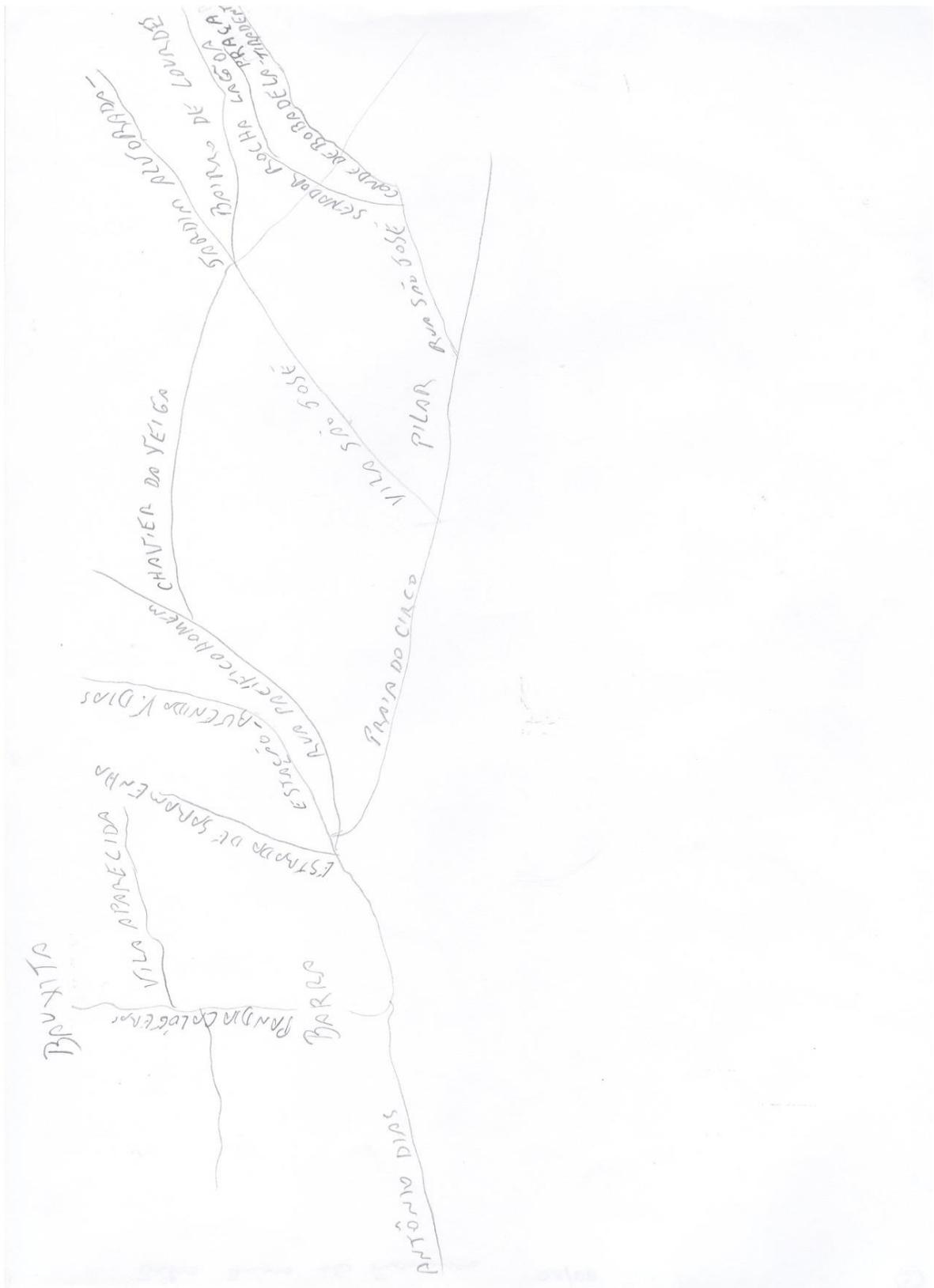
Outra questão importante é que nos mapas, até agora apresentados, a representação de áreas de risco não aparece como elemento central da problemática da vida na cidade. Os próximos mapas auxiliam a discussão a respeito desse elemento. A princípio fica a questão: por que os moradores das áreas de risco não retratam o próprio risco em seus mapas? Pode-se inicialmente apontar a questão da dominação simbólica da cidade turística, que impera nas representações anteriores. Porém outros elementos explicativos podem se somar à essa questão.

Por exemplo, o mapa 5 a seguir, novamente trás os elementos associados ao patrimônio histórico e deixa uma ausência, a área ocupada pelo autor do mapa. É possível dizer que a representação da cidade de Ouro Preto, para o morador, não comporta, ainda, a própria noção do risco e mesmo da periferia.

Além da representação da cidade enquanto mapa turístico, há aqueles que trazem elementos administrativos para representação. O desenho a seguir criado pelo presidente da associação do Bairro São Francisco destaca as ruas da cidade, a partir da avenida principal, Padre Rolim. Esse mapa é interessante porque destaca outros bairros além do centro histórico e do lugar de moradia.

Há por parte desse morador uma relação mais ampla com a cidade, suas referências estão associadas aos lugares que percorre visitas familiares, amigos e outras associações de bairro. Esse mapa mostra uma mudança na representação do espaço da cidade, que sai de símbolo turístico para espaço de mobilidade, já que o morador ressaltou as ruas da cidade.

O envolvimento do morador tanto no movimento cultural da cidade, quanto como presidente da associação impacta diretamente a representação no mapa mental da cidade. É um mapa que se diferencia completamente dos outros, onde a realidade da cidade fica mais evidente e os elementos turísticos e de dominação não são representados. A cidade que esse morador representa é a “outra” cidade, a do morador que transita pela cidade sem ser atingido pela ostentação da história da cidade colonial. Há em sua representação o que é ordinário, cotidiano, e o que é realmente cidade.



Mapa morador B. R. 6: ilustração feita pelo presidente da associação do bairro São Francisco
Fonte: Arquivo de pesquisa da autora, 2013

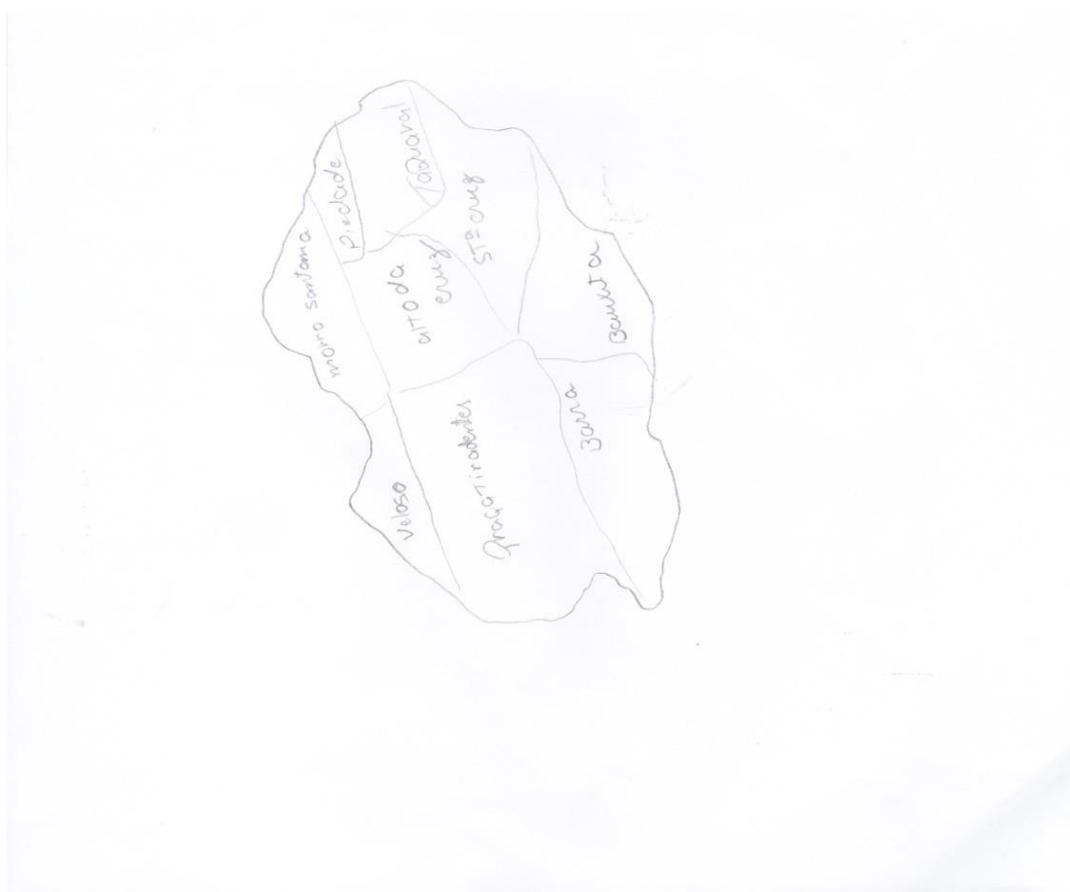
No mapa a seguir feito por um adolescente de 13 anos, alguns elementos específicos associados a sua vivência no espaço aparecem. Pode se ver no mapa o aparecimento da sorveteria, da área de lazer, escola, o campo, posto de saúde. Além dos elementos associados aos serviços públicos (hospital, escola, posto de saúde), o museu aparece como objeto espacial que liga essa ilustração às outras. Seemann(2012) também encontrou nos mapas dos estudantes que analisou a predominância dos elementos de relação direta com a cidade. A experiência diferenciada do espaço pelas crianças e adolescentes fica clara.



Mapa moradores L. G. 7: Ilustração feita por adolescente do bairro Santa Cruz
Fonte: Arquivo de pesquisa da autora, 2013

A ilustração a seguir de um adulto retrata os bairros próximos ao lugar em que mora (Bairro Santa Cruz). Retomando Cruz e Arruda (2008) que notaram que a ausência nos mapas mentais significa a falta de identidade com o “outro”, no caso em análise, significa que não há uma relação da moradora com os outros bairros, os quais passam a não existir no imaginário da moradora. Foi possível reconhecer, durante o campo, a não integração entre os moradores das áreas de risco em Ouro Preto. As associações, que antigamente funcionavam como canal de ligação entre esses moradores, hoje estão enfraquecidas e o nível de comunicação entre os moradores de bairros, com áreas de risco, ficou mais fraco e descontínuo.

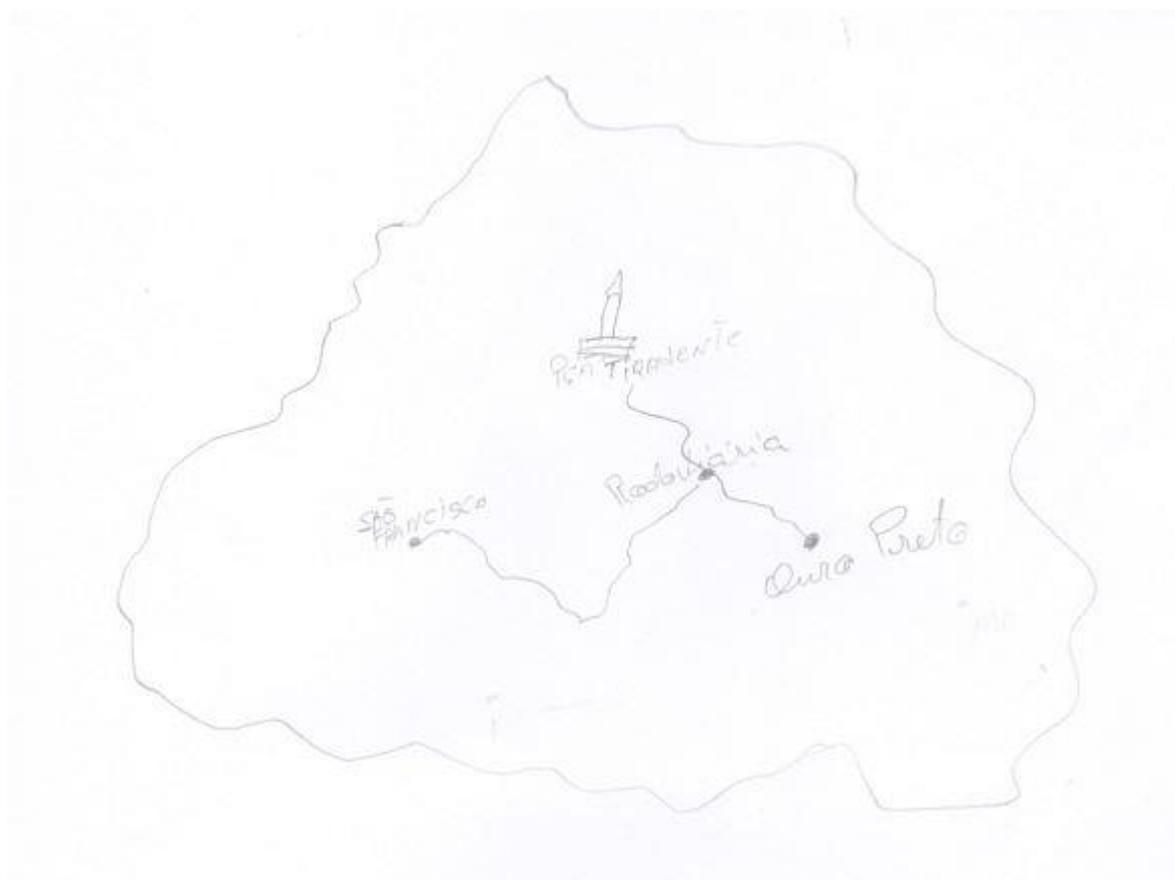
A noção da ausência enquanto não identidade, também reforça a análise sobre o não aparecimento das áreas de risco nos mapas. É possível afirmar que a cidade turística, a qual os moradores se remetem para representar a cidade de Ouro Preto, é descolada, para o morador de sua realidade concreta, ou seja, de seu bairro, de seu lugar os quais ficam para fora da cidade.



Mapa morador L. D. 8: Ilustração moradora Santa Cruz.
Fonte: Arquivo de pesquisa da autora, 2013

A próxima ilustração reforça o argumento anterior, observa-se que a ilustração conta com três pontos de referência (Praça Tiradentes, rodoviária, bairro São Francisco). De acordo com Seemann (2012) os objetos espaciais com maior valor simbólico, apareciam centralizados nos mapas que analisou.

No caso do mapa em questão a praça Tiradentes aparece centralizada e acima de outros elementos também ilustrados. Observa-se que a representação da praça Tiradentes também apresenta uma hierarquia, não só como um objeto situado no centro, mas também acima de outros elementos, como o próprio bairro.



Mapa Moradora I. T 9: Ilustração feita por moradora bairro São Francisco
Fonte: Arquivo de pesquisa da autora, 2013

O primeiro elemento que a análise dos mapas revela é um baixo domínio, no sentido de conhecimento sobre o espaço da cidade e de relação com a totalidade da cidade por parte dos moradores que fizeram as ilustrações. Outro elemento central refere-se a baixa integração dos moradores(as) com os outros bairros, para além do centro. Essa baixa integração fica

evidente com a ausência de bairros importantes, seja pela proximidade, seja por apresentar a mesma característica de risco.

Pode-se distinguir três referenciais nos mapas, que se mesclam entre si, mas que constituem diferentes tipos de representação: mapas mentais com referenciais associados ao turismo, destacando igrejas e museus; mapas com elementos administrativos, destacando nomes de ruas e bairros; mapas do cotidiano, destacando objetos espaciais do dia a dia dos moradores.

A representação da cidade associada ao turismo, ilustra, na percepção do morador, a da ideologia da cidade patrimônio voltada para o turismo. Nos mapas em que prevalece os elementos ligados ao turismo, os elementos do cotidiano aparecem reduzidos, como se não pertencessem à mesma cidade.

Nesses mapas, tendo como melhor exemplo o mapa 1 a moradora não situa seu lugar de moradia dentro da totalidade da cidade. Sua moradia está para fora da cidade, está ausente dela, não aparece, afetivamente não existe em relação ao que ele imagina ser a cidade de Ouro Preto.

Esse quadro de confusão é de extrema relevância para que os interesses dominantes em relação ao espaço continuem a se perpetuar. Para o morador da área de risco, que reproduz a representação da cidade do turismo, seu lugar de moradia, não é parte da cidade de Ouro Preto. Referências ao risco não aparecem nos mapas mentais, essa ausência indica ainda, como mostrou Cruz e Arruda (2008), a falta de identidade com o próprio risco. Os moradores, não reconhecem seu lugar e muito menos o risco como elementos significativos para a cidade. A escala do turismo e do patrimônio ainda são elementos hegemônicos nessas representações.

Além disso, a própria falta de identidade entre os moradores de bairros na mesma situação de risco reforça essa precarização, na medida em que não há uma articulação para criar uma identidade dos moradores e valorizar essa escala da vida que acontece na cidade.

Essa percepção é acentuada quando se trata do risco. Impera a confusão em torno da questão. Os moradores não se situam claramente em relação ao risco. Ora definem o risco como pontual, hora como presente apenas na chuva, hora como algo possível de controlar e prever, e mais preocupante hora como algo que um simples asfaltamento da rua poderá solucionar.

Além disso, com a análise dos mapas fica claro que não há elementos que conectem esses moradores entre si, já que outras áreas de risco não chegam a parecer nas ilustrações dos moradores. Considerando que a produção da resistência se dá a partir dos elementos

horizontais, em especial os de comunicação, realizados no lugar (SANTOS, 1998). É possível afirmar, a partir da fragmentação, isolamento e ausência evidenciados nos mapas dos moradores, que não há, nesse momento, uma articulação dos moradores(as) em torno da questão do risco.

Mais a frente essas percepções serão discutidas confrontando a própria atuação do poder público e dos interesses econômicos em torno dessas áreas. Afinal, desde o início desse trabalho está sendo proposto realizar um trabalho em que as verticalidade e horizontalidades que produzem os lugares sejam analisadas conjuntamente. Para que se discuta mais profundamente como se dá essa relação e, no caso específico da percepção do risco, como esses elementos se cruzam, se produzem e se sustentam dialeticamente.

Apesar dos mapas mostrarem um cenário de baixo domínio sobre o espaço, eles não representam o conjunto dos entrevistados. A análise das falas indica indignação em torno dessa “Vocação para o turismo” e muitos consideram o turismo algo nefasto para a cidade: *“o turista vem aqui suja a cidade e vai almoçar em belo Horizonte”*.

Em relação ao poder público, as falas são ambíguas: ora mostram uma completa descrença somada a um sentimento de abandono. Ao mesmo tempo, refletem um grau de expectativa em relação aos governos que oscilam na prefeitura sem solucionar a questão.

Considerando o que aponta Serbena (2003), que não há representação isolada do mundo e sim em relação com a dinâmica do poder na sociedade. A análise da relação entre as áreas de risco e a atuação do poder público se faz necessária, para somar elementos sobre a análise da percepção do morador da área de risco. As próximas páginas procuram explorar um pouco mais a relação política que desencadeia a permanência e expansão dessas áreas, a partir das falas dos moradores.

CAPÍTULO 4. O ESTADO E SEU PAPEL NA CRIAÇÃO E EXPANSÃO DAS ÁREAS DE RISCO

Nesse capítulo o objetivo é investigar a atuação do Estado e sua relação com a produção e expansão das áreas de risco no município. A primeira parte analisa os elementos políticos e administrativos e a segunda parte do capítulo coloca em destaque o processo eletivo dos representantes e sua conexão com a expansão dessas áreas. Essa dimensão, durante a pesquisa, foi ganhando destaque na medida em que as entrevistas iam transcorrendo.

4.1 A DIMENSÃO DA ATUAÇÃO TÉCNICA E ADMINISTRATIVA EM RELAÇÃO ÀS ÁREAS DE RISCO

Um dos principais agentes do poder público que desenvolve trabalho nas áreas de risco é a defesa civil. No caso de Ouro Preto é possível observar o sucateamento da estrutura da Defesa Civil, onde os técnicos fazem o que podem no período da chuva e se dedicam intensamente trabalhando dias e noites seguidos, em fins de semana para auxiliar os moradores das áreas em conjunto com o corpo de bombeiros. A questão é que o trabalho realizado é extremamente paliativo e todo o caos se repete a cada chuva. Entre as principais medidas paliativa estão o fornecimento de lonas para cobrir barrancos, o aconselhamento, o auxílio aos moradores para a retirada dos móveis e pertences.

Inicialmente os técnicos da Defesa são acionados pelos próprios moradores, que percebendo alguma movimentação no terreno, ou trincas nas casas, telefonam para a defesa civil. Porém, durante as chuvas, um único telefone recebe as incontáveis ligações advindas dos diferentes bairros da cidade. Ao mesmo tempo inúmeros moradores chegam até a defesa pedindo ajuda para consertar um muro de contenção, para pedir lona, para solicitar a visita dos técnicos. Em meio ao turbilhão os técnicos tentam selecionar as áreas mais críticas, pois não possuem pessoal suficiente para atender à todas as chamadas. A partir dessa seleção os técnicos seguem para campo. Chegando à casa dos moradores e notando que há o risco eminente, a defesa aciona a assistência social, a qual é responsável por encontrar um lar provisório para a família se abrigar e principalmente para convencer a família a se retirar.



Foto 17: Defesa civil fornecendo orientação para a população da área de risco.
Fonte: Fotos da autora. Jan/2013

Em geral as famílias construíram a casa e ainda nem terminaram de pagar o investimento realizado- além do apego material (pois em geral os tijolos que sustentam a casa é o único bem da família) - as famílias já conhecem o destino de quem sai da casa: viver em ambientes coletivos e sem perspectiva de retomar o sonho da casa própria. Geralmente as famílias deixam suas casas em função do perigo eminente, mas nem sempre o trabalho de retirada é realizado a tempo, o que as vezes implica em perdas de vidas.

De acordo com os entrevistados da Secretaria de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano, há dificuldade para operacionalizar o plano diretor devido à falta de recursos e de pessoal para captar recursos junto aos programas do governo federal. Porém, a *“maior dificuldade da administração de Ouro Preto está relacionada à rotatividade de seu quadro de pessoal, o que atrapalha na execução dos planos e no diálogo com outras secretarias”* disse um dos técnicos entrevistados.

Sobre a gestão dos riscos os técnicos relataram que o maior problema é a inexistência de diálogo com a defesa civil e as outras secretarias ligadas a gestão dos riscos. Um dos entrevistados afirma que: *“Na elaboração do plano diretor não existe uma preocupação sistemática em relação aos riscos. Essa variável perpassa o plano, mas sem a devida atenção que deveria ter diante da gravidade dos fatos.”*

De fato em relação a lei complementar n. 29 de 28 de dezembro de 2006, a qual estabelece o plano diretor do município de Ouro Preto, existem dois pontos em que se faz referência às áreas de risco. O primeiro é no artigo 44, onde se lê:

Art 44. Considera-se como Zona de Adensamento Restrito (IAR) aquela em que a ocupação e uso do solo são limitados. em razão de:

I- ausência ou deficiência da infraestrutura de drenagem. de abastecimento de água ou de esgotamento sanitário:

II - precariedade ou saturação da articulação viária externa ou interna:

III- condições topográficas. hidrográficas e geológicas desfavoráveis:

IV - interferência sobre o patrimônio cultural ou natural.

Nesse artigo, encontra-se uma possibilidade de enquadrar as áreas de risco no item III, mesmo que ele não faça referência explícita à área de risco. No artigo 57, no entanto, há uma referência exata a áreas de risco que incide diretamente na realidade das áreas estudadas:

Art.57. Os assentamentos situados em áreas de risco geológico, áreas inadequadas à ocupação urbana ou em áreas de preservação cultural, ambiental e/ou de interesse arqueológico não serão contemplados nos processos de regularização fundiária.

Esse artigo coloca em situação de irregularidade um número expressivo de moradias em Ouro Preto. De acordo com o *Plano Local de Habitação de Interesse Social de Ouro Preto* existem 1.020 imóveis situados em áreas consideradas de risco, o que representa aproximadamente 5.100 pessoas.

Outra lei fundamental para subsidiar a discussão sobre a área de risco refere-se à Lei complementar nº 93 de 20 de janeiro de 2011, que estabelece normas e condições para o parcelamento, a ocupação e o uso do solo urbano no Município de Ouro Preto. Essa Lei destina parte de seu capítulo dois para debater a questão das áreas de risco. Nele pode-se encontrar as seguintes referências, as quais são importantes tomar nota para o debate que se coloca nos próximos capítulos:

Art. 7º A ZPE - Zona de Proteção Especial compreende as áreas que contêm os valores essenciais a serem preservados nos conjuntos urbanos, resultantes da presença de traçados urbanísticos originais e de tipologias urbanísticas, arquitetônicas e paisagísticas que configuram a imagem do lugar.

§1º A ZPE abrange, sem a ele se limitar, o traçado original da cidade datado do século XVIII.

(...)

Art. 9º A ZAR - Zona de Adensamento Restrito compreende as áreas em que a ocupação e o uso do solo são controlados (...)

II. ZAR-2: regiões nas quais as condições de relevo, as características de risco geológico, a geometria, a desarticulação do sistema viário ou a tendência à

ocupação residencial unifamiliar exigem a adoção de parâmetros que devam ajustar e restringir o adensamento demográfico;

(...)

Art. 17 O mapeamento das áreas de risco geológico, de acordo com a Carta Geotécnica de Ouro Preto e suas atualizações, sobrepõe-se ao Zoneamento definido na Seção I deste Capítulo e o complementa para efeito de análise dos parâmetros de parcelamento, ocupação e uso do solo.

Observa-se que o mapeamento das áreas de risco se sobrepõem ao Zoneamento definido pela Lei em seu capítulo. É possível identificar uma desconexão do zoneamento definido na Lei, já que esse coloca as áreas de risco enquadradas na Zona de Adensamento Restrito- ZAR, quando existem áreas não passíveis de serem habitadas, nesse sentido o argumento dos funcionários da secretaria de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano são coerentes. Enquanto o Plano Diretor impedi a regularização fundiária das áreas consideradas de risco, a lei de parcelamento e uso do solo às enquandra na ZAR, ao mesmo tempo que define a carta geológica de Ouro Preto e suas atualizações como acima da lei de uso e ocupação do solo. Esse fato produz uma confusão em relação ao tratamento das moradias nas áreas de risco.

Esse embroglio da legislação não é a questão determinante, nas palavras da diretora de desenvolvimento social da Prefeitura de Ouro Preto, Nadja Murta, *“A questão da habitação é uma questão de destinação de recursos públicos, que é sempre uma queda de braço para conseguir algo para a habitação, especialmente para a habitação social.”*

Essa ausência de recurso se reflete na própria falta de infra-estrutura dos órgãos responsáveis pela gestão do risco como a COMDEC- Comissão de Defesa Civil, vinculada à secretaria de Obras e da Secretaria de Desenvolvimento Social, em que se situa o departamento de Habitação. E fundamentalmente na escala e eficiência das ações que desenvolve. O quadro a seguir resume todos os programas (dados do ano de 2012) voltados para a questão da habitação no município:

Quadro 2: Programas de habitação do município de Ouro Preto/MG

- **Melhorias habitacionais:** em unidades dispersas pelo município, a partir da cessão de material de construção e articulação de mutirões;
- **Programa de aluguel social:** destinado a atender famílias com moradia em risco;
- **Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários:**
 - Bairro Alto do Beleza em Cachoeira do Campo, com produção de 35 unidades habitacionais;
 - Residencial Santa Cruz, no distrito sede, com produção de 40 uh's;
 - Residencial Bairro Vila Alegre, em Cachoeira do Campo: 155 uh's;
 - Residencial Dom Luciano, em Antônio Pereira, com produção de 57 uh's e urbanização de ruas atendendo a 310 lotes;
- **Programa Integrado para o Residencial Santa Rita,** no Distrito de Santa Rita de Ouro Preto, envolvendo diferentes programas do Governo Federal: urbanização, realocação de 22 uh's e revegetação da área de realocação, bem como recuperação de Área de Preservação Permanente a partir do Programa PAC 2, construção de 45 uh's junto ao Programa

Fonte: Plano Local de habitação de Interesse Social de Ouro Preto-MG

De acordo com o quadro anterior estão em execução (dados do ano de 2012) a construção de cerca de 349 unidades habitacionais, incluindo os programas do governo federal como “minha casa minha vida”. É preciso ressaltar que esse número é pequeno diante da demanda. Apenas a demanda referente as unidades consideradas de risco são de 1020 moradias, considerando apenas a sede do município. Ainda na sede os cálculos de demanda habitacional total é da ordem de 6. 270 moradias, cifra que inclui as habitações em situação de inadequação fundiária(2.200), Infraestrutura precária (2.200) dentre outras situações.

Retornando a questão da falta de recursos uma análise mais detalhada sobre as receitas líquidas do município pode lançar luz sobre essa questão. Ainda de acordo com o documento Plano Local de Habitação de Ouro Preto, de 2009-2012 a prefeitura municipal de Ouro Preto investiu o total de 8.867,000 de reais em habitação, incluindo os gastos com o aluguel social. Considerando que apenas no ano de 2011 a receita bruta do município foi da ordem de 255 milhões de reais.

Essas informações corroboram o argumento da Diretora de Assistência Social. Não há interesse político por parte da prefeitura municipal investir na solução dos problemas

relacionados à habitação no município. O quadro a seguir ilustra a evolução da receita do município de 2009 -2013:

Quadro 3: Evolução da receita do município de Ouro Preto-MG

CONSIDERAÇÕES SOBRE ALOCAÇÃO DE RECURSOS E A CAPACIDADE FINANCEIRA MUNICIPAL

QUADRO 1.7 - EVOLUÇÃO DAS RECEITAS - 2009 / 2012 (R\$)				
ANO	RECEITA BRUTA	RECEITA LÍQUIDA	VINCULADA FMH	
			ORÇADO	RECEITA
2009	NI	131.540.473,15	NI	MI
2010	193.740.711,35	170.569.046,09	48.110,68	48.110,68
2011	2 19.299.041,00	188.216.558,16	8 .616.161,00	720.581,68
2012	255.000.000,00	214.000.000,00	NI	59.652,54
2013	274.650.000,00	230.490.000,00 (*)	NI	NI

Fonte: Plano Local de Habitação de Ouro Preto-PLH

Infelizmente não há possibilidade, por uma questão de escopo, de detalhar os gastos do poder público municipal, para isso uma pesquisa mais detalhada é necessária, pois apenas uma análise das cifras presentes na prestação de contas referente a Lei de Responsabilidade fiscal não fornecem muitas informações. Pouco é possível avaliar a respeito de uma cifra de 9 milhões para urbanização, seria necessário avaliar quais os programas estão sendo realizados e qual o público se beneficia. Como não é esse o objeto dessa dissertação essa questão fica para uma reflexão aprofundada a posteriori.

O objetivo de resgatar os valores aqui expostos é reafirmar uma conclusão que consta no próprio Plano Local de Habitação: a de que os recursos para a habitação social são escassos. Ao mesmo tempo o Plano Local de Habitação informa que há recursos na própria secretaria de desenvolvimento social que não foram executados. Apenas no ano de 2011 a secretaria deixou de executar um volume aproximado de 3 milhões de reais por falta de quadros administrativos e técnicos (Plano Local de Habitação de Ouro Preto, 2012, p. 12).

Aparentemente isso soa como contraditório, afinal como é possível falar em falta de destinação de recurso para a habitação, se o que é destinado não é executado? Essa contradição aparente cai por terra na medida em que compreendemos que a própria incapacidade de executar os recursos destinados é parte da lógica de minimizar os recursos.

Ou seja, na medida em que o poder público não prioriza a capacidade de execução do recurso (melhorando e aumentando a equipe técnica responsável para tal) ele garante que um recurso destinado para um determinado ano não seja gasto e volte para os cofres públicos. Resumindo o poder político dá a melhor saída política: destina um recurso já ciente de que ele retornará.

Começa a se reforçar o argumento de que não há interesse político para solucionar o problema da habitação de área de risco. Porém, alguns argumentos ainda precisam ser mais bem explorados antes de algumas considerações.

Nesse sentido, uma análise sobre os programas de habitação voltados para a população de área de risco revelam mais alguns aspectos fundamentais para o debate aqui colocado. O programa integrado de assentamentos em risco e APP's e contenção de invasões tem como ação primeira a execução do Plano Municipal de Redução de Riscos através da remoção da população, do monitoramento das áreas, da estruturação da defesa civil municipal dentre outras ações. Uma das diretrizes importantes nesse programa que pretende atender a todo o município é a de priorizar que os assentamentos sejam construídos próximo ao local da moradia anterior de forma a proteger os laços de afetividade com o lugar. Infelizmente um destaque é feito “Destaca-se que na sede as realocações dificilmente ocorrerão próximas a área de intervenção, pois são necessárias intervenções de redução de risco em paralelo, o que a curto prazo torna-se inevitável” (PLH-3, 2012, p.32).

Soma-se a própria legislação vista anteriormente, que define os sítios considerados área de risco como não passíveis de regularização, e ao traçado da Zona de Proteção Especial (que mantém a paisagem do séc. XVIII) a impossibilidade de realização de obras de minimização do risco. Ou seja, uma área de risco não poderá ser regularizada, como previsto no Plano Diretor e não receberá obras de infraestrutura que poderiam tornar a área segura e portanto regularizável. Dessa forma, é garantido desde a lei que planeja o ordenamento do território até os programas de habitação, que a população empobrecida se situe relativamente distante do centro: ou seja, próximo o suficiente para atender a demanda de mão de obra para o turismo, serviços em geral e máquina administrativa, porém distante o suficiente para não afetar ou não ferir os interesses de manutenção da paisagem que garante o status de cidade patrimônio, erguida pela mineração e intitulada “Vila Rica”(Atual Ouro Preto). Diante do exposto cabe analisar mais de perto essa relação entre o poder público e a população da área de risco. Afinal, o que explica a manutenção dessa população na precariedade em torno do centro? Quais forças atuam para essa manutenção dessa instabilidade? As próximas páginas buscam explorar um pouco mais retidamente essa relação.

4.2 A DIMENSÃO POLÍTICA DO VOTO E A PRODUÇÃO DAS ÁREAS DE RISCO

Victor Nunes Leal, em seu consagrado livro “Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil” evidenciou a lógica perversa do “clientelismo” por trás do sistema eleitoral da república velha ao analisar o sistema coronelista que prevalecia na época.

Para essa discussão uma definição de clientelismo é necessária. De acordo com Carvalho (1997) esse conceito é extremamente amplo e pode ser entendido como padrão de troca de votos por ações do Estado. Essa forma de fazer política no Brasil, diz Carvalho (1997), tem crescido fortemente com a implementação da democracia e está relacionada com o baixo grau de cidadania da população. Para Seibel e Oliveira (2006) o clientelismo é um obstáculo à implementação dos direitos sociais e políticos. Diz elas:

O clientelismo, como mecanismo de troca entre sujeitos, mediado pela prática do favor, estimula ações seletivas que perpassam as relações Estado-Sociedade e condicionam a eficácia social das políticas públicas. Essa lógica de ação político-administrativa, que se internaliza tanto ao nível dos formuladores das políticas como de sua clientela, expressa um jogo dissimulado de uma contratualidade não-explicita que reduz a favores, direitos sociais e políticos (p.135) (...). O clientelismo significa, portanto, uma ação de troca entre sujeitos que, por um lado, demandam um serviço de caráter público que, normalmente, não poderia ser obtido por meio do mercado e, de outro, por aqueles que administram ou têm acesso as decisões sobre a concessão desse serviço. Essa intermediação dá-se via "moeda política", cujo débito será cobrado, provavelmente, no próximo evento eleitoral. (SEIBEL; OLIVEIRA, 2006, p. 138).

As áreas, desde sua formação até sua estabilização e expansão, estão em constante relação com o poder público e funcionando em relação com o sistema eleitoral. Em áreas de risco, inicialmente ocupadas, diferentes relações políticas com o poder público se constituem. Primeiramente, o processo de resistência ao se fixar em áreas que geralmente não são regularizadas. Nessa primeira fase, o poder público ou estabelece um diálogo para urbanização precária das áreas ou implementa políticas de remoção.

As políticas de remoção são nitidamente impopulares e só são efetivadas quando existe uma pressão por parte de algum grupo da sociedade (COMPANS, 2007). Ao ferir interesses das elites, essas podem pressionar o poder público por ações de remoção. A relação política entre poder público e a área em si é recortada por outros interesses. Como afirma Milton Santos, os lugares são produzidos por vetores verticais e horizontais, sendo que os verticais são "vetores, interesses, de outras áreas" (SANTOS, 2007, p. 120).

Os resultados dessa pesquisa indicam que, em Ouro Preto, quando a área de risco não choca com interesses da classe dominante, o que se estabelece nas áreas de risco é um processo de urbanização precária articulada ao sistema político local. Algumas falas, reproduzidas a seguir, permitem exemplificar a questão. A moradora de área considerada de risco de escorregamento (Bairro Taquaral) O. F. A. de 49 anos relatou:

"O pai ganhou lote mais ou menos em 1970, e não tinha quase nenhuma casa. Era um antigo terreno onde funcionava uma fábrica de tintas(...)As pessoas foram chegando e fazendo os barraquinhos e (há) uns 15 anos pediram pro prefeito coloca água, luz, estrada e o prefeito fez...O pessoal aqui ainda vota nele..."(O. F. A.).

A fala dessa moradora ilustra que a prefeitura possibilitou a instalação de água, luz e construiu acesso à área mesmo sem regularizar a área e ciente da característica de risco, já que a prefeitura de Ouro Preto já possuía um mapeamento das áreas de risco, realizado inicialmente em 1979. A casa da moradora foi, no início de 2012, condenada pela defesa civil, mas a moradora persistia na residência, pois não tinha para onde ir.

Outro exemplo ilustrativo é o que ocorre no Bairro São Cristovam: G. C. R. mora com a sogra, os filhos e o marido em um lote onde existem outras quatro casas, em uma área considerada de risco. A área foi regularizada pela antiga gestão da prefeitura: *"A prefeita 'Fulana' construiu o muro (falando do muro de contenção construído no quintal da casa). Foi a única ajuda que deram."*(G.C.R). A moradora usa o termo "ajuda" indicando que não reconhece o sentido de política urbana. Além disso, é possível perceber que a moradora personaliza a ação ao dizer "a prefeita 'fulana' construiu".

Sobre essa lógica da "ajuda" ou do favor, Seibel e Oliveira (2010) dizem que: "ao mesmo tempo em que sustenta a parafernália do Estado, o clientelismo se torna uma razão em si, pois fortalece o círculo 'apadrinhamento-eleições-apadrinhamento', baseado na troca de gratidão por favor." (SEIBEL; OLIVEIRA, 2010, p.136).

Importante notar que do ponto de vista dos moradores das áreas de risco de Ouro Preto, eles estão "abandonados", pois "os prefeitos só olham o turismo". Ou como aponta outro morador, de 79 anos, da localidade intitulada Morro do Piolho, no Bairro São Francisco: *"o poder público não faz nada. Só olham para o centro. Só cuidam do centro histórico. O cantão que se dane... Cada um que se vire..."* (J. M)

O contexto de abandono indicado pelas falas anteriores reforça o sistema de troca e da personalização da ação, pois em uma realidade onde prevalece o pessimismo em relação aos ocupantes do poder público, uma política de urbanização precária já parece um ganho para aqueles que vivem na periferia do sistema.

Além disso, a personalização da ação se torna mais fácil, pois quando o poder público é entendido como aquele que “*faz nada*”, uma determinada ação pontual só pode ser fruto da boa vontade de algum prefeito(a) ou vereador que será exceção. Ou seja, a lógica de um poder público ausente favorece a personalização das ações pessoais. Assim:

A lógica da dádiva e do favor tornou-se o conteúdo principal dos vínculos políticos e sociais, operando nas esferas da vida particular e privada as questões que, numa sociedade de direitos, deveriam ser fixadas como de caráter público(...). É no campo das políticas sociais que a seleção social do tipo clientelista assume seu formato mais primário, pois se pauta na organização de relações entre Estado e sociedade baseadas no personalismo, na reciprocidade de benefícios e nas lealdades individuais.” (SEIBEL; OLIVEIRA, 2010, p.137).

Nesses contextos, onde a percepção é da ausência e o pouco (uma água na torneira, uma rua aberta, luz) pode significar uma melhoria extremamente importante para as famílias (COSTA, 2011). O jogo de poder clientelista explora esse contexto de abandono sem nunca resolvê-lo de forma efetiva, mantendo o terreno para o crescimento do *clientelismo urbanístico*. O jogo de poder é tão desequilibrado para aqueles que são empurrados para as áreas de risco, que seus votos são facilmente absorvidos. Manter a população com necessidade é o primeiro traço da estratégia perversa da política no local.

Um trecho da entrevista com funcionário(a) da defesa civil da cidade indica o quadro desfavorável da política local. Disse ele(a): “*Políticos da cidade falam para a população ocupar em troca de voto. Dizem que vão regularizar....*”. O (a) funcionaria(o) relatava a ocupação do bairro Taquaral, o qual apresenta problemas em relação a drenagem urbana, mas que tem sido ocupado por famílias de baixa renda dia a dia. A fala anterior denuncia o grau da irresponsabilidade com que essa forma de política tem sido realizada em Ouro Preto e tem expandido as áreas de risco. Até que ponto os políticos locais, ao prometerem regularizar uma área, estão cientes de que se trata (como partes do bairro Taquaral) de uma área considerada de risco pela defesa civil? Qual grau de responsabilidade (culpa ou dolo?) existe em promessas desse gênero, quando o agente público tem conhecimento de que a área é de risco?

Em Ouro Preto, os resultados de campo mostram que essa urbanização precária é base para a reprodução de uma política clientelista, a qual, estamos chamando especificamente de *clientelismo urbanístico*. O estudo das áreas de risco em Ouro Preto- MG permite dizer que a troca de voto é o mecanismo que “articula”, ou seja, torna funcional a produção e expansão das áreas de risco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Uma coisa é incontestável: é que atualmente, nas grandes cidades, há imóveis bastantes para satisfazer as necessidades reais de todos, sob a condição de serem utilizados racionalmente. Essa medida só é realizável, bem entendido, sob a condição de expropriar os proprietários atuais e de instalar em seus imóveis os trabalhadores sem habitação ou vivendo, atualmente, em habitações superlotadas. Conquistado o poder político pelo proletariado, essa medida, ditada pelo interesse público, será tão facilmente realizável como as expropriações e sequestros de imóveis levadas a efeitos atualmente pelo Estado.” (ENGELS, apud LENIN, 1995, p. 49).

O que se pode colocar como resultado geral dessa pesquisa é que a percepção e representação do risco, por parte daqueles que habitam as áreas urbanas de risco em Ouro Preto, é uma variável fundamental dentro do jogo de dominação, que se opera em relação ao lugar. Nesse sentido, há uma confusão permanente na definição das “áreas de risco” e diferentes discursos sobre as mesmas áreas mesclados nas falas dos moradores.

Imperando a desinformação e a confusão, os atores com mais poder usufruem dessa confusão e operam sua lógica no território. As falas das(os) moradores(as) refletem esse conflito entre os discursos sobre a área, ou seja daqueles que a gerem (poder público) ou estudam (academia) e aqueles que nela habitam. Isso apenas em uma tentativa de síntese geral, que polariza o discurso sobre a área entre aqueles que nela vivem e aqueles que possuem interesses (seja qual for) sobre a área, mas não vivem sobre ela.

De maneira geral, como foi possível perceber nos resultados, a percepção do lugar se assenta sobre diferentes contextos históricos. Primeiro a relação do morador com a área, muito antes dela ser rotulada como área de risco, ou seja, no início das ocupações. Nessa primeira fase, o lugar representa uma possibilidade de ter a moradia própria, uma estabilidade, uma segurança para os indivíduos e sua família, uma saída para quem vivia sob condições precárias ou pagando aluguéis abusivos. Esse é o primeiro significado desse lugar para seus moradores. Nessa primeira fase, o risco é visto como algo pontual, possível de conviver e contornar. Ele existe, mas está centrado em apenas alguns pontos. Também nessa fase foi possível perceber que não havia interesse claro do Estado/ classe dominante sobre esses lugares. Essa primeira fase, com base nos relatos coletados, durou até a década de 80.

Depois de 80 os interesses do Estado/classe dominante sobre essas áreas começam a ser mais esboçados, inicialmente com a política de controle do crescimento dessas áreas em direção ao centro histórico, como forma de preservar o patrimônio. Ao mesmo tempo com uma política indireta de crescimento dessas áreas para pontos mais íngremes, onde a vista não

alcança, através da política de troca de votos e políticas precárias de urbanização. Nesse momento vai se solidificando o significado mais intenso do lugar, para os moradores, como de lugar negligenciado, esquecido, abandonado e utilizado de forma oportunista pelo poder público. As ocorrências de deslizamentos que começam a se intensificar devido a ocupação das partes mais íngremes, são tidas como responsabilidade do poder público que é displicente com as áreas. Mesmo assim as ocupações dessas áreas continuam pois algumas dessas áreas ainda representam uma possibilidade de morar mais próximo ao local de trabalho ou acessar mais facilmente os serviços.

Mais recentemente, especialmente na última década, a alteração mais significativa se dá com a rotulação dessas áreas como sendo áreas de risco. Esse discurso se fortifica a medida que os escorregamentos se intensificam nessas áreas e em outros estados como Rio de Janeiro, ganhando visibilidade nacional a ponto de forçar o poder público federal a ampliar o programa nacional de gestão de áreas de risco⁶, com a inclusão de várias cidades inclusive Ouro Preto. Esse discurso penetra entre os moradores que ora negam a existência do risco, ora afirmam e buscam diferentes explicações, como foi visto nas entrevistas. Mas, mesmo aqueles mais resistentes, sabem que o lugar não representa mais segurança e estabilidade e se sentem ameaçados, seja porque de fato acreditam que estão em risco de serem soterrados, ou por uma remoção da área.

Assim, a relação do morador com essa mesma área, começa a ganhar outro significado, o que não apaga os significados anteriores, mas faz com que o significado, o sentido do lugar para esses moradores esteja em total transformação e uma crise de identidade entre moradores e seu lugar se instaura. Essa crise de significado fica evidenciada através dos relatos confusos, divergentes, ambíguos, que os moradores reproduzem. Afinal o lugar que era de possibilidade de segurança, assume por vezes o de abandono e perigo. O lugar que significava segurança agora também é o lugar da instabilidade, da vulnerabilidade e por vezes da resistência.

A relação com o lugar está sendo afetadas pelas transformações na escala da cidade e os interesses em torno dessas áreas. O desenvolvimento desse processo e o resultado dessas transformações vão depender, sobretudo, da possibilidade dos moradores dessas áreas se

⁶ Fonte: BRASIL. Plano Nacional de Gestão de Riscos. 2012-2014.

http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/pronunciamentos/apresentacoes/2012/120808_Plano_Nac_Risco_2.pdf

fortalecerem mutuamente e implementarem ações coletivas para solucionar a crise que se instaurou.

Apesar dessa divisão, um tanto didática sobre a evolução do significado da área para os moradores, o resultado do encontro desses diferentes discursos sobre o Lugar (não só dos moradores ao longo do tempo, mas também de outros atores com interesses sobre o lugar) é que o morador da área de risco tem contato com a representação da área por parte de outros atores (ou seja, matérias em jornais escritas, palestras sobre o lugar, relatórios sobre a área, defesa civil etc.) e ao mesmo tempo a experiência concreta cotidiana de quem vive no lugar. Sua percepção individual é inteiramente resultado desse jogo, resultando como aponta Herzlich (1991), na polifasia cognitiva ou partindo disso de uma polifasia discursiva.

Especificamente em relação ao processo de ocupação das áreas de risco, ficou demonstrada a maneira como os moradores “escolhem” um lugar para se fixar. Essa escolha está fundamentada na comunicação em rede, estabelecida pela população que vive em situação de vulnerabilidade e recortada pelos graus de parentescos. Nas conversas cotidianas, na rua, no lugar de trabalho e moradia as informações circulam e se consolidam.

Assim, foi possível perceber que inicialmente os moradores que foram ocupando essas áreas, falavam para outros (irmãos, primos, conhecidos, amigos) que haviam áreas disponíveis e acessíveis. Significa que um ponto chave que precisa ser considerado é o conteúdo desses diálogos. Não é possível negar o fato de que a maior fonte de informação sobre o lugar ainda é obtida, por esses moradores, em conversas informais desenvolvidas no cotidiano da vida na cidade. Essa ainda é uma dimensão central, em que ainda resistem e se expandem alguns mitos, como a de que os deslizamentos só ocorrem à noite!

Atualmente, já se fala entre os moradores que há um perigo em se estabelecer nessas localidades, mas como vimos anteriormente a consciência desse “perigo” está muito distante de se igualar ao risco real que correm. Portanto, é preciso considerar que medidas de conscientização e de diálogo com a população são centrais para solucionar a questão da expansão do risco na cidade de Ouro Preto. Significa que um trabalho de longo prazo, nas escolas, nas igrejas, nas associações de moradores, nos veículos midiáticos locais precisa ser estabelecido.

Ao mesmo tempo, não há medida educativa suficientemente eficiente que solucione por inteiro as contradições que envolvem a questão da moradia em Ouro Preto. Enquanto não houver ações e políticas que garantam moradia digna para as populações, não haverá solução possível para a problemática do risco.

Do ponto de vista do morador, moradia digna não é apenas a casa. Mas a possibilidade de estar localizado em um ponto que possibilite o acesso aos serviços, trabalho, familiares, equipamentos urbanos em geral.

No entanto, podemos dizer que a própria representação da população, que elabora justificativas para continuar residindo nessas áreas, não fere os interesses econômicos estabelecidos. Afinal, uma população esclarecida, pode querer exigir seus direitos. A própria ação pontual da defesa civil, que remove anualmente 10 ou 15 famílias de um bairro inteiro, onde não deveria residir nenhuma família, contribui para a manutenção dessa representação, ou seja, de que os riscos são pontuais, de que o problema é que a “*construção é que é fraca*”. Essa forma de ver o problema impede que as próprias famílias se organizem ou se percebam vítimas de uma mesma situação de risco. Uma medida educativa poderia funcionar como uma faísca, pois as condições objetivas para que a população perceba as contradições do sistema estão dadas.

Milton Santos em seu livro “O espaço do cidadão” aponta a necessidade de que “as populações locais devem ter direito à palavra, não apenas como parcela viva de um Estado, mas como membros ativos de uma realidade que lhes diz diretamente respeito, e sobre a qual não dispõem de um recurso institucional para que sua voz seja ouvida.” (SANTOS, 2007, p.147). Ou seja, é preciso pensar em formas de fortalecer a força política dos atores dessas áreas em detrimento dos atores hegemônicos globais, regionais e locais, possibilitando que os sentidos pertencentes ao lugar não sejam arbitrariamente desconsiderados.

E não é difícil compreender que gerar explicações fantasiosas seja mais reconfortante do que enfrentar a repressão do poder público. Essas representações, apesar de fantasiosas, torna possível se manter no lugar, nesse sentido, pode ser considerada um elemento de resistência, no entanto, e nas condições atuais, manter essas fantasias, ou não atuar de maneira a elucidar a questão detalhadamente, interessa às classes dominantes, pois as representações que negam o risco ou que o minimizam não estão acompanhadas de elementos que possam se traduzir em ações que mobilizem os atores sociais para o enfrentamento dos interesses sociais e econômicos que os leva para essas situações.

Essa representação confusa do risco está inteiramente associada à política clientelista instaurada. Sobre essa questão da lógica por trás dos votos, pode-se dizer que a forma de poder da política clientelista é, nos dias atuais, fator que dinamiza a produção e expansão das áreas de risco na cidade de Ouro Preto-MG. Ou seja, o fator político dessa equação complexa é a troca de votos e a perpetuação de um Estado clientelista.

Pode-se dizer que, em Ouro Preto, a política de urbanização relacionada às áreas de risco está sendo usada para a máquina eleitoral. E que caso as áreas de risco não se choquem com interesses classistas, a ação do poder público será a de implementar a urbanização precária, para manter o clientelismo urbanístico. Vigora uma relação em que a população desfavorecida, que habita áreas de risco, troca votos pela efetivação de políticas de urbanização extremamente necessárias, por um lado, por outro, candidatos ou ocupantes do poder que exploram e acumulam votos em troca de favores, colocando em cheque a segurança de muitas famílias.

Conforme Beck (2010) e Veyret (2001), que frisam a importância do risco na estruturação da sociedade moderna, fica claro que essa relação -- área de risco e política local -- precisa ser analisada. Nesse sentido, essa é uma tentativa inicial de levantar o tema ou o debate e de focar o olhar para essa questão da relação entre produção do espaço urbano e política. Isso porque a problemática urbana revela os meandros da política econômica que se instaura no espaço. Ou seja, a política do clientelismo urbanístico é mais um elemento chave definidor do ordenamento do território em Ouro Preto, atualmente.

Essa forma de política recorta os instrumentos de planejamento urbano da cidade e os torna ineficazes, na medida em que esses instrumentos, se implementados, ferem a lógica dominante de uso do território. A máquina política do Estado, alguns políticos, e alguns agentes públicos locais não estão ausentes ou distantes das áreas de risco, ao contrário eles se nutrem delas, em uma relação extremamente negativa, do ponto de vista da produção da qualidade de vida na cidade.

As reflexões sobre a dimensão da política formal, a produção urbana e das áreas de risco precisam avançar para que ações e melhorias sejam efetivadas em favor de populações que não sejam marionetes de jogo de disputa a cada ano eleitoral.

É ainda necessário incluir uma última consideração final: depois de percorrer o conceito de lugar, que dentro da geografia começou a ser usado como sinônimo de localização e foi incorporando outras dimensões da existência, é necessário afirmar que a dimensão da localização ainda se faz extremamente relevante. Não a localização dentro de um sistema de coordenadas geométricas apenas, mas essencialmente a localização dentro da lógica do cotidiano.

Os resultados desse trabalho evidenciam que apesar da localização ser precária, quando analisada do ponto de vista das coordenadas geométricas (localização de relevo

desfavorável, solos propensos a deslizamentos etc), a localização é interessante para o cotidiano do (a) trabalhador (ra).

Os moradores estão sempre fazendo escolhas, diante das possibilidades possíveis. Poder chegar ao trabalho caminhando dez minutos, sem ter que gastar com ônibus (tempo/dinheiro), compensa os riscos durante as chuvas e para uns compensa viver 20 dias na casa de outra pessoa. Essa é a lógica que deve ser considerada nos planejamentos das políticas habitacionais: a de que a proximidade do trabalho e dos parentes é uma variável fundamental em Ouro Preto para definir a escolha do lugar onde morar. Porém, como foi visto essa dimensão não está sendo considerada dentro das políticas habitacionais sociais, para a sede, em curso em Ouro Preto.

A população que vive nas áreas, elevadas a categoria de áreas de risco, em torno do centro histórico, atraída pela proximidade do centro - podemos dizer no sentido ideológico e econômico - parece por um lado fadada a precariedade para servir aos interesses políticos, por outro lado fadada a instabilidade, pois a regularização dessa área está vedada de todas as formas, -como mostramos a partir da análise da legislação de ordenamento do uso do território e dos planos habitacionais. Essa instabilidade interessa à expressão da classe dominante no poder público, que se manifesta através do jogo político do clientelismo e à expressão da classe dominante no conteúdo ideológico presente na dimensão da percepção da população em relação ao Lugar em que vivem.

Essa percepção confusa que o morador possui em relação ao lugar ser ou não de risco, ou ser de risco na época das chuvas apenas, ou as falsas ideias de que o asfaltamento resolveria, tudo isso converge para que a classe dominante/poder público possa manusear essa população ou removê-la para lugares mais distantes quando houver necessidade. Por enquanto, eles ficam lá e se expandem por que são importantes na manutenção e na construção da própria lógica do risco. Mas na medida em que outros interesses hegemônicos se tornarem mais agudos, como a própria preservação da imagem da cidade patrimônio, símbolo da riqueza advinda da mineração, ou interesses relativos à especulação imobiliária, esses sujeitos serão arremessados para longe do centro.

Afinal, no contexto do Planejamento Urbano, entender o risco a partir do ponto de vista do morador significa relativizar o que Veyret (2007) chama de “fabricação do risco”. Essa fabricação acontece a partir da mídia, de especialistas, políticos e da sociedade civil. Porém o que se vê é que essa fabricação já se embarça na percepção do morador, resultando em um discurso confuso sobre o risco. A perspectiva dos moradores, em geral, é

negligenciada pelo poder público durante a elaboração dos planos e manipulada quando se faz interessante. Dessa maneira, pensar em relação à perspectiva dos moradores é favorecer o planejamento integrado e a gestão partilhada (COSTA; FERREIRA, 2010) e para além disso, valorizar esses sujeitos e suas narrativas.

A perspectiva dos moradores sobre o espaço nem sempre coincide com os interesses que se estabelecem em uma escala global, como o turismo em Ouro Preto e a própria mineração. Isso não significa que os interesses dos moradores desaparecem, mas coexistem em articulação, confronto, resistência ou reforço com diversos outros interesses sobre o lugar onde habitam. O desafio, é exatamente elucidar esse jogo.

REFERÊNCIAS

ARCHELA; GRATÃO; TROSTDORF. O lugar dos mapas mentais na representação do lugar. In: **Geografia: Londrina**, V. 13, N. 1, JAN./JUN. 2004. Disponível em <http://www.geo.uel.br/revista>.

BARBOSA, J.A. Arte de Representar como reconhecimento do Mundo: o Espaço Geográfico, o Cinema e o Imaginário Social. In: **GEOgraphia**, América do Norte, 2, set. 2009. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/30/28>.

BARBOSA, W. A. **Cultura Puri e educação popular no município de Araponga, Minas Gerais: Duzentos anos de solidão em defesa da vida e do meio ambiente**. (Dissertação de doutorado núcleo de pesquisas em educação Intercultural e Movimentos sociais.)- Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

BARTOLY, F. Debates e perspectivas do lugar na geografia. In: **GEOgraphia**, América do Norte, 13, jun. 2012. Disp:<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/454/325>. Acesso em: 08 Out. 2012.

BAXTER; EYLES. Evaluating qualitative research in social geography establishing `rigour` in interview analysis. In: **Royal Geographical Society**. 1997. p. 505-525. Disponível em:<http://www.coss.fsu.edu/geography/stallins/geog/Readings/baxtereyles.pdf> acesso: julho de 2013.

BECK,U. **Sociedade de risco. Rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Ed. 34, 2010. 368 páginas.

CARVALHO. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados [online]**. 1997, vol.40, n.2 ISSN 0011-5258. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>

CASTRO, J. M. G. **Pluviosidade e movimentos de massa nas encostas de Ouro Preto**. 2006. 138 f. Dissertação de Mestrado. Depto. de Engenharia Civil, Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), 2006.

CLAVAL, P. As abordagens da geografia cultural. In: CASTRO et al.(org.). **Explorações Geográficas - percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 89-117.

COSTA, E. B. **Totalidade-Urbana e Totalidade-Mundo: As Cidades Coloniais Barrocas face à Patrimonialização Global**. Tese de Doutorado. Depto. de Geografia, FFLCH/USP. São Paulo, 2011, 427 p.

_____, E. B; FERREIRA, Tatiane A. Planejamento urbano e gestão de riscos: vida e morte nas cidades brasileiras. In: **Revista Olam Ciência e Tecnologia (UNESP)**, Rio Claro, ano 10, v. 10, n. 2, p. 171-196, ago./dez. 2010. Dis: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/olam/article/view/4321/3682>>. Acesso em: 27 out. 2011.

_____, E. B. da; SUZUKI, J. C. A ideologia espacial constitutiva do Estado nacional brasileiro. In: **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales** [En línea], Universidad de Barcelona, Barcelona, v. XVI, n. 418 (6), 1 nov. 2012. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-418/sn-418-6.htm>>.

COSTA, G. M. Análise de processos socioespaciais: contribuições metodológicas a partir da teoria e de resultados de pesquisas. In: **GEOgraphia**, Vol.7, N° 13, 2005, p.29-47.

CRUZ, A. C. D; ARRUDA, Angela. Por um estudo do ausente: a ausência como objetivação da alteridade em mapas mentais do Brasil. In: **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, dez. 2008 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180842812008000300016&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 15 maio 2014.

DIAS; HERMMAN. Susceptibilidade a deslizamentos: estudo de caso no bairro Saco Grande, Florianópolis – SC. In: **Caminhos de Geografia**. Florianópolis, 3(6), Jun/2002. Disponível: www.lsie.unb.br/rbg/index.php/rbg/article/

FARAH, F. **Habitação e Encostas**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT, 2003. Disponível em : <http://pt.scribd.com/doc/26738483/Habitacao-em-Encostas>

FERNANDES, Et. al. Condicionantes geomorfológicos dos deslizamentos nas encostas: avaliação de metodologias e aplicação de modelo de previsão de áreas susceptíveis. In: **Revista Brasileira de Geomorfologia**, RGS, Volume 2, N° 1 (2001) 51-71. Disponível em : www.lsie.unb.br/rbg/index.php/rbg/article/download/8/6

FERREIRA, L. F. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. In: **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano V, n. 9, pp. 65-83, jul./dez., 2000.

_____. Iluminando o lugar: três abordagens. In: **Boletim Goiano de geografia**. Goiânia, Vol.22 n.1 jan/jun 2002.

FERREIRA, I. C. B. ; PENNA, N. A. Território da violência: um olhar geográfico sobre a violência urbana. In: **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, N° 18, 2005.

FERREIRA, T. A. **Impactos socioambientais e áreas de risco em Ouro Preto (MG)**. TGI, Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (DG/USP), 2011, 115p.

FLINK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FIGUEIRA, D. t. geografia, lugar y singularidade. In: **Rev geog. Venez.** V.42(1) 2001, 99-106.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação - cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.

GOMES, W. B. A Entrevista Fenomenológica e o Estudo da Experiência. In: **Psicol. USP[online]**. São Paulo, vol.8, n.2, pp. 305-336, 1997. ISSN 0103-6564. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65641997000200015>.

GONZALEZ REY. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

_____. **Sujeito e subjetividade**. São Paulo: Thomson Pioneira, 2003.

GUERREIRO, M. R. Urbanismo 3 de origem portuguesa. A Lógica Territorial na Gênese e Formação das Cidades Brasileiras: O Caso de Ouro Preto. Comunicação apresentada no Colóquio "**A Construção do Brasil Urbano**", Convento da Arrábida - Lisboa 2000 - <http://urban.iscte.pt/Revista/numero3/default.htm>

HERZLICH, C. A problemática da representação social e sua utilização no campo da doença. In: **Physis. Revista de Saúde Coletiva**. 1991. V. 1. n.º2. Fonte: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v1n2/02.pdf>

_____. O conceito de lugar na geografia cultural-humanista: uma contribuição para a geografia contemporânea. In: **GEOgraphia**, América do Norte, 5, dez. 2009. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/130/127>. Acesso em: 01 Out. 2012.

IBGE, **Censo Demográfico 2010 e Pesquisa de Orçamentos Familiares**. POF, 2010. Disponível: www.IBGE.gov.br.

JODELET, D. **Les représentations sociales**. Paris, PCF, 1989, pp.31-61. Tradução Tarso Bonilha Mazzotti. Disponível em: <http://portaladm.estacio.br/media/3432753/jodelet-drs-um-dominio-em-expansao.pdf>

HOLZER, Werther . Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. Revista **território**, ano II, n.º 3, P77-85, jul./dez., 1997.

_____. O conceito de lugar na geografia cultural-humanista: uma contribuição para a geografia contemporânea. **GEOgraphia**, América do Norte, 5, dez. 2009. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/130/127>. Acesso em: 01 Out. 2012.

KOSIK, K. **A dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo. Alfa-Omega, P. Imprensa:1975.270p.

LENIN, V. I. **O Estado e a Revolução**. São Paulo. Edições Seara Vermelha, 1995.

LIMA, V. As mídias e o cenário de representação da política. **Lua Nova [online]**. 1996, n.38, pp. 239-271. ISSN 0102-6445. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451996000200012>.

LIMA; KOZEL, S. Lugar e mapa mental: uma análise possível. **Geografia (Londrina)**, v. 18, n. 1, jan./jun. 2009.

MACIEL, C.. Morfologia da Paisagem e Imaginário Geográfico: Uma Encruzilhada Onto-Gnoseológica. **GEOgraphia**, América do Norte, 3, set. 2009. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/67/65>.

MARANDOLA JR., E. & HOGAN, D.J. O risco em perspectiva tendências e abordagens. **Geosul**, v.19, n.38, 2004.

_____. Vulnerabilidades e riscos: entre geografia e demografia. In: **R. bras. Est. Pop.**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 29-53, jan./jun. 2005.

_____.; GRATÃO. Do sonho à memória: Lívia de Oliveira e a geografia humanista no Brasil. In: **Geografia (Londrina)**. V. 12, n.2, 2003. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia>. Acesso em: 21 jul. 2013.

MARTINS, E. Geografia e ontologia: o fundamento geográfico do ser. In: **GEOUSP: espaço e tempo**, América do Norte, 0, jul. 2011. Disponível em:<http://citrus.uspnet.usp.br/geousp/ojs-2.2.4/index.php/geousp/article/view/271/141>. Acesso em: 21 Jul. 2013.

MARTINS, J. S. O senso comum e a vida cotidiana. In: **Tempo Social Rev. Sociol. USP**, S. Paulo, **10**(1): 1-8, maio de 1998.

MOREIRA, R. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo espaço, tempo e crítica. In: **Revista Eletrônica de Ciências Humanas e Sociais** ISSN 1981-3732 1º de Junho de 2007, nº 1(3), vol. 1. Disponível em : <http://www.uff.br>

_____. **O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes da renovação**. São Paulo: contexto, 2009.

_____. A diferença e a geografia: o ardil da identidade e a representação da diferença na geografia. In: **GEOgraphia**, América do Norte, 1, set. 2009a. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/5/4>. Acesso em: 02 Out. 2012

OAKES, T. Place and the paradox of modernity. **Annals of the association of American geographers**, vol. 87, n 3 (sep., 1997), 509-531.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 3ª ed. Trad. Pedrinho Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2005

_____. **A Representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. Sobre representações sociais. em FORGAS, J. G. (org.) **Social Cognition** tradução de Cléia M. N Schulze para circulação interna no LACCOS/UFSC. Londres: Academic Press, 1981.

OAKES, Place and the Paradox of Modernity. **Annals of the Association of American Geographers**, Volume 87, Issue 3, 1997.

OLIVEIRA, L. de. **Ainda sobre percepção, cognição e representação em geografia**. Elementos de epistemologia da geografia contemporânea. Curitiba: Editora da UFPR, 2006.

PELUSO, M. L. O potencial das representações sociais para a compreensão interdisciplinar da realidade: geografia e psicologia ambiental. **Estudos de Psicologia**, 2003, 8(2), 321-327

PESSOA, V. Geografia e pesquisa qualitativa: um olhar sobre o processo investigativo. In: **Geo UERJ**, 1, ago. 2012. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/geouerj/article/view/3682/2554>>. Acesso em: 25 Jul. 2013.

PINHEIRO, A. L; SOBREIRA, F. G; LANA, M. S. Influência da expansão urbana nos movimentos em encostas na cidade de Ouro Preto, MG. In: **Revista Escola de Minas**, Ouro Preto, n.56, p.169-174, Jul/Set. 2003.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Atica, 1993.

RIBEIRO, W.C. Riscos e vulnerabilidade urbana no Brasil. In: **Scripta Nova**. Universidade de Barcelona, Vol. XIV, núm. 331 (65), Agosto de 2010, ISSN:11389788.

SANTOS. O lugar: encontrando o futuro. In: **Revista de Urbanismo e Arquitetura**, BAHIA, v. 6, p. 34-39, 1998.

_____. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. In: **Revista território**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 6, jan./jun. 1999

_____. O papel ativo da geografia um manifesto. In: **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano V, n" 9, pp. 103-109, jul./dcz., 2000

_____. **O espaço do Cidadão**. São Paulo: Ed. USP, 7 ed. 2007.

_____. **Por uma geografia nova. Da crítica da geografia à uma geografia crítica**. São Paulo: Editora da USP, 2001.

SEEMANN. Subvertendo a cartografia na escola. **Revista Geografares**, nº12, p.138-174, Julho, 2012. ISSN 2175 -370

SERBENA, C. R. Imaginário, ideologia e representação social. In: **Cadernos de pesquisa interdisciplinar em ciências humanas da UFSC**. v.4 n.52 (2003).

SEIBEL, E. J; OLIVEIRA, H. M. J. Clientelismo e seletividade: desafios às políticas sociais. In: **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, EDUFSC, n. 39, p. 135-145, Abril de 2006.

SILVEIRA, M.L. O espaço geográfico: da perspectiva geométrica à perspectiva existencial. In: **GEOUSP: espaço e tempo**, São Paulo, ago. 2011. Disponível em: <http://citrus.uspnet.usp.br/geousp/ojs-2.2.4/index.php/geousp/article/view/333/178>. Acesso em: 01 Out. 2012.

SOBREIRA, F. G; FONSECA, M. A. Impactos físicos e sociais de antigas atividades de mineração em Ouro Preto, Brasil. In: **Revista de Geotecnia**. Lisboa, v. 92, p. 5-28, Julho/2001.

VARGAS, M. A. R. **Construção social da moradia de risco: trajetórias de despossessão e resistência – a experiência de Juiz de Fora / MG / (UFRJ)**. Rio de Janeiro, 2006. 160 f. : il. ; 30 cm. Dissertação Mestrado.

VEYRET, Y. **Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente**. São Paulo: contexto, 2007.

ANEXO